

Valentim A. Faccioli

Euclides da Cunha:
A gênese da Forma

Tese de Doutorado apresentada
à Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo, sob a orientação do
Prof. Dr. José Carlos Garbuglio, na
área de Literatura Brasileira

São Paulo
1990

NOTA PRELIMINAR

Este trabalho se pretende sobretudo de natureza literária. Apesar disso, em diferentes momentos, parece distanciar-se de seus fins principais. Talvez ele se tenha obrigado, diante de seu objeto, a carregar nos ombros o peso de inúmeras noções, de resumos históricos e filosóficos, que costumam ser dados de barato. E talvez o sejam. Porém, fizemos questão de incorporar esse material para que pudesse parecer mais claro o próprio peso que Euclides da Cunha suportava.

Para nós, contudo, o que se costuma dar por descartável, julgamos que aqui era preciso ter, pelo menos em parte, à vista, porque constitui material integrado à forma literária que tentamos analisar. Desse modo, o que seria descartável numa outra leitura -- por exemplo, das idéias de Euclides da Cunha --, foi tomado como matéria histórica da forma artística. Tanto mais isso nos pareceu adequado porque examinamos justamente o que o escritor propunha como seu projeto de escrita: o consórcio de ciência e arte.

Não deixa de ser curioso que, de toda a vastíssima bibliografia sobre Euclides que pudemos examinar, ninguém se deu ao trabalho de levar a sério as manifestações dele nesse sentido, ainda quando diferentes críticos indicar em Os Sertões a intersecção de ciência e arte, ademais óbvia. Talvez não fosse ocioso perguntar por que uma certa

ansiedade e um certo malestar perpassam a crítica brasileira no trato com a obra euclidiana, a ponto de esses sentimentos, provavelmente, terem obscurecido a busca de certas intenções do escritor. Parece que Euclides nos contamina a todos da ânsia de falar do Brasil de um "modo mais claro e mais completo", diferente do dele. Ou seja, a leitura de Euclides e a de sua crítica ressaltam uma sensação de incompletude, de algo a meio caminho entre ter e não ter forma apreensível, entre ter e não ter sentido pleno. Problema que, afinal, nos pareceu relevante e que procuramos tratar na medida da nossa possibilidade.

Nos últimos anos um certo número de trabalhos publicados fez subir o patamar dos estudos das relações entre forma literária e formas da História. Alguns deles trouxeram contribuição decisiva para a compreensão das mediações implicadas no processo.

Tentando não ficar ao largo dessa contribuição, talvez a única "novidade" realmente valiosa e de potência hermenêutica com que contamos, desde há anos, nos estudos literários brasileiros, sentimos que nosso encontro com Euclides da Cunha assumiu um certo caráter de desforço, do qual, certamente, saímos em desvantagem. Mas como lembrou um crítico, muito apropriadamente, Euclides carrega o enigma poderoso do cacto de Manuel Bandeira:

Aquele cacto lembrava os gestos desesperados da

estatuária.

(...)

rme, mesmo para esta terra de feracidades
excepcionais.

(...)

Era belo, áspero, intratável.

Assim, a sensação de incompletude que também acompanha nossa relação com este trabalho, que se mostra sobretudo pela sua face de exigência expositiva -- era preciso falar mais, disso, daquilo, daquilo outro -- deve ter ainda relação com os nossos limites quando interseccionam com o ilimitado grandioso de Euclides. Certamente, aí está a permanência, para nós, da herança de condições de produção enquanto parte de um estatuto originário da periferia. Um caldo ralo, com alguns bons pedaços de carne, mas que demora a engrossar; com as desculpas pela metáfora alimentar, ainda sabendo que ela nos ocorre não por casualidade. Afinal, ainda somos como Euclides, mas só naquilo que é possível fazer comparação.

Optamos por uma exposição em que ora pre lece a "narração", ora a análise e integração. Preferimos um ordenamento meio incomum na praxe acadêmica, sonhando títulos capitulares, abandonando a divisão por partes, tentando amarrar o sentido num processo de avanço e recuo, que impôs diversas repetições. Esperamos que esse conjunto, algo insólito, não pareça um despropósito, mas que ele funcione para as expectativas e sem maior incômodo para o

leitor. O resultado, bom ou não, há de aparecer logo, diante do privilégio da situação da tese universitária, quando leitores especiais dirão da escolha.

Finalmente -- e aqui não se trata de mera praxe -- devo agradecimentos ao meu orientador e amigo, empenhado e combativo, Prof. Dr. José Carlos Garbuglio; à minha mulher e filhas; a alguns amigos especiais; aos meus colegas da área de Literatura Brasileira e do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e à Thelma e Cecília, que sustentaram, sem queixas, as dificuldades da computação.

São Paulo - 1980

I

A obra de Euclides da Cunha, vista no seu conjunto e na sua diversidade, parece não ter lugar próprio assegurado na literatura brasileira. A exceção fica por conta de Os Sertões, cujo estatuto ambíguo tem permitido a diferentes críticos e historiadores da literatura incluí-lo no rol das manifestações estéticas do país, conquanto reconhecendo como problemática tal inclusão. Os outros livros, ensaios e escritos de Euclides da Cunha, merecendo consideração bastante secundária em relação à obra principal, permanecem à margem do corpus propriamente literário e constituem quase apenas auxiliares para esclarecer um que outro aspecto do pensamento do escritor. A fortuna crítica e publicitária permite dividir a produção euclidiana em dois blocos: Os Sertões e o resto.

Só no Brasil, desde a edição inicial de 1902, contam-se, até este ano de 1990, cerca de cinquenta edições de Os Sertões, com uma média extraordinária de edição a cada ano e meio. Os demais escritos de Euclides da Cunha são raros em livrarias e muitos deles completamente ignorados ou esquecidos fora da Obra Completa, em 2 volumes, da Ed. Aguilar. Isto quase metamorfoseia o escritor em autor de uma obra só, pelo menos no que respeita ao público leitor não-especializado. De seu lado, os estudiosos de Euclides da Cunha, que já produziram extensíssima e variada bibliografia, contribuem eficazmente para que esse perfil se

afirme e consolide, de vez que Os Sertões estão na mira da imensa maioria dos estudos, conquanto A margem da história e Contrastes e Confrontos tenham alcançado mais de dez edições cada um. Em línguas estrangeiras Os Sertões mereceram cerca de dez traduções; algumas com mais de uma edição, como em inglês e espanhol. Não temos notícia sobre tradução de outra obra euclidiana.(1)

O prestígio de Euclides da Cunha parece hoje ser incomparavelmente maior no registro meio vago de "cultura brasileira" do que em qualquer setor de conhecimento especializado, ficando a tradição literária como sua herdeira mais dedicada e ambiciosa. Essa inserção parece, ainda, conseqüência da própria peculiaridade da obra, cujas dificuldades obstam a penetração em maior escala no aparelho escolar, mesmo o do grau superior. A constatar, também, que, se ninguém reivindica Euclides com exclusividade, ninguém, por sua vez, abre mão dele inteiramente. É quase acaciano, pois, que se reconhece com isso a força expressiva e reveladora desse patrimônio, cujo marco está plantado num momento decisivo da formação do Brasil moderno. Mas não só pela cronologia crua de sua produção, senão que, principalmente, pelas conseqüências da problematização com

(1) Um "Quadro cronológico das edições" de Os Sertões, até 1984, encontra-se em Galvão, Walnice Nogueira. Os Sertões. Edição crítica, S.P., Brasiliense, 1985, p. 26. Informações sobre as edições de Contrastes e confrontos e A margem da história, até 1976, em Cunha, Euclides da. Um paraíso perdido. Reunião dos ensaios amazônicos, Petrópolis, Vozes/I.N.L.-MEC, 1976, p.88/89.

que trabalhou, que pôs em cena com marca indelével e pelas "respostas" que bem ou mal apresentou. E, pode-se adiantar, é muito provável que a perplexidade da obra euclidiana diante da dimensão dos problemas enfrentados, tomou a forma de "retrato espêculo", perfil de sombra subjacente da perplexidade que o letrado brasileiro ainda vive e nele (nesse perfil especular, antigo de quase um século) ainda se reconhece. Com a eloquência (e comumente a grandiloquência...) literária que potenciou à escala dramática os problemas, Euclides desvendou os descaminhos da sociedade brasileira, de sorte que a "razão instrumentalizadora" - como ilusão do intelectual - passou a se dar conta da impotência de sua reivindicação dirigente do processo social. Sua obra pesa, e muito, ainda hoje, talvez porque justamente quanto mais, nela, a razão se pôs a campo para contribuir com a reorganização da sociedade de modo a firmar a coerência entre meios e fins, mais essa razão foi capaz de perceber o que a obstava: o processo social estrutura-se num complexo de interesses e forças em presença, que parecem pulverizar a mesma razão para reduzi-la a ilusões setorizadas, particularizantes, em proporções menores do que sua pretensa universalidade.

Em Euclides da Cunha, essa questão crucial aparece dramatizada de pronto em seu estilo "antinômico e hiperbólico" para tornar-se emblemático do escritor quando observado a trabalhar no "calor da hora", escrevendo a quente, no crepitar dos acontecimentos, e munido daquilo que

aparecia como as ciências mais recentes, mais modernas e mais avançadas. Tais ciências, na sua autoconfiança e auto-suficiência, parecia conterem a chave prospectiva e explicativa para os problemas do homem e da sociedade, brasileiros e universais e, portanto, para uma reorganização racional do país na esteira do novel regime político republicano. Então, Euclides abraçou as luzes e as sombras de uma adesão apaixonada, fundada, contudo, em terreno movediço. Mas nesse estatuto real e perverso, Euclides conseguiu firmar uma trincheira de extraordinária resistência e prene de compromissos com o pensamento crítico e dialético: a busca da verdade. Não poucas de suas convicções mais caras faliram inteiramente, quando já não estavam brocadas na origem. Mas isso importa secundariamente diante do peso do compromisso ético de sua postura intelectual e, por isso, o futuro, não menos perverso e brutal, obriga-se a reconhecer-lhe esse mérito distintivo do escritor combativo e honesto acima de tudo, sem embargo de seus limites.

Nos seus textos mais fortes Euclides parece voltar-se sempre para o futuro, como que a pressentir esperançoso que utilizava a cultura para documentar a barbárie a ser extinta pela razão e pela ciência. Ele parecia saber que a cultura constituía o privilégio, cujo preço era o indescritível sofrimento dos incultos e que para o futuro seu legado humanístico maior não seria salvar ou conservar o passado, mas resgatar a esperança e o compromisso ético que nele se

poderia encontrar. Sua denúncia escandalizada do aniquilamento implacável dos sertanejos de Canudos ou da exploração do trabalho operário; a defesa de prisioneiros políticos diante da "força cega" do Estado; a percepção da lógica da expansão do capitalismo para a constituição de um mercado e uma ordem mundiais que já corriam em detrimento dos países periféricos; o reconhecimento de que as forças da dominação (internas e externas) não mediam conseqüências para se imporem e se garantirem; e, enfim, a compreensão de que a relação entre meios e fins, se não for fundada na ética, será apenas uma derrisão face à garantia dos direitos dos homens e dos povos; tudo isso, pode-se dizer, sem exagero, atravessa a obra euclidiana e constitui o legado de sua esperança.

Nada, pois, mais moderno, mais atual e mais vivo para tolher o conformismo frente às condições de vida nos países que permaneceram periféricos. Mas não só, porque os problemas tematizados por Euclides, como têm um ponto de vista conseqüentemente nacional, às vezes localista, alcançam o estatuto da universalidade. E, morto em 1909, ele não pôde saber da escalada da violência e do sofrimento humanos que o século XX nos reservava...

II

Euclides da Cunha nasceu na camada social que se pode chamar de média baixa letrada. Seu pai, proveniente da

Bahia, foi guarda-livros, percorrendo as fazendas fluminenses, tendo se casado com a filha de um pequeno proprietário de terras. Mas o avô paterno foi homem de posses, comerciante, inclusive de escravos, em princípios do século XIX na Bahia. Parece que a proibição do tráfico de negros a partir de 1850 empobreceu a família e o pai do escritor se viu obrigado a mudar-se para a Província do Rio de Janeiro. Órfão desde muito criança, Euclides iniciou bem cedo o que chamava "minha vida nômade", cursando também diferentes colégios até ingressar na Escola Central para formar-se engenheiro. Cerca de um ano depois, em 1886, "assentava praça" na Escola Militar da Praia Vermelha. "Do ponto de vista do estudo, não havia grandes diferenças entre as duas, - a base de ambas eram as Matemáticas. Do ponto de vista de classe, entretanto, havia diferenças importantes e é preciso considerar que, provavelmente, o que o levou a fazer-se engenheiro militar, em vez de engenheiro civil, foi a falta de recursos."(2)

(2) Nelson Werneck Sodré, em Os Sertões, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1963, p.XIV. "A Escola Central assemelhava-se em muito, do ponto de vista de classe, aos cursos jurídicos, instalados no Brasil desde 1827, um lustro após a Independência. Nas Faculdades de Direito, realmente, a classe dominante de senhores territoriais formava seus quadros, aqueles quadros com que preenchia o aparelho do Estado, cuja autonomia empresara. À Escola Militar recorriam de preferência os elementos de classe média, que não tinham recursos para enfrentar o prolongado e relativamente dispendioso período de formação jurídica ou técnica e as incertezas de escolha de uma profissão ou de um emprego. O curso da Escola Militar era gratuito e, concluído, assegurava subsistência ao aluno, que se fazia oficial do Exército".

Segundo observa San Tiago Dantas⁽³⁾: "Na classe média nascente é que o Exército vai escolher os seus oficiais, alguns vindos de soldados, outros preparados nesse centro de estudo da classe média, que seria, por oposição às faculdades jurídicas da aristocracia agrária, desde 1874, a Escola Militar." E Silvio Rabello: "Sendo um estabelecimento gratuito, acorriam à Escola Militar rapazes de todas as condições sociais, inclusive os das classes mais humildes que não possuíam recursos para custear os seus estudos. Mas, ao lado deles, freqüentavam o curso militar os filhos de personalidades eminentes - titulares e políticos nas boas graças da Coroa. E eram exatamente esses privilegiados que depressa galgavam os postos superiores do currículo."⁽⁴⁾

Aí Euclides reencontra o positivista "ortodoxo" Benjamin Constant, de quem já fora aluno no Colégio Aquino, em 1884, "uma das mais permanentes influências em sua formação."⁽⁵⁾ A Escola Militar, nessa altura, vivia os efeitos da chamada reforma Polidoro, de 1874, e "o curso de engenharia militar compreendia cinco anos, constando (...) do curso de infantaria e cavalaria completo, curso de artilharia completo, curso de estado-maior completo e mais um ano de especialização, sendo, portanto, o curso mais

(3) Citado por Nelson Werneck Sodré, *idem*, p.XV.

(4) Nelson Werneck Sodré, *idem*, p.XV.

(5) Euclides da Cunha. História. Coleção Grandes Cientistas Sociais, S.P., Atica, 1984. Organizadora: Walnice Nogueira Galvão. Coordenador: Florestan Fernandes, p.24.

avanzado e de formação mais integrada dentre todos aqueles ministrados pela escola."(6)

A formação que a Escola Militar oferecia era, nessa altura, eminentemente técnica, conquanto algumas disciplinas constituíssem brechas para a discussão política (Noções de direito internacional, de direito natural e direito público e análise da constituição do Império, por exemplo). Mas alguns professores, adeptos do Positivismo de Comte e Littré (quase sempre ao largo das disposições ortodoxas do Apostolado e da Igreja Positivista do Brasil), que exerciam forte liderança entre os alunos, utilizavam doutrinariamente os pressupostos daquele sistema, e que lhes permitia, através das Matemáticas e da Astronomia, extrapolar o âmbito de sua validade e discutir os problemas sociais.(7) Ali, esse grupo de professores levava a cabo - com ampla liberdade, diga-se - a exigência positivista da utilidade do

(6) Op.cit., p.25. A organizadora desse volume escreve uma proveitosa síntese sobre a organização, currículo e influência da Escola Militar. Ver também Motta, Jeovah. Formação do oficial do exército: currículos e regimes da Academia Militar, 1810-1944. Rio de Janeiro, Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1976; Sodré, Nelson Werneck. História militar do Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965; Holanda, Sérgio Buarque de. Do Império à República, em História Geral da Civilização Brasileira, O Brasil monárquico, tomo II, 5º volume; S.P., Difel, 1983; Carvalho, José Murilo de. "As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador", em História Geral da Civilização Brasileira, O Brasil Republicano, tomo III, vol. 2, Sociedade e Instituições, SP, Difel, 1978; Saes, Décio. A formação de estado burguês no Brasil (1888-1891), SP, Paz e Terra, 1985.

(7) São conhecidos os testemunhos sobre a indiferença política de Benjamin Constant até às vésperas da República; eles garantem mesmo que o célebre professor jamais usou sua cátedra para fazer proselitismo.

conhecimento, a saber, que "os conhecimentos científicos devem ser passíveis de aplicação técnica" (...) "com o progressivo melhoramento de nossas condições de vida, sejam de natureza individual ou coletiva -- em oposição a uma satisfação fútil de uma curiosidade estéril". E, ainda, que o objetivo fundamental a ser alcançado estava em preencher a lacuna entre ciência e técnica -- trabalho ao qual se estava apenas dando início, pois a extensão da ciência da natureza se reduzia tão somente ao mundo inorgânico: "o significado fundamental desta grande finalidade prática (das ciências) para a contínua promoção e, muitas vezes até, para a melhor orientação das mais eminentes teorias, pois a técnica não seria mais exclusivamente geométrica, mecânica ou química etc., mas e sobretudo, também política e moral."(8)

De fato, não seria obrigatório, evidentemente, que os princípios positivistas vicejassem numa escola militar, no Brasil. Mas, como veremos em seguida, os princípios gerais do sistema comteano como o da certeza sensível, o da certeza metódica e o da exatidão e utilidade do conhecimento, por oposição à erudição que acumula fatos, pareciam perfeitamente casados com o currículo da Escola Militar da Praia Vermelha, desde pelo menos a reforma de 1874. Convém destacar logo que a base desse currículo era a "ciência matemática", portanto consentâneo com a importância que

(8) Como essas eram exigências centrais da doutrina positivista, estou dando que fosse moeda corrente na boca daqueles rigorosos professores adeptos de Comte. As citações são extraídas de Habermas, Jürgen. Conhecimento e interesse, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, p. 96 e 97.

Comte lhe atribuía, "como constituindo o instrumento mais poderoso que o espírito humano pode empregar na investigação das leis dos fenômenos naturais."

Ademais é consabido que o positivismo também se fundava na herança da tradição racionalista, articulando suas premissas para o método positivo tanto na dissertação cartesiana sobre o método, quanto em autores do século XVIII (Montesquieu e Condorcet, por exemplo) e, especialmente, com princípios empiristas. De fato, para o velho positivismo o problema do conhecimento não estava propriamente na formulação de uma teoria do conhecimento, senão que na busca de fixar "regras normativas para o procedimento científico, isto é, regras através das quais é definido, antes de qualquer outra asserção, o que é ciência."(9)

Além dessas questões, que terão, de todo modo, importância decisiva para Euclides da Cunha, há que se considerar também que certamente ele foi marcado por outra exigência básica do Positivismo: "a íntima solidariedade entre a concepção enciclopédica(...) e a lei fundamental de evolução, que serve de base à nova filosofia geral." O resultado inevitável foi a aceitação, aí implicada, "do progresso técnico-científico como sujeito de uma filosofia cientifista da história," com base na "convergência necessária", pela natureza própria da "ordem positiva, de duas condições essenciais": uma dogmática e outra histórica. Portanto, situada a Escola Militar e no interior dela

(9) Habermas, op.cit., p.97. E também as citações seguintes, idem, ibidem.

Euclides da Cunha, na busca das explicações que visavam à eficácia mental, depois à eficácia social e cujo percurso só seria assegurado pela estrita observância da "lei da hierarquia" (das ciências). No dizer de Comte:

"Para cada rápida iniciação individual, como para uma lenta iniciação coletiva, permanecerá sempre indispensável que o espírito positivo, desenvolvendo seu regime na medida em que amplia seu domínio, eleve-se pouco a pouco do estado matemático inicial ao estado sociológico final, percorrendo sucessivamente os quatro graus intermediários, astronômico, físico, químico e biológico. Nenhuma superioridade pessoal pode verdadeiramente dispensar essa gradação fundamental, a respeito da qual temos demasiadas ocasiões de constatar hoje, nas mais altas inteligências, uma irreparável lacuna, que às vezes tem neutralizado eminentes esforços filosóficos. Tal marcha deve, pois, tornar-se ainda mais indispensável na educação universal, onde as especialidades possuem pouca importância, e cuja principal utilidade, mais lógica do que científica, exige essencialmente plena racionalidade, sobretudo quando se trata de constituir, enfim, o verdadeiro regime mental."(10)

Esses breves traços indicam claramente a postura básica do positivismo comteano na sua pretensão de reduzir a teoria do conhecimento à teoria da ciência, limitada esta à esfera dos fatos, como objeto único de uma análise científica:

(10) Comte, Auguste. Discurso sobre o espírito positivo, em Os Pensadores: Comte e Durkheim, trad. de José Arthur Giannotti, S.P., Abril Cultural, 1973, p.99.

possível, ou de uma "ciência rigorosa". O efeito dessa postura, na voz de um de seus "apóstolos" mais autorizados na Escola Militar, Benjamin Constant, nos momentos decisivos que antecedem à República, implicava o elogio da mocidade militar que tinha "sabido aliar a sua cultura científica, indispensável à sua digna adaptação à árdua, mas nobilíssima carreira, a que se destina, com a esmerada cultura dos nobres e delicados sentimentos que mais honram a natureza humana, nobilitando assim no soldado a alma do cidadão". E, ainda, Benjamin Constant reivindicava que "mais nobre e fecunda" para os "benefícios da Humanidade" era a "ciência da paz" ao invés da "ciência da guerra". E acrescentava:

"É para ela, e conseqüentemente para o fraternal congresso dos povos -- o mais belo ideal das aspirações humanas -- que se encaminha com crescente rapidez o verdadeiro progresso geral, submetido, em sua evolução, a leis irrecusáveis, demonstradas pela ciência real, hoje completa em tudo quanto tem de essencial e confirmada pela sã filosofia da história."(11)

Mas a Escola Militar não estava fechada sobre si mesma, senão que, sua vivida efervescência tinha tudo a ver com o processo complexo, que se desenrolava no país, de revolução social e política, o qual implicava a supressão do modo escravista de produção e a instituição de um regime burguês de "trabalho livre". O "bando de idéias novas" referido por Silvio Romero, revoava por boa parte do país, com especial

(11) Lius, Ivan. História do positivismo no Brasil, S.F., Companhia Editora Nacional, 1964, p.311.

repercussão nas províncias dotadas de escolas superiores (embora não exclusivamente): Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo.

Euclides da Cunha "era e não era positivista: cantava nos seus versos a doutrina da sua geração, mas não renunciava à crítica e adorava autores que afinavam com ela. Consciente ou inconscientemente, o que via no positivismo era tão somente aquele aspecto que também Hermes Lima apontou como causa principal da extraordinária receptividade da nova doutrina junto às camadas intelectuais brasileiras: de acordo com seu objetivo mais de organizar o mundo que de especular sobre ele, era "um instrumento, uma teoria para organizar a sociedade em mudança."⁽¹²⁾ Parece justa essa análise de Olímpio de Sousa Andrade, observando ele, ainda, que o comtismo não constituía exclusividade na Escola Militar de vez que ali já estava presente e vivo o influxo do embate de idéias provenientes da "Escola do Recife". É o mesmo pesquisador e observador atento que assinala:

"Integrando o grupo dos spencerianos da Escola Militar, ao contrário da maioria dos alunos, partidários da ortodoxia comtista, Euclides punha-se, talvez sem o saber, mais em consonância com o espírito vigente nas Faculdades de Direito do país, cuja maior expressão era a do Recife, onde pontificava Tobias Barreto e onde estudavam Silvio Romero e Clóvis Beviláqua. Ali o positivismo chegou concomitantemente com o evolucionismo, não através da matemática, porém, da

(12) Andrade, Olímpio de Sousa. História e interpretação de Os Sertões, S.P., Edart, 1966, p.27/28.

literatura, não tanto através de Comte como de Littré. Ao contrário do que se passava no Rio, foi submetido a críticas, debates e comparações com os modernos conceitos científicos, que com ele confrontavam na afirmativa de que a ciência substituíra o período religioso e metafísico da humanidade, mas que dele se distanciavam em ponto fundamental, o seu caráter dogmático, o seu sentido ortodoxo, que jamais se impôs no Recife, como em São Paulo, onde Pereira Barreto e Pedro Lessa também já haviam chegado ao evolucionismo spenceriano."(13)

Euclides testemunhou, mais ^{de} uma vez, sua relação com a doutrina de Comte: "Falamos desapassionadamente; embora em nosso tirocinio acadêmico nos subordinássemos ao método filosófico do eminente instituidor da Síntese Subjetiva, o mais admirável livro do século XIX, e o veneremos como o maior dos mestres; embora reconheçamos na doutrina positiva sólidos elementos para constituir-se a religião do futuro e estejamos certos de que, na grande crise moderna, ela representará papel idêntico ao do Cristianismo na anarquia medieval -- não pertencemos à minoria ilustre dos que, com uma abnegação notável, seguem todos os preceitos do novo dogma, através da metafísica dissolvente do nosso meio."(14)

Cerca de três meses depois, em 29 de junho de 1892, bate-se o autor de Contrastes e Confrontos em defesa do positivismo:

(13) Olímpio de Sousa Andrade, op.cit., p.28

(14) Cunha, Euclides da. Obra Completa, Rio de Janeiro, Aguilar, 1986, vol.I, p.583.

"É velha, entre nós, a campanha contra o positivismo. Se houvéssemos a intenção de enumerar, entre as cousas profundamente tristes destes tempos, tudo o que se tem escrito acerca da nova filosofia, certo esquisariamos uma coréia fantástica, feita de toda uma imensa agitação, todo um incoerente tripudiar de filósofos desocupados, de clérigos iracundos e cronistas trocistas... Está bem visto que não nos propomos, por demasiado frágeis, à empresa de terçar armas pela religião positiva, à qual não pertencemos, porque neste iniciar da vida, um ideal filosófico nos é ainda uma aspiração, destinada a realizar-se mais tarde e definindo a altitude máxima da consciência, surgindo de um amplo conhecimento do mundo."(15) E acrescenta a certa altura: "É realmente inexplicável tamanho combate contra o filósofo eminente cujo maior crime parece estar no aniquilamento da metafísica; cuja maior falta consiste em ter nobilitado a concepção social do conjunto humano -- substituindo aos intermediários subjetivos, imaginosos e intangíveis, que aquela estabelecia entre o mundo e o homem, a noção altamente filosófica da Humanidade."(16)

Em dois artigos desse mesmo ano (24/05 e 1^o/06), Euclides já afirmara: "Sem nos filiaros a escolas filosóficas -- o que é um verdadeiro absurdo na mocidade, no quadro exuberante em que, para a formação imprescindível da consciência, nos voltamos indistintamente para todas as idéias, abrindo com igual interesse e igual curiosidade

(15) Obra Completa, idem, p.620/621.

(16) Obra Completa, op.cit.,idem.

todos os livros, ouvindo com igual respeito todas as crenças e tributando igual veneração a todos os sábios (...)" . Nesses artigos é feita uma crítica cuidadosa a um projeto apresentado no "Congresso do Estado de São Paulo" para a criação do Instituto Politécnico. Apesar de se declarar "apenas" bacharelado em matemática e ciências físicas, ele reivindica "o direito de crítica, dessa crítica ousada e intransigente, destinada a desaparecer no futuro -- mas que é ainda um mal necessário, o defeito mais brilhante e indispensável das sociedades modernas." A argumentação de Euclides funda-se, não obstante, na melhor postura positivista, desde a contestação "à intrusão do Estado no desenvolvimento do ensino", passando pela discussão de qual hierarquia seria melhor para as ciências (ele diz não aceitar a classificação de Bacon, nem a de Ampère, nem a de Bordeau, nem a de Spencer e ^{de} A. Comte) para fazer a defesa candente da Astronomia, "matéria ausente do projeto". E diz da Astronomia, secundando passo a passo a posição positivista: "Numa escola preparatória, destinada à construção ideal de mentalidades formadas para a orientação de elevadíssimas atividades técnicas, é imensamente criminosa a exclusão da ciência aonde o método indutivo, que tão vigorosamente reage sobre ciências superiores, se estabelece definitivamente." E, enfim, a defesa euclidiana passa pelo "ideal de um preparo filosófico comum, presidindo a todas as atividades", pela noção de que "o fato mais simples tem muitas vezes, em torno, para explicá-lo, um

admirável conjunto de leis, sucedendo-se numa ordem maravilhosa", de vez que, para ele, a formação do aluno necessariamente teria de ser enciclopédica, atendendo a que "o encadeamento indestrutível das relações científicas" é "a única fonte das verdades filosóficas". O suposto enciclopédico comteano é de que "para ser útil a formação superior precisa de ser completa", pois só assim o "pensamento capital" da educação cumprirá sua missão "eminentemente civilizadora."(17)

A impregnação positivista da formação de Euclides da Cunha foi temperada cum grano salis, permanecendo viva e forte no âmbito das chamadas ciências naturais, na importância que ele atribuía à matemática e à astronomia no "conceito hierárquico das ciências". O afastamento de Euclides das concepções políticas do comtismo em parte datava já dos tempos iniciais da Escola Militar, vindo a acentuar-se paralelamente com a realidade instalada da República. Apesar disso, parece que um motivo de peso dessa dissensão era ainda positivista, a saber, que o "estado mental" do presente não era capaz de adaptar e aceitar as condições necessárias do progresso e da civilização intuídos ou expostos pelo "notável pensador francês"... Ou ainda, que a convivência dos três estados (o teológico, o metafísico e o positivo) constituía um obstáculo que só a lenta evolução podia superar.

(17) *Obra Completa*, op. cit.; os fragmentos citados foram extraídos dos dois artigos, p. 387 a 393.

Um primeiro passo ao largo do contismo (cuja doutrina era "classista", mas não racista) aparece sistematizado num texto datado de São Jose do Rio Pardo em julho de 1898. Euclides já havia passado dos 30 anos de idade e já vivera a experiência assombrosa de repórter que assistira ao aniquilamento da população de Canudos. Talvez esse texto euclidiano⁽¹⁸⁾, pelo próprio assunto amplo e complexo, possa ser lido como um verdadeiro "acerto de contas", em duplo sentido: a) no recusar uma leitura distorcida e negativa do Brasil feita por um português e b) por ser, ao mesmo tempo, capaz de apontar os erros do outro e encaminhar, para si, uma nova proposição teórica de explicação do Brasil. O Brasil mental é a oportunidade, que antecede a Os Sertões de cerca de quatro anos, para Euclides intervir num debate que ocupara largamente as correntes políticas do período inicial da República, quando vicejara um antilusitanismo raivoso fundado em reivindicações populares contra o "custo de vida", de vez que o comércio a varejo estava, então, predominantemente, em mãos de negociantes portugueses.

Mas é claro que a posição de Euclides não é nessa linha. Sua preocupação no texto aludido é de um debate que encontrasse o ponto justo, de equilíbrio, que constituísse uma resposta, ainda que parcial, a certos problemas da formação mental recente da camada letrada brasileira, tomada como se ela expressasse a população toda do país. A crítica

(18) Obra Completa, op. cit., "O Brasil mental", p. 399 a 412. Todas as citações que seguem, sem outra indicação, foram extraídas desse artigo.

euclidiana esmera-se em apontar erros do autor naquilo que ele contesta o positivismo, quando se trata da teoria das ciências e de atribuir ao Brasil uma assimilação completa da doutrina de Comte: "o seu culto, o seu sacerdócio, o seu grande fetiche, as suas grandes utopias, as suas procissões solenes, a sua aristocracia de sábios e a sua oligarquia de banqueiros." Mas, diz Euclides, "a verdade é que a grande maioria da atual geração brasileira, que remodelou o espírito sob o influxo tonificador do notável critério científico do pensador francês, não ultrapassou as páginas da Filosofia positiva, da Geometria analítica e da Síntese subjetiva, felizmente. "E assinala que "em nossas indagações científicas preponderam, exclusivos em toda a linha, o monismo germânico e o evolucionismo inglês".

Entretanto, outros temas importantes estão realçados na crítica euclidiana ao livro do autor português, como o reconhecimento de nossa "autonomia que progride numa continuidade perfeita da formação étnica à situação política, às minudências últimas de linguagem". A base da autonomia, segundo Euclides, está nos "braços fortes da integridade da raça" e "espelha-se com maior realce nas correntes filosóficas e tendências artísticas que acaso nos impulsionam". Mas a filosofia é a chave porque nas "leis gerais que enfeixa", com sua "plasticidade admirável para amoldar-se a todos os aspectos de uma civilização particular", tornam reflexo dela o "rumo das pesquisas científicas, todas as manifestações da arte e, como um

corolário, os ideais políticos", embora variando estes segundo as "fronteiras" e o "temperamento dos povos". A concepção determinista preside a explicação euclidiana, já com base numa teoria racial autoconfiante e passível de uma generalização e universalização epistemológica: "quando uma raça se unifica -- autônoma, forte, original -- o que se observa, de golpe, é um complexo de idéias firmando um modo de agir, patenteando pelas criações intelectuais as qualidades que a aparelham para adaptar-se ao ambiente da civilização geral".

Outro tema, em estreita "harmonia" com essa concepção é o do método de abordagem, adequado a chegar a "resultados positivos": "Assim, diante do belo título daquele livro, o que esperávamos nas primeiras linhas era a definição da nossa fisiologia especial em função do meio e dos componentes étnicos que convergem na constituição da raça, e logo depois, numa escala ascensional, o traço mais vivo da nossa feição histórica sobre que reagem aqueles, atenuados pelo influxo inevitável da civilização geral." Ao reivindicar esse "traçado", como diz, Euclides também descarta, com firme ironia, a apologia que Bruno faz do valor literário de Guerra Junqueiro, especialmente do livro Pátria, afirmando que os argumentos do crítico português estão errados e amparados em "períodos ferventes", e que o valor daquele poeta estava absurdamente exagerado, de vez que, se tinha havido uma "desagregação da alma coletiva" de Portugal, a "fase reconstrutora" apenas havia começado e,

por isso, o processo "não tem ainda sinergia para a gestação de um gênio". Interessa-nos ainda, desse ângulo verificar que Euclides ironiza Bruno por sua retórica de "divagações intermináveis", de "estilo exuberante e folgado" chamando-o de "irredutivelmente literato". Ora, daí, parece evidente o reforço da concepção euclidiana determinista (de meio, raça e momento) da literatura, ou das manifestações intelectuais em geral.

Salientando, ainda, que os adeptos do positivismo combatem "afervoradamente" a "maior parte das leis definidoras das nossas instituições, assim como combatem em grande parte a orientação impressa em nossos estudos experimentais e quase todo o nosso movimento literário e artístico" e, por isso, o positivismo não inspirava, não inspira e não podia inspirar "o Brasil mental". Em seguida, Euclides expõe, ponto por ponto, sinteticamente embora, a tese de Gumpowicz, tendo como marco de chegada a questão da linguagem. Valha a longa transcrição também como documento, de vez que hoje só acessível no vol.I da O.C.:

"O brasileiro, como o bôer, tipos étnicos emergentes do cruzamento de raças mui diversas, resumem hoje exemplos frisantes para muitas conclusões dos antropologistas e sociólogos modernos.

Sobretudo para as dos últimos.

Porque o que os dois povos revelam, de modo iniludível, é a função, já agora sobranceira a controvérsias, da luta

das raças no advento das nacionalidades e na marcha geral das civilizações.

Gumplowicz -- que é como que uma transfiguração de Hobbes refundido à luz do darwinismo -- enfaixando (sic), com uma lucidez surpreendedora, as deduções mais seguras da filosofia da história, desde as tentativas de Hegel aos princípios do evolucionismo -- definir modernamente, na tendência imanente a todo o elemento forte para subordinar a seus desígnios os mais fracos com que enfrenta, a fórmula que traduz o processo natural da civilização humana.

E a nossa história nacional tem sido a sua aplicação inegável.

Seguindo paralelamente o pensamento do escritor germânico, que entretanto, ao delineá-lo, não cogitava do Brasil, podemos caracterizar o nosso movimento evolutivo como um resultado da ação de raças heterogêneas que se acham entre si numa relação de subordinação ou de predomínio, ou num equilíbrio mais ou menos estável, obtido à custa de compromissos políticos, determinando uma superposição de classes que se erige na ordem política como -- a seleção natural das raças.

Esta luta formidável que é a força motriz da história, assume, de um modo contínuo, todos os aspectos, das razias selvagens das tribos até à forma pacífica e jurídica refletida na organização do Poder e do Estado.

E quando, atingida esta última fase, se constituiu afinal uma unidade étnica, a raça recém-formada, que é antes

de tudo um produto histórico, obedece de modo ainda mais acentuado ao mesmo determinismo, percorrendo com o mesmo ritmo o ciclo da sua existência indefinida. Conserva a tendência combatente volvendo-a sempre, de modo notável, para o elemento mais forte da sua formação.

A uniformidade da linguagem, transmitida pelo último, é então um instrumento incomparável para realçar o contraste das tendências naturalmente diversas."

Como se vê, as teorias e os métodos utilizados em Os Sertões já estão concatenados em 1898, menos de um ano após Canudos e cerca de quatro antes de publicado o livro, conquanto alguns de seus aspectos centrais estivessem ausentes das reportagens que o escritor enviou ao jornal O Estado de São Paulo entre 7 de agosto e 7 de outubro de 1897.⁽¹⁹⁾ Destaquem-se as conseqüências da teoria racial para a função da linguagem, posição que Euclides assume na constituição de seu estilo, como veremos adiante.

III

Vimos que, na constituição de seu pensamento científico, Euclides da Cunha sofreu forte impacto do positivismo, despregando-se entretanto, mais tarde, da doutrina de Comte no que se refere a alguns de seus aspectos políticos e ao aparato dogmático e ritual da pretensa

(19) Canudos (Diário de uma expedição), em Obra Completa, op.cit., vol.II. Esta questão está melhor referida mais à frente.

"religião da humanidade."(20) Vimos ainda que Euclides aproxima-se do evolucionismo inglês de Spencer, em especial, e deixa-se seduzir pelas teorias de Gumplowicz. E, na época do concurso de Lógica, no Ginásio Nacional, em 1909, namora o empirocriticismo de Ernest Mach, afirmando que "persistirei tranquilamente nas últimas linhas dos criticistas irredutíveis e tranquilos, e indiferentes a todas estas inúteis indagações, perenemente insolúveis."(21) As "inúteis indagações, perenemente insolúveis" referem-se à metafísica, cuja firme recusa, ainda que Euclides tenha sido rudimentar no campo próprio da filosofia, é a mesma do positivismo. A mesma recusa está em Mach, cuja doutrina dos elementos é, de fato, uma "reencarnação" positivista, tanto no que se refere à teoria do conhecimento aplicada às

(20) Falando mal de Kant, Spencer, Spinoza, em linguagem satírica, diz: "Comte (que eu só conhecia e admirava através da matemática) revelou-se-me no agitar idéias preconcebidas e prenoções, e princípios, um ideólogo, capaz de emparceirar-se ao mais vesânico dos escolásticos sem distinção de nuances, em toda a linha agitada que vai de Roscelino a Santo Tomás de Aquino." (carta a Oliveira Lima, 5 de maio de 1909). Obra Completa, vol.II, p.706.

(21) "Não pararia mais se desse curso à onda de rancor que me abala diante destes nomes (Kant, Spencer, Spinoza, Comte) outrora tão queridos. Felizmente, aí estão Georges Dumas, Durkheim, Poizat e, na Áustria, o lúcido e genial Ernesto Mach -- almas novas e claras, que nos reconciliam com a filosofia". Obra Completa, idem ibidem. Interessa observar que Euclides intuiu nessa altura a impropriedade das idéias e doutrinas com que trabalhara; já se debate na busca de alternativas, dando curso à autonomia bastante expressiva de sua linhagem crítica. Parece que sentia "as idéias fora do lugar"...

ciências naturais quanto no que toca às suas conclusões para a teoria social. (22)

Em 1908, Lênin dava a público um longo estudo em que polemizava com os empirocriticistas, procurando demonstrar, minuciosamente, a distância que separa Mach e seus seguidores do marxismo. A discussão de Lênin se funda na diferença entre o empirocriticismo e o materialismo dialético em suas implicações para a teoria do conhecimento, num amplo esforço para localizar a herança filosófica utilizada por Mach, seus desdobramentos e conseqüências conservadoras. Para nós, neste ponto, interessa um aspecto que parece particular mas que, de fato, tem implicações fundamentais em toda a concepção positivista e

(22) Habermas observa que em E.Mach continua a prevalecer o critério positivista da demarcação da ciência como cópia dos fatos. É que nele "todas as proposições que descrevem, de acordo com sua intenção, fatos e revelações interfatuais vigem cientificamente." E, ainda, dando conta do aprisionamento que a doutrina de Mach opera com a teoria do conhecimento, idêntico ao operado pelo positivismo de Comte: "A doutrina dos elementos compreende a realidade como totalidade dos fatos. A unidade das coisas e a da consciência são desmascaradas como uma quimera -- por maior que seja sua serventia para a vida prática -- e reconduzidas aos complexos fatuais. Mas, nesse caso, também não mais nos podemos enganar com a ciência como tal, a qual descreve as relações interfatuais de acordo com critérios estabelecidos por intermédio de leis. A ciência é algo assim como um marco inicial, o qual não pode ser transposto por uma reflexão sobre as condições da objetividade da ciência. A armação categorial científicista implica a proibição de se problematizar a ciência enquanto tal. A objetividade do conhecimento não pode ser entendida a partir do horizonte do sujeito cognoscente mas, única e exclusivamente, derivada da área do objeto. A doutrina dos elementos fundamenta o primado da ciência frente ao da reflexão; esta tão somente adquire sentido ao negar-se a si mesma." Habermas, op.cit., p.106.

neopositivista. Lênin observava que também o empirocriticismo "dá à luz leis universais com uma extrema facilidade" e que tais leis são apenas "frases enfáticas" e "vazias de substância", meros produtos da "escolástica" de origem positivista. Ora, a crítica recente de Habermas que, aliás, não cita Lênin, nos diz que "A medida que o positivismo dogmatiza a fé das ciências nelas mesmas, ele assume a função proibitiva de blindar a pesquisa contra uma auto-reflexão em termos de teoria do conhecimento. O único traço filosófico do positivismo é a necessidade de imunizar as ciências contra a filosofia." E acrescenta que o positivismo, porque reduz a teoria do conhecimento ao nível meramente metodológico, "perde de vista o ato-de-se-constituir dos objetos de uma experiência possível", resultando desconhecer a "gênese das regras para a concatenação simbólica".

Valha, ainda, a longa transcrição seguinte, de vez que, do argumento de Habermas, tentaremos estabelecer algumas conexões com o funcionamento da ideologia positivista, para as condições brasileiras periféricas. Diz o filósofo alemão que: "A postura positivista mascara a problemática da constituição do mundo (grifo meu - VAF). O sentido do próprio conhecimento torna-se irracional, (grifo do autor) e isso em nome de um conhecimento exato. Mas disso apenas resulta a consagração da ingênua idéia de que o conhecimento descreve a realidade. Tal concepção corresponde à teoria da cópia da verdade, segundo a qual a correlação de enunciados

e temas, reversível porque unívoca, deve ser entendida como isomorfia. Este objetivismo permaneceu, até nossos dias, como signo de uma teoria da ciência imposta pelo positivismo de Comte. Em lugar do questionamento transcendental acerca do sentido do conhecimento surge a questão positivista acerca do sentido dos fatos; sua conexão é descrita por meio de enunciados teóricos. Ernest Mach radicalizou essa questão, desenvolvendo a teoria da ciência sobre os fundamentos de uma doutrina elementar que clarificaria a faticidade dos fatos enquanto tais."(23)

Utilizando esses argumentos num sentido um pouco diferente, mas não de modo menos fundamental, pode-se dizer que o positivismo não apenas reprimiu e bloqueou "persistentemente as tradições mais antigas da teoria do conhecimento" como reprimiu e bloqueou o desenvolvimento de uma ciência social nascente em fins do século XVIII, que ganhava corpo no XIX e que podia constituir a chave para uma reflexão de outro peso e outras conseqüências para os intelectuais brasileiros, especialmente os do "tipo" de Euclides da Cunha: a Économia política. Ora, em Comte e, conforme assinala Lênin, em Mach e seus seguidores, o bloqueio e repressão à economia política se dá por sua desqualificação como "dominada pelo espírito metafísico". Comte, que nos interessa mais de perto, aqui, "reconhece o

(23) Habermas, op.cit., p.91. O livro de Lênin citado mais acima: Lênine, V.I. Materialismo e empiriocriticismo (novas críticas sobre uma filosofia reacionária), Lisboa, Editorial Estampa, 1975. (Estamos mantendo a grafia portuguesa da capa da edição...)

valor de Adam Smith no que toca às luminosas análises da divisão do trabalho, do papel fundamental da moeda, da ação geral dos bancos"; porém, "os economistas, no melhor dos casos, não podem pretender mais do que uma descrição de alguns aspectos da sociedade industrial.(24)

Não creio necessário demonstrar longamente que a exclusão sumária, sob o estigma de "metafísica", da Economia política do sistema comteano, tem a ver com o partido tomado por Comte ao lado da parcela mais conservadora da burguesia francesa e europeia. E não só do conservadorismo enquanto manutenção do poder como aquele que pregava um regime ditatorial, não parlamentarista e, ainda, a produção ideológica que legitimasse o fortalecimento do poder burguês tal como existia para ajudar a impedir quaisquer ameaças, identificadas desde logo com tentativas democratizantes. Os princípios sociais e políticos comteanos da ordem e Progresso constituem o substitutivo repressivo exato para impedir qualquer papel prospectivo ou reflexivo da Economia política.(25)

(24) Coelho, Ruy Galvão de Andrade. Indivíduo e sociedade na teoria de Auguste Comte, tese mimeografada, FFLCH-USP, 1961, p.36.

(25) A respeito, o sintético, mas sugestivo, resumo crítico do comtismo de autoria de Maria Amália Pie Abib Andery e Teresa Maria de Azevedo Pires Sérico, em Para compreender a ciência (uma perspectiva histórica), São Paulo, Rio de Janeiro, EDUC/Espaço e Tempo, 1988, p.378-401. Parece desnecessário lembrar aqui a completa carência de discussões no pensamento brasileiro, até pelo menos os anos de 1940, dos temas filosóficos ligados à teoria do conhecimento e sobre a Economia política.

Ocorre que Euclides da Cunha, estreitado no círculo de ferro dessas questões, sobre as quais aqui e ali alcançou uma vaga consciência (até ao usar a mesma expressão de Lênin, Comte emparceirado, "por agitar idéias preconcebidas, prenoções e princípios", ao "mais vesânico dos escolásticos"), forjou para si uma espécie de ecletismo teórico, de base positivista, cujo resultado, enquanto ciência da natureza ou ciência da sociedade não é melhor nem pior do que o funcionamento ideológico geral do pensamento no Brasil de seu tempo.

Convém acrescentar que o referido ecletismo teórico não foi apenas euclidiano mas, com diferenças pessoais, foi apanágio generalizado de toda a camada letrada brasileira -- e também da América Latina -- e só a compreensão dessa "circunstância determinante" permite uma reflexão esclarecedora no cipoal ideológico do período que estamos estudando. (26) O mesmo positivismo teve seu apostolado e sua igreja

(26) Estamos empregando o termo ecletismo, na falta de outro melhor, em sentido diferente do que designa a corrente de Victor Cousin, de grande influência no Brasil na primeira metade do século XIX. Mas ressalvo que, apesar de tudo, o ecletismo anterior continuou contaminando aspectos das idéias no Brasil de fins do XIX. Nos dois momentos, há oposição e complementação entre as correntes. Ademais, o modo de assimilação do ecletismo de Cousin no Brasil foi teorizado pelo Visconde de Uruguai e corresponde ao da assimilação das idéias novas (como dizia Silvio Romero): "O Brasil, país novo e sem tradição de pensamento filosófico, havia de recorrer à experiência de outros povos." Por isso, falando o Visconde de um ecletismo esclarecido, as regras de sua assimilação seriam: "1^o - Para copiar as instituições de um país e aplicá-las a outro, no todo ou em parte, é preciso, primeiro que tudo, conhecer o seu todo e o seu jogo perfeita e completamente; 2^o - Não o copiar servilmente como os temos copiado, muitas vezes mal, mas sim acomodá-lo com critério, como convém

com pretensões à ortodoxia comteana. Acabou, como se sabe, entalado na pretensão, reduzido a um círculo insignificante de adeptos, até perder-se completamente como um grupo de exóticos devotos. Assim, o positivismo que brotou difusamente -- mas com uma persistência de mais de meio século -- nos trópicos da periferia capitalista -- incluíam-se o México, o Chile etc -- foi sobretudo um produto de seus "sofistas", que "deturpavam a doutrina" para introduzir nela "ligeiras atenuações", (uma vez que tudo é relativo, segundo defende o mesmo positivismo) a fim de que ela permitisse seu aproveitamento "onde oferecesse pontos de articulação possível com nossas condições sociais ou atendessem a exigências imperiosas de setores influentes e ascendentes na vida do país."(27) Esse quadro se aplica com as mesmas razões ao monismo alemão e ao evolucionismo spenceriano (ou aquele atribuído a Darwin que, por isso, passou a chamar-se Darwinismo social). (28) Enfim, o imbroglio da "Escola teuto-sergipana" -- na expressão demolidora de Carlos de Laet --, o positivismo "galo-carioca" -- para adaptar a expressão que Alfredo Bosi usou em outro contexto -- e, também como já

ao país." Citado por, Paim, Antonio. História das idéias filosóficas no Brasil, S.P., EDUSP/Grijalbo, 1974, p.211. A discussão detida das repercussões do ecletismo de Couzin no Brasil se encontra também: Barros, Roque Spencer Maciel de. A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães, S.P., EDUSP/Grijalbo, 1973; Idem: A Ilustração Brasileira e a idéia de universidade, S.P., Convívio/EDUSP, 1987; Costa, João Cruz. Contribuição à história das idéias no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

(27) Sérgio Buarque de Holanda, op.cit., p.302.

(28) Collichio, Teresinha A.F. Miranda Azevedo e o Darwinismo no Brasil, S.P., Itatiaia/EDUSP, 1988.

ocorrera com o ecletismo de Victor Cousin, tornado liberal-espiritual-escravista ou, ainda, o positivismo que vegetou nas províncias brasileiras, em especial no Rio Grande do Sul e São Paulo, travestido de "esclarecido" e "elitista"; tudo isso, não obstante, ia tomando forma, ganhando a cara do Brasil, como que formando um sistema novo. Era, contudo, da mesma natureza do progresso e da ordem capitalistas que a máquina neocolonial nos oferecia. A nossa dependência nova e a nossa inferioridade comiam, assim, o pão que o diabo amassava nos centros hegemônicos. Era a nossa desgraça e o nosso patrimônio espiritual em formação, o nosso modo original de acumular capital simbólico.

Bloqueio análogo ao do positivismo contra a economia política e a teoria do conhecimento pode ser encontrado no "neopositivismo" evolucionista de H. Spencer, cuja obra se pode entender como a "teorização" mais ambiciosa e coerente do que se chamou darwinismo social.⁽²⁹⁾ A teoria de Spencer -- como é sabido de todos -- foi o leite que embriagou Euclides e dela, na verdade, de sua sociologia, interessamos reter alguns aspectos, que consideramos relevantes para nossa discussão. Primeiramente, o método spenceriano de fazer sociologia implicava uma vastíssima coleta de dados,

(29) Spencer, Herbert. Abreviatura de principios de sociologia, Buenos Aires, Revista de Occidente Argentina, 1947.
 Idem. Introduction a la Science Sociale, Paris, Félix Alcon Ed., 1894.
 Idem. Da liberdade à escravidão, Lisboa, Livraria Clássica Editora de A.M.Teixeira, 1904.
 Idem. Las bases de la morale évolutionniste, Paris, Librairie Germer Baillière et. Cia., 1881.

de fatos, desde o passado remoto de muitas culturas e civilizações, para depois coordenar tudo e extrair dali engenhosas análises e conclusões para as sociedades européias modernas. Pode-se dizer que ele inaugurou uma "moda" persistente de utilizar a etnografia como auxiliar da sociologia. Mas, de fato, a sociologia praticada por Spencer já foi chamada, e com razão, de biologia social, já que postula para todos os fenômenos sociais uma evolução orgânica, por integração e diferenciação, semelhante à dos seres vivos. A evolução consistia numa primeira fase de integração ou acumulação de massa devida ao influxo de forças heterogêneas (externas); uma segunda fase de diferenciação, a qual converte essa massa uniforme num complexo de partes distintas. Simultaneamente se desenvolve a determinação que produz uma unidade coordenada em que o todo se mantém graças à estreita conexão das partes diferenciadas. A isso sucede uma última etapa que é o equilíbrio final em que concentração, diferenciação e conexão alcançavam o ponto máximo e o movimento, agente de toda esta transformação, o mínimo. Pode-se dizer que seria, então, o estado em que se une a multiformidade mais extrema com o equilíbrio motriz mais completo.

Esse esquema genético se assentava na pretensão de uma lógica rigorosa -- uma espécie de biologicismo, se se pode dizer isso... --, que supunha determinismos incontornáveis e uma sucessão mecânica e linear de formas vivas como de formas sociais. A sociedade é, pois, concebida como um

organismo, em que as semelhanças são comparadas ponto por ponto e as dissemelhanças são tidas como "mais aparentes que reais." Vê-se que, nessa escala evolutiva de base genética aplicada arbitrariamente ao social, há (como no positivismo de Comte, o estado positivo) um lugar (um tempo) histórico de chegada que supõe o congelamento da história através de um estado de perfeita harmonia entre os homens e a natureza e entre os homens consigo mesmos. Apesar disso, Spencer formulava a hipótese da possibilidade de regressões da humanidade a estágios anteriores ao já alcançado. Num mesmo organismo podiam alternar-se épocas de evolução e de dissolução, pois membros ou partes do todo podiam se retardar no processo evolutivo e adoecer sem conseguir alcançar o equilíbrio como patamar superior.

Esse conjunto, brevemente bosquejado -- como diria Euclides --, presa de uma visão arbitrária e determinista parece não deixar espaço algum para a decisão, a escolha e a ação humanas. No entanto, não é bem assim. A sociologia evolucionista de Spencer é filha inegável da Inglaterra do XIX: ela é também liberal e individualista, ao mesmo tempo que profundamente conformista. Nesse caso, o esquema seria mais ou menos o seguinte: se o progresso é evolução, não se deve intentar frear nem acelerar sua marcha. A evolução supõe uma larga série de etapas intermediárias que devem ser percorridas em sua ordem e com seu próprio ritmo, seguindo o passo das germinações naturais em que a nova semente não se liberta até que a fruta tenha amadurecido e partido. A

sociedades não se produzem, antes elas crescem por si próprias e toda forma social superior assim nascida está justificada e legitimada pelas formas anteriores mais rudimentares. Ao mesmo tempo, a garantia da naturalidade do processo evolutivo é a que oferece ao indivíduo um livre desenvolvimento. As livres forças individuais sempre atuam mais ajustadamente do que as autoridades estabelecidas artificialmente no Estado, por mais legítimas e capazes que estas sejam. Afinal, diz Spencer, "a sociedade existe para o benefício de seus membros mas os membros não existem para o benefício da sociedade. A sociedade não deve esquecer que, por maiores que sejam os esforços em favor da prosperidade do corpo político, os direitos desse corpo político não são nada por si sós; senão que somente são algo sob a condição de encarnar os direitos dos indivíduos que o compõem."(30)

O que ressalta, muito visível, no sistema comteano e no sistema spenceriano é a coerência interna de suas construções, que se procura fundar ex postulados cujo valor é reversível, ou seja, eles se propõem como verdadeiros na medida em que podem transitar livremente da natureza para a sociedade e vice-versa. Assim, eles confirmam imediatamente sua universalidade fundada na unidade da natureza a qual se espalha para a história da humanidade -- como parte daquela

(30) Herbert Spencer, Abreviatura...etc., op.cit., vol.I, p.147/8. Sobre a discussão da chamada biofilosofia, incluindo as diferenças entre Spencer e Darwin e a constituição do "Darwinismo social", a transposição arbitrária das deduções da biologia para as sociedades humanas etc, ver: Gilson, Etienne. De Aristóteles a Darwin (y vuelta), Pamplona, Espanha, Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA), 1976.

-- e a contamina por homologia. O recurso epistemológico é a formulação de leis gerais (universais), das quais decorrem outras tantas leis, menos gerais, porém subordinadas àquelas. Uma vez formuladas tais leis, que são objeto de comprovação pelas ciências dos fatos -- naturais ou sociais -- resta bloqueada qualquer via para o questionamento do sentido de tais leis e das próprias ciências. Seus enunciados são enunciados de verdades já descobertas e a respeito das quais resta apenas conhecer suas manifestações particulares nos fatos, que jamais chegarão a negar a verdade universal já formulada.

Numa época em que as ciências sociais ainda não se formaram, o método de transposição e extensão arbitrarias de conclusões das ciências naturais constituía o caminho mais fácil e rápido. E o permissivo por excelência, de vez que, nas fendas da passagem, imiscuiam-se os interesses particularistas devidamente revestidos de aparência de universalidade. Nem tudo nesses dois sistemas é ciência e nem tudo é ideologia; antes, estabelecem uma rede de vasos comunicantes em que interesses materiais, classes sociais, postulações epistemológicas, observação e experimentação científicas e ainda especulativismo se contaminam para alcançar resultados -- práticos ou não -- de curto e de longo prazo. A lógica que preside essas construções incorpora a tradição racionalista e a tendência à expansão planetária do modo capitalista de produção. O estado positivo de Comte e o equilíbrio final de Spencer nos dizem que o ponto de chegada

da história humana é a conquista da racionalidade suposta no interior das relações capitalistas, o que continha sua parte de verdade e seu tanto de velhacaria e fraude. O fato, pois, é que a dissonância interna era constitutiva desses sistemas já nas suas origens. Ciência e ideologia, progresso material e reação política, determinismo e liberalismo, valores jurídicos burgueses amputados de algumas de suas conseqüências democratizantes, aristocracia de grupos e desprezo sempre escamoteado pelo povo inculto, bloqueio de aspectos da ética do trabalho, valorização do trabalho intelectual em detrimento do manual etc, são contradições e antinomias conciliadas arbitrariamente por essas doutrinas a serviço de interesses da classe burguesa que se havia tornado hegemônica em diferentes países europeus, mas especialmente na Inglaterra e França, que nos amanhavam na economia e nas idéias.(31)

O desembarque desses novos conquistadores nos territórios meio virgens da América do Sul encontrou "lavrado o campo e a mesa posta", embora quase nada estivesse limpo e menos ainda em seu lugar... Mas o lugar era este e a acolhida aos aventureiros do espírito do capitalismo fez-se com o tapete e o abacaxi de que

(31) Sobre a constituição das doutrinas da era burguesa como ideologia a serviço de interesses particularistas de classe mas fazendo as vezes de representação universal da nação ou da humanidade, o livro fundador, que é ao mesmo tempo uma sátira arrasadora da modernidade capitalista, é A ideologia alemã de Karl Marx e Friedrich Engels. É sabido isso e também que tal obra não foi publicada em seu tempo oportuno, não estando então disponível no centro nem na periferia...

dispúnhamos. Mas é, ainda hoje, persistente a visão de que fomos conquistados e mal conquistados, com nosso próprio beneplácito, como uma fatalidade que produziu um sentimento de desconforto e inferioridade, o qual ora atende à nossa má consciência, ora à nossa indignação. A civilização moderna vinha chegando com suas bandeiras coloridas e seu teatro de progresso mas a barbárie, que seria sobretudo nossa, não soube e não pôde colocar-se de pronto sob uma sombra protetora, que prometia os sorrisos divinos da esperança..., nem estava à altura dela.

IV

A agonia do modo escravista moderno de produção no Brasil foi longa, de décadas. Isso logo demonstra o quanto eram resistentes as forças escravistas internas e quão fracas as oposições a elas. Pode-se dizer que a fraqueza abolicionista decorria de vários fatores: estruturais e políticos. O escravismo bloqueava a industrialização, a formação de um mercado interno, a autonomização dos capitais que podiam ser utilizados para comprometer o próprio modo escravista. Este, por sua vez, tinha as condições de sua reprodução garantidas pelo aparelho do Estado imperial, principalmente. O abolicionismo, tornado reivindicação política das classes médias, tinha sua face humanitária e progressista, porém vivia mais no plano ideológico e só a duras penas foi se articulando com a classe social direta-

mente interessada nele: os próprios escravos. De fato, essa articulação só se tornou politicamente consistente a partir de 1884/5 e terminou praticamente logo após o 13 de maio.

O republicanismo difuso nas camadas médias foi aos poucos sendo organizado partidariamente por setores das classes dominantes que o não associavam necessariamente com o anti-escravismo. Os partidos republicanos aos poucos, já na década de 1880, tinham reivindicações econômicas e políticas que ora conciliavam com as forças escravistas ora dissentiam delas, mas nunca romperam de todo com elas. As correntes conservadoras hegemônicas desses partidos conciliam especialmente com um processo de abolição por etapas e com reparações econômicas aos donos de escravos. As camadas médias mais radicalizadas foram defenestradas do espaço institucional dos partidos republicanos e por isso pressionaram a única força organizada de que se podiam aproximar: o Exército, através da oficialidade média. O Exército viveu longamente um processo de desgaste e subalternidade depois da Guerra do Paraguai, que gerou dissensões internas e acabou por levá-lo ao entrechoque com o Estado imperial escravista; diversos episódios conhecidos como a Questão militar.

Qual era, afinal, a base material e ideológica que levou as camadas médias ao anti-escravismo e ao republicanismo? Entendida a classe média como um conjunto de homens não-proprietários, que exercem trabalho remunerado (salários ou honorários) predominantemente não-manual e cuja ideologia

de valorização do trabalho tende a se fundar nas diferenças de capacidade individual (dons e méritos intrínsecos ao indivíduo), pode-se dizer dela, classe média, que se via tolhida e diminuída pela persistência do direito escravista em face de seus interesses e aspirações. Essa classe média urbana já se vinha desenvolvendo no Brasil, desde meados do XIX, pela ampliação do aparelho do Estado (sobretudo das Forças Armadas), das atividades mercantis e pela multiplicação do número de profissionais liberais (médicos, advogados, professores, engenheiros), de tarefas ligadas ao jornalismo (jornalistas, tipógrafos, impressores etc) e outras como bancários, contadores, guarda-livros, balconistas etc. Ocorre, entretanto, que "a despeito da multiplicação das oportunidades de trabalho não-manual (público e privado) (...) um mercado urbano de trabalho não-manual e de serviços pessoais (ainda) não estava plenamente constituído; (grifo do autor) e em que o recrutamento de funcionários (civis e militares) não era, sequer do ponto de vista formal, aberto a todas as classes sociais e fundado no critério da competência individual. Os trabalhadores não-manuais, na verdade, não ofertavam livremente sua força de trabalho ou os seus serviços pessoais, nem desempenhavam as tarefas do Estado por terem sido declarados, segundo critérios impessoais e não-casuísticos, competentes para tanto." (32)

(32) Décio Saes, A formação etc, op. cit., p.293. Sobre o problema da classe média no período, também: Saes, Décio. Classe média e sistema político no Brasil, S.P., T.A.Gueiroz, 1984.

Detectado, na época, com muita clareza, por Joaquim Nabuco e estudado recentemente por Maria Sylvia de Carvalho Franco, Roberto Schwarz e Décio Saes, o fenômeno que permeava a vida social brasileira era a relação de favor. "As profissões chamadas independentes, mas que dependem em grande escala do favor da escravidão, como a advocacia, a medicina, a engenharia, têm pontos de contato importantes com o funcionalismo, como sejam os cargos políticos, as academias, as obras públicas". A relação de favor constituía portanto o braço longo do direito escravista a submeter à dependência pessoal os homens livres que exerciam trabalhos que deveriam ser regulados pelo direito burguês. O arbítrio, a contraprestação a serviços e benefícios pessoais, a cultura interessada, portanto, a extensão do princípio do tratamento desigual aos desiguais, próprio da escravidão, atingia em cheio a classe média civil e militar, reduzida à permanente humilhação e à irrelevância. É Joaquim Nabuco quem diz: "ela (a escravidão) não consente outra carreira aos brasileiros, havendo abarcado a terra, degradado o trabalho, corrompido o sentimento de altivez pessoal em desprezo por quem trabalha em posição inferior a outro, ou não faz trabalho." (33)

(33) Ambas citações estão em Décio Saes, A formação etc, op.cit., p.289 e 282, respectivamente. De Joaquim Nabuco, o valiosíssimo O abolicionismo, Petrópolis, Vozes/INL-MEC, 1977. Central e pioneiro na discussão do favor é o trabalho de Roberto Schwarz, consubstanciado em duas obras: Ao vencedor as batatas, S.P., Duas Cidades, 1977 e Um mestre na periferia do capitalismo, S.P., Duas Cidades, 1990. De Maria Sylvia de Carvalho Franco a referência é: Homens livres na ordem escravocrata, S.P., Atica, 1974.

Frente a essa situação, aguçada nos fins da década de 1880 pela rebelião escrava que se generalizava, a classe média como que rachou em duas: parte permaneceu passiva, conformada à relação de favor e às regras da dependência pessoal e parte passou ao embate contra o Estado escravista imperial constituindo-se em força dirigente no processo de sua destruição, de que a Abolição e a República podem ser vistas como etapas. Pode-se dizer que essa parcela combatente intuiu -- às vezes compreendeu com clareza -- que a garantia de seu quinhão na distribuição do produto social "tinha como pré-condição a valorização social do trabalhador não-manual". É sob essa bandeira comum que frações da classe média civil se aproximaram da oficialidade do Exército que vivia agudamente a mesma situação. Essa união, fundada de fato em problemas comuns, era a possibilidade política real de quebrar o peso da relação de favor, para instituir uma hierarquia do trabalho que possibilitasse a instituição social dos critérios de dons e méritos. Parecia impossível -- e, de fato, era -- organizar para os trabalhadores não-manuais uma "ideologia da competição" sem a quebra do direito escravista e do Estado que o impunha e garantia. (34)

(34) Essa longa e complexa discussão está realizada com minúcias e argúcia no livro de Décio Saes, A formação etc, antes citado, especialmente na Parte III, 2, E: "A posição das classes populares no processo de transformação burguesa do Estado Brasileiro", p.267 a 337. Nosso trabalho nesse ponto é amplamente devedor das análises e interpretações desse autor que, a nosso ver, opera revisão substancial e conseqüente de inúmeros aspectos "consagrados" pela nossa tradição historiográfica. Ocupam-se dessas questões, ainda: Beiguelman, Paula. Formação política do Brasil, S.P.,

É necessário também observar que no interior da classe média, por sua fração intelectualizada, havia uma diferença quanto ao modo como se encaravam as chamadas "profissões liberais técnicas" (engenharia e medicina, oficiais militares etc) e os chamados bacharéis. Estes, em sua imensa maioria, se originavam das classes dominantes escravistas e destinavam-se à vida política ou a gerir os negócios do aparelho do Estado imperial-escravista. Tendiam, por isso, a um alinhamento automático com as classes dominantes, sendo quase sempre parte delas. Ai também encontravam a forma de sua valorização social acima de qualquer competição. Mas as profissões técnicas, diferentemente, porque boa parte de seus quadros era de origem média, passaram progressivamente a depender de competição, ainda que num mercado incipiente, tendo em vista as pequenas necessidades de seus serviços junto ao Estado. Além disso, fator, creio, preponderante, essas profissões guardavam certas semelhanças e mesmo proximidade com trabalhos manuais, completamente desqualificados pelo escravismo. Isso, certamente, produzia efeitos práticos e ideológicos diferenciadores quando predominava o favor, pois no incipiente mercado de trabalho as profissões técnicas eram muito mais atingidas pela dependência pessoal do que os bacharéis. (35)

Pioneira, 1967 e Carone, Edgard. A República velha (Instituições e classes sociais), S.P., Difel, 1970.

(35) Sobre o tema há subsídios importantes em Joaquim Nabuco, O abolicionismo, op.cit. E ainda: Freyre, Gilberto. Sobrados e Mucambos, Rio, José Olympio, 1968 e Ordem e Progresso, Rio, Record, 1990.

Há outra questão que suponho relevante para esta discussão sobre as condições de recepção das doutrinas científicas da época. Trata-se do fato de que a classe média brasileira daquele momento atendia a dois chamados ao mesmo tempo e por isso tinha cara dupla. Talvez se possa dizer que era mesmo um misto de duas classes sociais confundidas numa só, mas em busca de sua unidade. Produto do escravismo, com trabalhadores não-manuais livres, porém dependentes e atravessada também por relações capitalistas de assalariamento e aspirações e interesses que só podiam ser satisfeitos numa sociedade organizada pelas regras do ordenamento jurídico burguês. Noutros termos, escravidão e mercadoria capitalista (no sentido de força de trabalho...) constituíam os termos antinômicos da contradição que era preciso a classe média conciliar para sobreviver... A consequência disso parece evidente, embora a maioria dos estudiosos da aclimação das idéias européias do período não a tenham levado na devida conta.

Assim, a fraqueza estrutural da classe média decorria de sua inserção nessa situação contraditória, cuja solução parcial, apesar de tudo, ela encaminhou assumindo a direção revolucionária do processo que destruiu o modo escravista de produção e seu aparelho de Estado. Não obstante, sua presença hegemônica na cena histórica foi a passagem de um meteoro. A constituição republicana de 1891 já demonstra que a derrota política sofrida pelas classes dominantes escravistas (ou não; se é que isto existia...) estava se

transformando rapidamente em vitória. As conquistas da classe média esgotavam-se quase todas no igualitarismo jurídico, de fundo liberal, e quase nada conseguia quanto ao igualitarismo econômico. Aqui, as velhas classes dominantes, rearticuladas, impuseram seus interesses de ponta a ponta, até porque elas eram amplamente majoritárias na composição da Assembléia Constituinte. O fim do governo de Floriano Peixoto e a ascensão de Prudente de Moraes marcaram de modo visível o processo. A própria Escola Militar foi aos poucos sendo controlada e a agitação da jovem oficialidade neutralizada. A classe média logo saiu de cena por um longo período da República Velha. Os chamados jacobinos chegaram a ter, como fração minoritária da classe média mais combativa, algum papel de agitação política -- por exemplo a incitação que promoveram contra Canudos e o Conselheiro (1897), a revolta da vacina (1904) --, mas eram apenas remanescentes sem força nem representatividade. O novel Estado burguês ficou indisputado durante décadas em mão das oligarquias que o moldaram e o puseram a funcionar de acordo com seus interesses.(36)

De lembrar que, pelo menos até 1930, esse Estado burguês oligárquico garantiu a permanência na formação social brasileira de relações de produção servis, que continuaram implicando -- de modo dominante -- a dependência pessoal, negando com isso a plena vigência do direito

(36) Sobre a atuação dos jacobinos é importante o estudo de Queiroz, Suely Robles Reis de. Os radicais da República (Jacobismo: ideologia e ação - 1893-1897), S.P., Brasiliense, 1986.

burguês, "impedindo que a relação econômica entre proprietário dos meios de produção e produtor direto assumisse a forma de contrato entre iguais."(37)

Pois bem. A fraqueza da classe média implicava do ponto de vista ideológico (além do material) o seu comprometimento com valores profundamente arraigados na sociedade e provenientes das classes dominantes. O limite político da classe média, evidente na busca do igualitarismo jurídico e quase indiferença pelo igualitarismo econômico (por exemplo, uma reforma agrária não foi reivindicada pela classe média revolucionária de 1888/1894) reflete, creio eu, diretamente no modo pelo qual seus membros mais intelectualizados assimilaram as doutrinas européias que então chegavam ao Brasil.

V

O bloqueio que o positivismo e as doutrinas científicas, mais ou menos na mesma órbita epistemológica, exerceram sobre a teoria do conhecimento (o pensamento crítico em filosofia -- nos termos da crítica de Lênin e Habermas, que indicamos) e a economia política, não emergiu, segundo parece, à consciência da camada letrada brasileira. Esta, quando escapou do positivismo tout court embarcou na canoa de Spencer, ou na do monismo conservador alemão ou nas teorias raciais. Na falta de tradição

(37) Décio Saes, A formação etc, op.cit., p.351.

filosófica consistente -- problemas de toda a periferia capitalista, evidentemente --, e de pensamento econômico -- este praticamente nulo --, o resultado é que a nova ilusão do ordenamento jurídico burguês -- não praticado pelas classes dominantes agrária-escravistas e só muito parcialmente pela burguesia agrária-oligárquica depois de 89 --, constituía a aspiração política mais elevada da parte da camada média que se tornara momentaneamente dirigente da revolução burguesa. A posição dessa fração média revolucionária na estrutura social impunha-lhe seu próprio limite, pois se de um lado ela pouco ou nada tinha a perder no interior do modo de produção escravista, depois ela não foi capaz de organizar um partido -- ou outras formas de representação de interesses -- que estabelecesse a ligação com outras camadas ou classes sociais. A ditadura militar (1889 - 1894) ficou durante toda sua vigência patinando no vazio, sem base social que a sustentasse, por isso incapaz de promover direção mais conseqüente ao processo, assim que a camada média teve satisfeitas algumas de suas reivindicações no âmbito do novo ordenamento jurídico.

O movimento durou pouco -- cerca de cinco anos -- para que ele pudesse alcançar repercussão na produção intelectual mais sólida. Ademais a camada média revolucionária fragmentou-se rapidamente, em entrechoques entre grupos civis -- e civilistas -- e os militares; em diferenciações internas quanto aos rumos a serem imprimidos ao aparelho de Estado (repressão aos adversários monarquistas, aos simples

dissidentes, aos interesses regionais, continuação de práticas anteriores de nepotismo, favorecimentos de grupos e pessoas, locupletação de muitos militares em cargos públicos etc etc.). A rápida recomposição dos poderosos interesses econômicos e políticos das classes dominantes -- especialmente as de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro -- desnorтеou a camada média que geria o Estado, a qual não foi capaz de formular qualquer projeto, de curto, médio e menos ainda de longo prazo, para o país, que fosse distinto dos interesses da burguesia agrária e oligárquica.

Essa fraqueza diante dos interesses verdadeiramente hegemônicos das classes dominantes foi a meu ver o traço decisivo da relação das camadas médias com a ciência e o pensamento importados. A "tradição" do favor e da dependência pessoal firmada e consolidada na cultura do país por décadas -- e séculos, na verdade -- assinalava um grilhão cuja ferrugem histórica estava nas recentes teorias européias -- biossociológicas -- que, "ao propósito científico e antitradicional uniam uma posição conservadora, bem como formas sucedâneas de providencialismo e culto religioso". (38) Assim, nesse quadro, pode-se dizer que tanto havia de comédia, captada por Machado de Assis, quanto de drama, captado por Euclides da Cunha, dos quais, aliás, pode-se dizer também que, por seu viés respectivo, expressaram muito, porém parcialmente, o que estava em jogo.

Procuremos uma hipótese para localizar com distância crítica alguns desdobramentos do problema, de vez que não é

(38) Roberto Schwarz, Um mestre etc., op. cit., p.155.

nosso propósito aqui discutir todos os aspectos da questão histórica brasileira. É necessário lembrar que nas condições brasileiras, pré-burguesas no Império e semiburguesas na Primeira República, a pretensão universalista da ciência e do progresso estava, de fato, fora do lugar, funcionava em dissonância dupla: incorporando a dissonância original das doutrinas e produzindo aqui um novo cacófato ideológico. O esclarecimento, para usar o termo de Adorno⁽³⁹⁾, andava de braço dado com formas regressivas próprias à formação social peculiar do país periférico (e escravocrata ou recém-saído da escravidão...), sem embargo de que a regressão não é prêmio apenas desta parte do mundo. As doutrinas que os letrados brasileiros assimilaram à sua moda e conveniência, regra geral, estavam ao largo dos grandes terremotos proletários de 1848 e 1871 na França. O capital neocolônia, concomitantemente com as doutrinas referidas, mal chegava aqui e, quando chegava, vinha quase sempre sob sua forma mais atrasada. A relação, determinada pela ordem do mercado mundial, deixava poucas possibilidades de racionalizar componentes ideológicos compensatórios; clara era nossa condição de dependência e irrelevância no plano internacional. Isso correspondia, no plano interno, à situação idêntica da precária classe média -- e dos letrados cultos -- frente ao poder dos proprietários rurais: dependência e irrelevância. A pretensão da classe média --

(39) Adorno, Theodor W. e Horkheimer, Max. Dialética do esclarecimento, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.

em especial dos militares -- de "representar os verdadeiros interesses da nação", empurrava-a para os braços da modernidade suposta nas doutrinas vindas da Europa. Isso parecia fazer da classe média o que ela era e não era: relevante e independente porque alinhada com o progresso e a ciência modernos, projetando o futuro promissor da nação, assim que vencidas as forças do atraso e da barbárie, encarnadas no povo inculto e ignorante. Este era assim por culpa das "elites" dominantes que se mostravam secularmente indiferentes pelo destino do povo e, portanto, da nação. Isso ela de fato não era, mas supunha ser. O que ela era, mas não compreendia com clareza, consistia na sua irrelevância e dependência na estrutura do poder, funcionando como força política e ideológica auxiliar da classe dominante. Suas vozes dissidentes eram ornamentalizadas e neutralizadas.

Era de se esperar que a classe média, desvinculada do processo produtivo direto, pois suas ocupações estavam no setor, digamos terciário da economia, figurasse a educação, as letras e as ciências como o motor das transformações sociais. Para ela, a educação e as letras é que permitiam seu próprio esclarecimento e aí ela supunha estar a possibilidade do salto qualitativo de todo o povo -- e a nação -- para superar o atraso e a barbárie. Ocorre que as doutrinas que desembarcavam aqui naquele momento tinham muito, quase tudo, de formulação ideológica da classe média se constituía na Europa, especialmente da

intelectualidade jogada às feras do mercado e se debatendo, também lá, com novas formas de dependência e irrelevância. Não é de estranhar, muito ao contrário, que somada a tradição ilustrada do século XVIII à nova condição do mercado capitalista do século XIX, os letrados europeus, inseguros e instáveis na base social, racionalizassem sua própria irrelevância. Assim a educação, o Apostolado positivista; assim Thomas Carlyle que, sem uma doutrina bem determinada, postulava que o grande herói da modernidade capitalista era o homem de letras, pois o quarto estado era "mais importante que os três juntos (...). A imprensa que é a consequência lógica da escrita, como disse, é o equivalente da democracia; invente a escrita, a democracia é inevitável.(...) A nação é governada por todo o que tenha língua na nação; a democracia está virtualmente lá".(40)

(40) Carlyle, Thomas. On heroes, hero -- worship and the heroic in history. Trad. bras.: O herói e o culto dos heróis, Cultura Moderna, SP, s/d. Publicado em 1841, foi livro muito prezado por Euclides e lido por boa parte de nossos intelectuais depois de seu amplo sucesso na França, informando ali tendências conservadoras. "Misturando o idealismo alemão ao puritanismo escocês (...) ataca as instituições e sistemas" (...), combatendo os abusos (e privilégios) parece, entretanto, fazer-se também "apóstolo da tirania". Carlyle ataca o catolicismo em defesa do luteranismo; faz a defesa do homem prático e realista contra o sentimentalismo e imaginação, ao mesmo tempo que condena os aspectos utilitários e argentários da vida moderna. Distingue Formas sociais verdadeiras e apropriadas de outras falsas e inapropriadas, coincidindo isso, mais ou menos, com algo que fosse essência e aparência. O puritanismo luterano está eivado de providencialismo, de sorte que todo grande homem verdadeiro (o herói) é enviado por Deus para conduzir os homens, pois ele é uma "revelação na Carne". Passando dos heróis individuais do passado, de diferentes tempos e lugares, culturas e civilizações, Carlyle chega "à última forma do Heroísmo a que

Assim o evolucionismo spenceriano em busca "da fase final da evolução humana"; assim as teorias raciais complementadas pela antropogeografia da superioridade dos climas frios ou temperados sobre as regiões tropicais.

A adesão da fração intelectual da classe média a essas doutrinas tinha a ver com nossas condições de atraso real. O complexo problema étnico, o analfabetismo (83% em 1890, segundo José Veríssimo), o mercado de trabalho ainda por se constituir segundo as regras burguesas a dominação social autoritária pela força bruta, ausência de um operariado, o produto social concentrado em mãos de pouquíssimos etc, tudo isso permitia que a aparência daquelas doutrinas fizesse as vezes de prospecção e explicação; e, ainda oferecesse horizontes para a regeneração moral do país, como então se dizia "superando a anarquia mental do mundo moderno". Mas, esse instrumental crítico, minado por elementos regressivos e apologéticos da ordem (burguesa na Europa e semiburguesa aqui), permitiu que a classe média problematizasse de fato - - no próprio limite da classe -- a sociedade brasileira e se tornasse força dirigente da revolução burguesa no Brasil

denominamos Realeza". O "Condutor de Homens" é visto como super homem, como súmula do heroísmo, "o homem que possui essas qualidades deve mandar sobre nós, administrar-nos ensinamentos práticos, determinar o que devemos fazer cada hora, cada dia." Segundo Carlyle, ao Homem Capaz (de KING, ou seja KON-NING = homem capaz) devemos obediência, lealdade e veneração, pois o Herói - Condutor - Capaz é "por natureza amigo da Ordem e não da desordem". E só ele é competente para assegurar a democracia. Como se vê, o parentesco com os aspectos mais obscurantistas do positivismo é evidente e nada diferente da dissonância interna das outras doutrinas da época.

naquele momento, destruindo o Estado imperial escravista e erigindo um novo Estado. Por um curto período a classe média --em especial seus intelectuais-- se viu na cena histórica, tornada a representante da nação e garantidora dos ideais civilizados, impondo às classes dominantes uma derrota que, embora breve e parcial, permitiu-lhe olhar-se com traços de grandeza e heroísmo. Mas, o bloqueio, sobretudo da Economia política não lhe permitiu pensar claramente sobre a relevância daquilo que estava ocorrendo aqui como parte periférica do aparato neocolonialista mundial. A seqüela dessa "grandeza" e "relevância" tão efêmera da classe média marcou fortemente seus membros mais lúcidos e combativos, empurrando-os para o dissídio e a rebeldia (limitados) contra o poder hegemônico da burguesia terratenente do café com leite. Foi o caso, contraditório, de Euclides.

VI

Antes de retomarmos a obra de Euclides da Cunha para tornar ao foco deste trabalho, é imprescindível observar alguns aspectos da interpretação da história social e cultural brasileira do período, decorrentes da singularidade do quadro que delineamos. É quase remansoso na tradição historiográfica do país o reconhecimento do papel decisivo cumprido pela classe média naquelas etapas da revolução burguesa conhecidas por Abolição e Proclamação da República, atribuindo-se preponderância à fração militar do Exército.

Até aí tudo bem. Mas, em seguida, a má compreensão do processo, em geral ocasionada pela recusa a levar em conta a luta de classes -- enquanto prática na história e, portanto, necessariamente, como categoria teórica -- opera uma insidiosa contaminação interpretativa que favorece a visão hegemônica da classe dominante. Por exemplo, a voz corrente de que não houve qualquer apoio popular ao golpe militar de 15 de novembro. Depois, a apresentação do período inicial republicano -- até 1894, com Prudente de Moraes -- como uma simples ditadura sangrenta em que os oficiais do Exército praticavam a desordem, o assassinato, a repressão e levaram o país à falência e ao descrédito internacional.⁽⁴¹⁾ E, ainda, a distorção generalizada que apresenta a intelectualidade do período como elite assimilada à classe dominante tout court. Pode-se dizer que as interpretações -- excluídas aquelas declaradamente conservadoras, com as quais não me interessa dialogar --, têm oscilado demasiado entre o

(41) É de lembrar aqui a contribuição decisiva para isso deixada por monarquistas ferrenhos ou até mesmo bonachões. E o caso de Eduardo Prado e de Afonso Celso, o Visconde de Ouro Preto. Do primeiro é célebre: Fastos da ditadura militar no Brasil, SP, Escola tipográfica Salesiana, 1902. Do segundo, mais célebre e decisivo para a conformação da ideologia da classe agrária dominante após a República que, como é sabido penetrou largamente no aparelho escolar e está vivo ainda hoje em qualquer manifestação patrioteira: Porque me ufano do meu país, Rio de Janeiro, Laemmert, 1908 - 4^o edição. Estudos recentes sobre o embate ideológico, suas formas, seus conteúdos e conseqüências no período inicial da vida republicana aparecerem com contribuições novas, frutos de pesquisas cuidadosas. Desses devem ser lidos: Oliveira, Lucia Lippi. A questão nacional na Primeira República, SP, Brasiliense/CNPq, 1990 e Carvalho, José Murilo de. A formação das almas (O imaginário da República no Brasil), S.P. Companhia das Letras, 1990.

negativo e o positivo -- porque há também valorizações excessivas, decorrentes de episódios históricos posteriores que pouco têm a ver com o período --, sem nuances suficientes que permitam esclarecer a atuação de homens, grupos ou camadas sociais naquelas circunstâncias específicas.

Parece-me portanto necessário assentar uma base explicativa mais sólida para que as interpretações de Euclides da Cunha a que nos arriscaremos não fiquem sujeitas a humores históricos circunstanciais e extemporâneos. Essa intenção de objetividade implica, pois, deixarmos assentes alguns aspectos decisivos. A parte da classe média que se autonomizou naquele processo histórico e conduziu o movimento político de supressão do trabalho escravo -- do modo de produção escravista moderno no Brasil --, desmantelamento e reconstrução do aparelho de Estado, era fraca numericamente, muito instável e dependente do ponto de vista social e do econômico. Só alcançou a vitória política breve porque contou com parte do Exército, já burocratizado e, portanto, fundado na hierarquia, na profissionalização, nas regras objetivas para promoção etc, e cumpriu assim um papel anti-oligárquico que, momentaneamente, contrariou a fundo os interesses hegemônicos da classe agrária proprietária. Mas, como ficou visto, os limites de suas reivindicações -- o ordenamento jurídico burguês, o fim da carestia de vida, das dificuldades de moradia etc -- mostravam-na incapaz de contrariar até o fim os interesses

agrários e forjar um projeto histórico próprio, por exemplo fundado na industrialização. No dizer de uma estudiosa do tema: "Dessa forma, se mesmo os industriais vincularam-se ideologicamente à classe agrária, muito mais depressa o fariam as camadas médias urbanas, tradicionalmente dependentes desta, inexpressivas naquele momento, historicamente assimiladoras do projeto do projeto da classe dominante."(42)

E Décio Saes parece-me esclarecer convenientemente o processo, no seu funcionamento político, oferecendo uma chave decisiva para a compreensão de diferentes posições, de intelectuais e escritores inclusive, naquilo que manifestaram também a posteriori como explicação do que ocorrera e ocorria no país. Vale, por isso, a longa transcrição:

"Todos os fatos anteriormente mencionados nos obrigam a reconhecer que o movimento pela derrubada da monarquia teve um caráter predominantemente militar; mas tal reconhecimento não coloca nenhum obstáculo às nossas teses, já que, para nós, a questão central é poder provar que o grupo militar exprimiu, na ação política, os objetivos políticos

(42) Suely Robles Reis de Queiróz. Os radicais etc, op. cit., p.268. Essa autora diz também que: "o país apenas emergia de quatro séculos de escravidão, o café ostentava alta rentabilidade, o processo de industrialização mal se esboçava. Além disso, a forma como este ocorreu, vinculado à expansão da economia agroexportadora, interpenetrou os dois setores, compatibilizando interesses agrários e industriais. É sabido que, pelo menos durante boa parte da Primeira República, não houve oposição entre ambos." (idem, ibidem, p.268).

perseguidos por uma fração da classe média imperial. Mas os fatos citados exigem, além disso, o reconhecimento de que aquele movimento não foi um mero golpe militar assistido por classes sociais indiferentes aos destinos da monarquia e do Estado escravista. Nesse momento do processo de reorganização burguesa do aparelho de Estado, uma classe popular -- a classe média (civil e militar), considerada no seu conjunto -- acumulou os papéis de força dirigente (fixação de objetivos políticos e organização da luta) e da força principal (a massa dos participantes) do processo. Façamos agora uma advertência: a classe média foi a força dirigente do processo de transformação burguesa do Estado e, num determinado momento desse processo, assumiu também o papel de força principal; mas isso não significa que, sob o Estado burguês recém-formado, a classe média tinha sido a classe dominante ou, para empregar uma expressão tão imprecisa quanto difundida, 'estivesse no poder'. O papel desempenhado pela classe média (sobretudo a militar) na derrubada da monarquia permitiu que ela se mantivesse, pelo menos até 1894, como classe reinante; no Estado burguês semiditatorial do período de 1889 a 1894, a classe média reinou (seus representantes políticos controlando vários ramos do aparelho de Estado), mas quem governou foram as classes exploradoras e proprietárias (cujos interesses econômicos foram prioritariamente atendidos pela política econômica de Estado)."(43)

(43) Décio Saes, A formação etc, op.cit., p.317.

Isto posto, é necessário dissentir do uso mais ou menos indiscriminado que vem sendo feito do conceito de elite -- sobretudo nas áreas ligadas mais diretamente aos estudos literários, de crítica ou história literária --, que tende a aceitar uma "visão conservadora", à revelia talvez dos usuários, segundo a qual Abolição, proclamação da República e República Velha seriam uma coisa só, sem nenhuma ruptura interna. As classes dominantes agrárias teriam concedido a Abolição, convencidas de que a escravidão se tornara anti-econômica; deixaram cair o Império porque estavam aborrecidas com a política do Imperador de não fixar reparos financeiros aos donos de escravos; retomaram o aparelho de Estado das mãos dos militares mais ou menos intacto, ou seja, tal qual ele era no Império. A saber, a classe dominante agrária fez tudo sozinha, por ação ou omissão, sem ter sido contestada, sem lutas, porque, de fato, todo o povo reconhecia -- e reconhece... --, que os interesses dela eram os verdadeiros interesses da nação. A camada intelectual -- com sua produção tão diferenciada e tantas vezes combativa e dissidente da classe hegemônica -- sob o rótulo de elite vem sendo atrelada pura e simplesmente ao papel de porta-voz dos interesses ideológicos daquela. Mesmo a pretensão, às vezes transparente, de empregar o termo com sentido politicamente neutro de designar os letrados intelectuais -- que era de fato uma camada pequena --, não escapa ao estigma de obscurecer diferenças e distinções de pensamento e ação. A própria inserção dos escritores nas instâncias

institucionais sagradas -- a Academia Brasileira de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico etc -- não é suficiente (como também não é a origem de classe, sem se estudar o percurso de cada um) para dirimir a confusão. Ademais, é corrente o uso do termo com sentido irônico para designar a dependência dos escritores dos interesses materiais e ideológicos da classe agrária hegemônica segundo o modo peculiar que esses interesses assumiam na vida urbana. Nisto há apenas parcela de verdade em parte dos intelectuais; a generalização é um falseamento que está a serviço do conservadorismo sempre interessado em que seus interesses recubram, de fato, todas as diferenças e dissensões. É um modo de calar as vozes que, eventualmente e, mesmo parcialmente, possam falar de outros pontos de vista.

Aqui convém reafirmar que a assimilação das correntes e doutrinas do pensamento burguês europeu conteve a dupla face da classe média brasileira e funcionou também duplamente: progressivamente como crítica ao conservadorismo e substrato ideológico da revolução burguesa; e regressivamente por não ter podido identificar o próprio ponto de vista original das doutrinas e as conseqüências que ele continha. Classe média lá e classe média cá, os que produziram e os que assimilaram pagaram o preço comum de sua comum inserção de classe e o preço diferenciado de suas diferentes posições na máquina do neocolonialismo: centro e periferia. Há comédia e drama nisso tudo. Mas a nossa inferioridade, que era real, não era

única, e acabou por ser, ainda que lentamente, problematizada com os próprios instrumentos teóricos que a demonstravam e a pretendiam "natural". E nesse caso, nem tudo -- bem ao contrário -- foi uníssono com os interesses da classe hegemônica brasileira e nem mesmo com as burguesias européias. Um quadro bastante expressivo da injustiça e da violência implicadas na dominação de classe no Brasil emergiu da tragicomédia vivida pelos nossos principais intelectuais. Por isso estão vivos e ainda hoje significam para nós.

VII

Nos episódios culminantes iniciais desse complexo processo de transformação social e política que removia obstáculos para o funcionamento da ordem competitiva burguesa no Brasil -- Abolição, República, Assembléia Constituinte e Governo Provisório -- Euclides da Cunha desempenhou papel meramente secundário. Embora ganhasse alguma notoriedade com a expulsão da Escola Militar, em fins de 1888, sua atuação pública limitou-se à publicação de artigos antimonarquistas nos primeiros meses de 1889, no jornal A Província de São Paulo. O golpe militar republicano pegou-o de surpresa, embora ele estivesse próximo da oficialidade revoltosa. Assim, foi reintegrado à Escola Militar apenas 4 dias após, em 19 de novembro. Ele, que já havia publicado uns poucos textos em revistas escolares,

parece ter tomado gosto pela atividade jornalística. Enquanto permaneceu na Escola Militar para concluir o curso de engenharia e, mesmo formado mas ainda na carreira das armas, escreveu bastante para jornais do Rio e de S. Paulo, na maior parte das vezes em defesa do novo regime.(44)

Em 1896 Euclides, que já era tenente, decide-se a dar baixa e opta pela profissão de engenheiro civil, trabalhando na Secretaria de Obras do Estado de São Paulo. A base constante de seu trabalho como escritor foi a atividade jornalística, concomitante com a engenharia. Mesmo Os Sertões foram precedidos, como se sabe, das reportagens que ele enviou da Bahia, onde estava na qualidade de correspondente, para o jornal O Estado de São Paulo. Não se pode perder de vista esse fato no estudo da linguagem e do estilo do escritor. E também que o jornalismo que exerceu deve aparecer entre aspas, no sentido de que não era sua ocupação principal -- sua principal fonte de subsistência. Como gostava de dizer ele mesmo, era um jornalismo folgado, feito nos intervalos da outra profissão, o que lhe permitia a escolha do assunto, um tempo de escrita menos compulsório, maior cuidado com a linguagem e tratar dos temas com intenção mais duradoura do que as 24 horas que o jornal demora a ir da banca para a quitanda ou o açougue. Era sobretudo um jornalismo de idéias, de persuasão, o que ele

(44) Olímpio de Sousa Andrade e Sylvio Rabello, nas obras anteriormente referidas, estudam o trabalho jornalístico euclidiano de juventude e bem mostram seu pensamento em formação e o modo de sua intervenção política. Todos esses textos de Euclides na O.C., I, na seção "Fragmentos e Relíquias", que inicia na pág. 515.

praticava, ainda que, no início, tenha sido mais direto e combativo na defesa do regime. A imensa maioria dos textos de Contrastes e confrontos (1907) e de À margem da História (1909) tem esse estatuto peculiar; aliás, mesmo quando não saiu pela imprensa. É no contexto desses artigos para jornal e nas cartas particulares que se pode rastrear o principal de suas reflexões sobre arte, linguagem e estilo.

Assim, em 1889, nos meses que antecedem à República, escreveu artigos sob o título geral de "Atos e palavras". No primeiro deles, como era de praxe, define-se: "Não nos destinamos à imprensa/ Os artigos aqui escritos exprimirão parêntesis abertos em nosso estudo e torná-los-emos reflexos dele./ Excluimos o estilo campanudo e arrebicado. A idéia que nos orienta tem o atributo característico das grandes verdades -- é simples".⁽⁴⁵⁾ Esse preâmbulo ao dizer da situação e da intenção do jovem de 23 anos, é premonitório do que viria a ser a inserção intelectual definitiva de Euclides, sem embargo de pequenas variações posteriores. E, ao mesmo tempo, é bastante característico de uma "personalidade" que se manterá até o fim investindo no esforço da busca de grandes verdades e numa escrita avessa ao "estilo campanudo e arrebicado", ainda que, com o correr do tempo e com as mudanças de "gosto", esses dois adjetivos pareçam a muitos aplicáveis exatamente a seu estilo ...

Mas é num artigo de 8 de maio de 1892, também saído em O Estado de São Paulo, que se pode encontrar quase

(45) O.C., I, p.549.

cristalizada a concepção euclidiana da arte.⁽⁴⁶⁾ O artigo se apresenta como uma pausa nos dias "cheios dos deslumbramentos e dissabores da luta...", para voltar-se "para mais calma ordem de idéias" sugeridas pelo anúncio de "próxima aparição de dois livros de versos". A noção de arte é grandiosa, pois a supõe capaz de provocar o "alevantamento comum", "já que é pela arte, de uma maneira geral, que se pode formar a mais pronta, a mais ampla e a mais segura idéia da superioridade afetiva e mental de um povo". Em seguida, Euclides diz da diferença entre ciência e arte: aquela, "altamente cosmopolita", "define de um modo geral o espírito humano", esta, "mais especial", define "o espírito das nacionalidades". Para esse encontro do humano com o nacional é que se faz "indispensável" aos cultores da arte "a iniciação científica". O grande ideal da arte é o altruismo e o artista verdadeiro "tem a passividade de um prisma" onde se refrata, com as "cambiantes do temperamento" de cada um, "a grande alma humana, com as suas múltiplas e desencontradas feições". Mas o artista só alcançará "essa elevação grandiosa da consciência" através da ciência, que lhe dará a "compreensão exata do seu tempo". Aí irrompe a forma apodítica, argumento taxativo e doutrinário tão marca registrada Euclides da Cunha: Spencer entende que as artes são "as flores da civilização", e "o eminente pensador pondera judiciosamente que se não deve abandonar a planta, a

(46) O.C., I, p.608.

instrução científica, para cuidar antes da flor, que neste caso brotará degradada". (grifo de Euclides).

O artigo desenvolve outros argumentos, garantindo que a ciência também tem uma "função moralizadora" sobre o "egoísmo dos sonhadores" e afasta a tese de que o estudo teria "ação esterilizadora"(...) "sobre o sentimento", fato evidenciado com Goethe, "naturalista" e "imortal poeta". Dois outros aspectos merecem ainda referência: a arte tomada como "a mais alta forma do instinto hereditário da raça"; e a conclamação de que a arte, no Brasil, sendo ainda "balbuciante, se alevante vigorosa, amparada nas grandes leis da existência universal, de que é a nossa pátria um majestoso palco". Esse "é o nosso mais ardente desejo".

Arte e ciência, consórcio necessário para se alcançar o "alevantamento" da pátria no seu encontro com a humanidade; acrescido da concepção racial -- ainda em germe -- que ganhará foros de um determinismo incisivo no seu pensamento no correr dessa década de 1890 --, esse núcleo guiará o escritor por toda a vida.

Pouco depois do artigo acima analisado, no mesmo mês e no mesmo jornal, Euclides escreve sobre Victor Hugo, seu poeta predileto e reafirma:

"Realmente, se qualquer literatura define uma nacionalidade, pelo se basear inteira no sentimento hereditário da raça e a subordinação às tradições nacionais, Victor Hugo, o genial e extraordinário romântico, é mais do que o poeta da França; pertence ao nosso século -- porque o

que todos nós sentimos, palpitando veemente, fulgurante e sonoro, através dos seus alexandrinos imortais, não é a alma de uma sociedade, mas sim todo sentimento humano!"

A dialética do nacional e do universal é a mesma do outro texto e também tem por fim a "fraternidade humana", como "conquista da filosofia", e a "república universal", como "conquista, amanhã, da política moderna". O sentido ideológico disso na circunstância brasileira tentaremos ler depois; por enquanto, vale o registro de que esses elementos têm peso na constituição da própria linguagem e estilo euclidianos. Aos poucos Euclides vai procurando encontrar a forma literária desses conteúdos, o que estará melhor realizado em Os Sertões.

Referimos, páginas atrás, um artigo de 1898, em que Euclides polemiza com o escritor português José Pereira Sampaio Bruno a propósito do livro deste O Brasil mental. Ali, transcrevemos um trecho em que está inteira a teoria racial euclidiana e decorrente dela a questão da linguagem: "A uniformidade da linguagem, transmitida pelo último (quer dizer: o elemento mais forte da formação racial de um povo), é então um instrumento incomparável para realçar o contraste das tendências naturalmente diversas".

Essa concepção euclidiana será decisiva para a constituição de sua própria linguagem, já que nela será mínima -- em todo caso sempre policiada -- a variação sóciolingüística, recalcada qualquer presença de linguagens sociais com perspectivas diferentes do seu discurso

hegemônico.⁽⁴⁷⁾ A crença etnocêntrica da superioridade da "raça branca" de "origem celta", representada pelo português, imporá a "uniformidade da linguagem". Da superioridade da raça branca decorre, como se sabe, a superioridade da cultura e da civilização criadas por essa raça, cuja linguagem impunha imperiosamente também sua supremacia, porque ela seria perfeitamente "capaz de realçar o contraste das tendências naturalmente diversas".

Interessa observar desde logo que esse monolitismo autoritário da linguagem, preservado de público pela vida inteira, gerava qualquer desconforto íntimo em Euclides. Em duas cartas a Egas Muniz B. de Aragão (o poeta baiano Pethion de Villar), face à intenção deste de traduzir fragmentos de Os Sertões para o francês, o escritor dizia que "temo que o meu estilo, algo bárbaro, não se afeiçoe a tão delicado relevo". E, ainda, "Não deixe de mandar-me logo qualquer tradução que faça dos excertos escolhidos, dado que a rudeza do meu estilo se possa afeiçoar aos encantos de outra língua".⁽⁴⁸⁾ Pode-se ler singelamente essas afirmações

(47) No mesmo sentido, a análise minuciosa e sugestiva de Nicolau Sevcenko, em Literatura como missão (Tensões sociais e criação cultural na Primeira República). S.P., Brasiliense, 1983, especialmente cap. IV. p.130 e segs. e cap. VI, p.199 e segs. Também Franklin de Oliveira, embora em sentido um pouco diferente, se ocupa do problema em Euclides: a espada e a letra, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, cap. "O universo verbal de Os Sertões", p.47 e segs. Sobre questões teóricas de análise de nível sociolingüístico: Osakabe, Hakira. Argumentação e discurso político, S.P., Kairós, 1979; Preti, Dino. Sociolingüística: os níveis da fala, S.P., Nacional, 1974; Labov, William. Sociolinguistic Patterns, Oxford, Basil Blakwell, 1985.

(48) O.C., II, p.613 e 619, respectivamente.

como veleidade ou exercício de modéstia, mas creio que isso não faria justiça aos problemas estilísticos reais que ressoam a complexidade de sua relação com a matéria histórica nacional e com a ciência da época.

Neste trabalho de recuperar as manifestações explícitas do escritor sobre linguagem e estilo vale muito outra carta, esta a José Verissimo, crítico reconhecidamente admirado por Euclides, em resposta aos reparos aparecidos no artigo sobre Os Sertões, quanto ao uso de termos técnicos. Euclides considera que apenas nesse ponto a crítica de Verissimo não tinha sido justa: "Sagrados pela ciência e sendo de algum modo, permita-me a expressão, os aristocratas da linguagem, nada justifica o sistemático desprezo que lhes votam os homens de letras -- sobretudo se consideramos que o consórcio da ciência e da arte, sob qualquer de seus aspectos, é hoje a tendência mais elevada do pensamento humano". Em seguida Euclides "comprova" sua tese com o exemplo de Berthelot, "um grande sábio e um notável escritor", em cujo discurso de posse na Academia Francesa, ficara consignado "por deduções rigorosíssimas", que "o escritor do futuro será forçosamente um polígrafo; e qualquer trabalho literário se distinguirá dos estritamente científicos, apenas, por uma síntese mais delicada, excluída apenas a avidez característica das análises e das experiências". Após dizer que gostaria de discutir o problema pela imprensa, mas impedido pela sua situação de commis-voyageur da engenharia, exortando, entretanto,

Verissimo a fazê-lo, acrescenta: "Eu estou convencido que a verdadeira impressão artística exige, fundamentalmente, a noção científica do caso que a desperta -- e que, nesse caso, a comedida intervenção de uma tecnografia própria se impõe obrigatoriamente -- e é justo desde que se não exagere ao ponto de dar um aspecto de compêndio ao livro que se escreve, mesmo porque em tal caso a feição sintética desapareceria e com ela a obra de arte".(49)

A exposição euclidiana é suficientemente clara, reivindicando sempre o movimento de emparelhar-se com as "tendências" da modernidade, não apenas a sua contemporânea

(49) O texto de José Verissimo encontra-se nos Estudos de literatura brasileira - 5ª série, S.P. Itatiaia/Edusp, 1977. O reparo de Verissimo está no segundo parágrafo: "Pena é que conhecendo a língua, como a conhece, esforçando-se evidentemente por escrevê-la bem, possuindo reais qualidade de escritor, força, energia, eloquência, nervo, colorido, elegância, tenha o Sr. Euclides da Cunha viciado o seu estilo, já pessoal e próprio, não obstante de um primeiro livro, sobrecarregando a sua linguagem de termos técnicos, de um boleio de frase como quer que seja arrevesado, de arcaísmos e sobretudo de neologismos, de expressões obsoletas ou raras, abusando freqüentemente contra a índole da língua e contra a gramática, das formas obliquas em lhê em vez do possessivo direto, do relativo cujo e, copiosamente, de verbos por ele formados, e de outros modos de dizer, que, ainda quando filologicamente se possam justificar, não são, de fato, nem necessários, nem belos, antes, a meu ver, dão ao seu estilo um tom de gongorismo, de artificialidade, que certo não estava na sua intenção. Em uma palavra, o maior defeito do seu estilo e da sua linguagem é a falta de simplicidade; ora, a simplicidade, que não exclui a força, a eloquência, a comoção, é a principal virtude de qualquer estilo. Mas este defeito é de quase todos os nossos cientistas que fazem literatura, até mesmo de alguns afamados escritores nossos, que mais sabem a língua, é quase um vício de raça, o qual no sr. Euclides da Cunha, por grande que seja, não consegue destruir as qualidades de escritor nervoso e vibrante, nem, sobretudo, o valor do seu livro. (p.45/46). A carta de Euclides em O.C., II, p.621.

mas, em especial, a do futuro. Há Spencer, há ^positivismo, Eça de Queirós e mais coisa por trás disso, como veremos adiante. Mas sobretudo convém perguntar a respeito de qual necessidade profunda de expressão movia Euclides para esse caminho. A ciência e a arte em consórcio, como única possibilidade de ele se dar os meios de alcançar um objeto fugidio, de contorno impreciso, que era sua preocupação e sua paixão. Ademais, aí, subjaz uma esperança da grandeza futura do Brasil, substrato permanente de suas idéias e de sua postura.

Em dois textos de 1907, colhemos Euclides, por assim dizer, ao vivo, na análise de dois poetas: Castro Alves e Vicente de Carvalho. O primeiro numa conferência no Centro Acadêmico "XI de agosto", da Faculdade de Direito de São Paulo e o segundo como prefácio aos Poemas e Canções.⁽⁵⁰⁾ O texto sobre Castro Alves é, de longe, o mais complexo dos dois, mas ambos se repetem em parte e se completam. Neles prevalecem as mesmas questões ligadas à linguagem, ao estilo e à concepção euclidiana da arte. Castro Alves é valorizado como o sonhador que imprimiu ao "seu lirismo revolucionário" a condição de "propagandista fervente" das "idéias e sentimentos de seu tempo", em detrimento da "universalidade dos motivos determinantes das emoções estéticas". E acrescenta: "À restrição da sua figura literária correspondeu um alargamento na história". A justificação para tanto está em que é necessário, ao olhar o passado, não

(50) O.C., I, p.420 e 437, respectivamente.

confiar simplesmente nas aparências e nos erros que nele supomos, mas levar em conta especialmente "a nossa posição e o meio que nos circula". Depois, Euclides questiona as ilusões e fantasias românticas mais subjetivas do poeta, para demonstrar através de um esboço histórico do país que Castro Alves foi a primeira voz "moderna" que apareceu no Império, gênio que surgiu após um longo sono da sociedade. Por isso, Castro Alves, abolicionista e republicano, "não era apenas o batedor avantajado dos pensamentos de seu tempo": "Há no seu gênio muita coisa do gênio obscuro da nossa raça".

E aqui está o centro da questão, discutida enquanto problema de linguagem e estilo e que informa diretamente o próprio trabalho criador de Euclides. A linhagem crítica tem antecedentes em Sívio Romero e Araripe Jr. e algo de José Veríssimo, mas dita como foi pelo próprio Euclides tem certamente valor exegético especial. Vejamos. Euclides denega a "autoridade preponderante" de Victor Hugo sobre Castro Alves, pois o que houve foi apenas uma "identidade de estímulos". E diz: "Não foi o velho genial quem nos ensinou a metáfora, o estiramento das hipérboles, o vulcanismo da imagem, e todos os exageros da palavra, a espelharem, entre nós, uma impulsividade e um desencadeamento de paixões, que são essencialmente nativos"./ "Somos uma raça em ser. Estamos ainda na instabilidade característica das combinações incompletas"./ "E nesses desequilíbrios inevitáveis o que desponta na nossa palavra --

irresistivelmente ampliada -- parece-me, às vezes, ser o instinto, ou a intuição subconsciente, de uma grandeza futura incomparável". Em seguida Euclides demonstra onde ele entende estar a conexão entre o gênio do poeta e o gênio obscuro da nossa raça, no sertanejo, no homem rural brasileiro e sua alma rústica: "Eu poderia recitar-vos um sem conto de trovas sertanejas, onde as metáforas e as alegorias, e até as antiteses, se acumulam, alguma vez belíssimas, e detonam e fulguram, sempre a delatarem uma amplificação, o eterno aspirar por um engrandecimento; e uma afetividade indefinidamente avassaladora e crescente". Os termos dessa dualidade (engrandecimento e afetividade) são expostos e "comprovados" com exemplos e argumentos de autoridade: "Conheço-os (os patricios ignorados do "deserto") de perto. Vi-os na quietude de suas vidas primitivas. Vi-os na batalha. Atravessei com eles belos dias de lutas heróicas e sem glória nas campanhas formidáveis e obscuras do deserto. E sempre os vi num oscilar enorme, entre as suas tendências discordes, exageradas todas". Captando, ao mesmo tempo, os aspectos líricos da natureza brasileira e o grandioso das idéias da época, Castro Alves "foi também altamente representativo da nossa raça".

A argumentação na mesma linha prossegue e vale ainda captar-lhe algumas nuances. Comparado a Tobias Barreto Castro Alves se avantajava, porque aquele "sendo mestiço se tornaria mais brasileiro(...) se a sua veemente alma tropical não resfriasse sob as duchas enregeladas de quatro

ou cinco filosofias da Alemanha". Enquanto Castro Alves tinha o talento do improvisado, do repente, preferindo as ruas, as praças, as esquinas, o contato com o povo: "Porque a ele não lhe bastava o haver deslocado para a sua pátria os elevados pensamentos políticos do tempo; senão que os apresentava com um fino tato de propagandista, por maneira a gravá-los, incisivamente, para sempre, na alma da multidão". E como Castro Alves fora "intérprete, entre os maiores ideais de toda a cultura humana e a consciência nascente de seu país" exprimia-se com a "nota exagerativa dos versos formadores de seu maior renome", o que suplantava a criação lírica, "porventura mais valiosa". E conclui: "É que somos, ainda, sobre todos os outros, o povo das esplêndidas frases golpeantes, das imagens, e dos símbolos". A demonstração prossegue com o longo relato de um relâmpago patriótico... que sacudiu os auxiliares de Euclides na Amazônia, diante de nossa bandeira e a conclusão de que "nos andamos ainda muito abeirados do misticismo, fora da mediana norteadora entre a existência especulativa e existência ativa." Isto porque "somos uma raça romântica", o que talvez seja "um mal"(...) "na fase transitória que estamos ultimando". Após expor, sem ter resposta clara, entretanto, o problema da unidade da Alemanha, conclui que ela se deveu ao "patriotismo" que erigiu "um espírito nacional".

Finalmente, "temos mudado muito. Partiu-se nos últimos tempos o seqüestro secular que nos tornava apenas expectadores da civilização."(...) Penso que seremos em

breve uma componente nova, entre as forças cansadas da humanidade./ E, se isto suceder, se não for miragem esta visão do futuro; se chegarem de fato, os novos tempos que se anunciam, em que nos tornaremos mais solidários com a evolução geral, dando-lhe o melhor da nossa afetividade originária e a fortaleza vivificante do nosso idealismo nativo"...(51)

Passemos de pronto ao outro texto referido. A argumentação varia bastante porque Euclides, falando de seu contemporâneo e amigo Vicente de Carvalho, não ousa encontrar nele as mesmas qualidades de Castro Alves. Mas o ponto em comum de idéias que anteriormente expusemos está no consórcio de ciência e arte. A totalidade do saber e da vida depende desse consórcio, de vez que uma ou outra, isoladamente, é incapaz de dar conta de todo o "mistério" da natureza. "Assim nos andamos nós -- do realismo para o sonho, e deste para aquele, na oscilação perpétua das dúvidas, sem que se possa diferenciar, na obscura zona neutral alongada à beira do desconhecido, o poeta que espiritualiza a realidade, do naturalista que tateia o mistério". Porque o perigo está justamente na parcialidade e em certas armadilhas da ciência e da vida prática: "Encouchamo-nos, tímidos, no esconderijo de uma especialidade. Constringimos a alma. Moralizamos rasamente a vida, evitando a grande embriaguez dionisiaca da Vida. Renuimos às fantasias perigosas: utilitarizamo-nos". De

(51) Todas as citações foram extraídas do texto indicado na nota anterior.

fato, "é falso o prejuízo da esterilidade das coisas positivas. Em pleno critério determinista, somos talvez mais sonhadores do que nos tempos em que ao ingênuo finalismo teológico bastavam duas sílabas para descrever as maravilhas da Criação. Numa intimidade mais profunda com o mundo exterior, a nossa idealização aumenta de um modo quase mecânico".

O contato com o mundo/natureza é que permite alargar-se o quadro revelador "das imagens infinitas da natureza", assim é que se fortalecem as "impressões mais dignas da majestade da vida". Partindo desse entendimento, Euclides faz uma longa comparação entre a "poesia moderna" (que é a de seus termos e está em Vicente de Carvalho) e a "poesia decadente", incluídas nestas "as várias escolas esporádicas", parnasianismo ("com a idiotice de seu estilo fetichista da forma"), e simbolismo. O julgamento deste é severíssimo, pois Mallarmé, Verlaine, Baudelaire (salvo este por um lance genial, que Euclides transcreve...) são "organizações retrógradas", (...) "almas doentes da nostalgia do sobrenatural", e que tais... A conclusão, em favor de sua tese e da "poesia moderna", segundo seu entendimento, está numa frase "de um naturalista", transcrita: "Nesta altura todas as perspectivas particulares se fundem. O homem não é -- isoladamente -- artista, poeta, sábio ou filósofo. Deve ser de algum modo tudo isto a um tempo, porque a natureza é íntegra". A dedução é óbvia: "a aproximação crescente entre a realidade tangível e a

fantasia criadora, o poeta, continuamente mais próximo do pensador, vai cada vez mais refletindo no ritmo dos seus versos a vibração da vida universal, cada vez mais fortalecido por um largo sentimento da natureza".

E Vicente de Carvalho, positivista como Euclides, é o exemplo vivo de que "só o pensamento atual pode animar a alma misteriosa das coisas, num consórcio, que é a definição da verdadeira arte".(52)

Gilberto Freyre no seu "Perfil de Euclides", discutindo questões de linguagem e estilo do escritor, chamou a atenção para uma característica forte da escrita euclidiana, "a tendência para o monumentalismo que quase nunca o abandona" e para o "encanto pela técnica da escultura", confessado por Euclides e consubstanciado no ensaio "A vida das estátuas".(53) Este ensaio saiu em Contraste e confrontos

(52) Citações do texto indicado.

(53) O texto de Euclides está na O.C., I, p.118. O estudo de Gilberto Freyre em Perfil de Euclides e outros perfis, Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1944. A referência está à p.29. Mais adiante, à p.33, G.Freyre escreve: "É certo que glorificando tipos em estátuas, Euclides raramente sacrifica neles a verdade essencial: quase sempre acentua-a, simplificando-a ou exagerando-a nas linhas das sínteses arrojadas. Mas esse talento o abandona quase sempre, diante da interpretação das personalidades isoladas e dos próprios tipos sociais mais densos e mais rebeldes à simplificação. E toda vez que se sente fraco diante de problemas complexos de interpretação de personalidades ou de tipos Euclides resvala no seu vício fatal: a oratória."(p.33). Modesto de Abreu, na sua obra a vários títulos meritória, ainda que repassada de um tom excessivamente apologético, contesta vivamente Gilberto Freyre: "Haverá, efetivamente, na sua maneira de escrever (a de Euclides), na sua argumentação, na marcha do seu raciocínio dialético, na cadência de sua prosa, algo de que se pareça com entono oratório, com aquela espécie de clangor eloqüente característico da frase construída com a finalidade precípua de dirigir-se aos ouvidos,

(sem indicação de publicação anterior em jornal ou revista), provavelmente escrito na mesma época dos dois anteriores, que comentamos (talvez no ano anterior, pois o livro é de 1907), apresenta a mesma visão da relação entre ciência e arte: "O artista hoje é um vulgarizador das conquistas da inteligência e do sentimento". A ameaça de "desaparecimento" do artista (que Euclides diz não existir, em outros textos) é real diante da decadência dos temas da tradição suplantados pelas "realidades demonstráveis" que se avolumam dia a dia. Ao artista: "resta-lhe, para não desaparecer, uma missão difícil: descobrir, sobre as relações positivas cada vez mais numerosas, outras relações mais altas em que as verdades desvendadas pela análise objetiva se concentrem, subjetivamente, numa impressão dominante". Cita Diderot e Eça de Queirós, refere a imagem do artista como "prisma passivo" do meio, "mal emprestando-lhe os cambiantes de um temperamento" e que não é mais indiferente ao artista a escolha "da idéia ou assunto". E conclui: "O seu trabalho é a homogenia da sua afetividade e da consciência coletiva".

seja através da conferência acadêmica, seja com aquele acento típico do discurso parlamentar, seja ainda com aqueles efeitos bombásticos inerentes ao tom populaciere que distingue a oratória saccadée das objurgatórias e tiradas de efeito dos oradores de rua?/ Não nos parece que se encontre nada disto em Euclides da Cunha". (Ver Estilo e Personalidade de Euclides da Cunha, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1963, p.37). Nesse debate, há que ressaltar que Gilberto Freyre adota um tom levemente irônico, aqui ou ali sarcástico, para a crítica do "bacharelismo" na sua veia oratória própria; a intenção apologética de Modesto de Abreu talvez tenha obscurecido para ele as evidências oratórias do estilo euclidiano, que não podem ser tratadas meramente pelo ângulo negativo.

O exemplo vem a propósito da estátua francesa do Marechal Ney, a cuja interpretação a crítica tradicional tem se mostrado "miope", pois justamente não tem levado em conta a tese defendida por Euclides de uma fisiologia transcendental -- "e ao parecer singularmente imaginosa" --, que é, afinal, a "vida das estátuas". Mas, em que consiste essa "fisiologia transcendental"? (a expressão, note-se, é do próprio Euclides...) Primeiramente, não se trata da escultura de quaisquer estátuas, mas da estátua de um herói nacional. Ney na França, Anchieta em São Paulo. Além disso, uma tal estátua tem seu tempo certo na história coletiva de uma nacionalidade, no tempo da maturação do herói, em que se "apaguem" dele "todas as linhas secundárias" que são as de certa fase da própria nacionalidade. Não se pode, portanto, "decretar-se um grande homem", sem a larga perspectiva histórica, pois o artista seria impotente para traçar o perfil verdadeiro do herói e sua estátua nasceria "morta". Valha, a seguir, a longa transcrição, pela "novidade" da tese (e sua bizarria na adaptação original das idéias de Carlyle, além das implicações para o estilo euclidiano, como veremos depois).

"É que a escultura, sobretudo a escultura heróica tem por vezes a simultaneidade representativa da pintura, de par com a sucessão rítmica da poesia ou da música. Basta-lhe para isto que se não limite a destacar um caráter dominante e especial, senão que também o harmonize com um sentimento dominante e generalizado.

Neste caso, mau grado o restrito de seus recursos e as exigências máximas de uma síntese artística, capaz de

reproduzir toda a amplitude e toda a agitação de uma vida num bloco limitado e imóvel -- este ideal é notavelmente favorecido pelo sentimento coletivo. A mais estática das artes, se permitem o dizer, vibra então na dinâmica poderosa das paixões e a estátua, num trabalho de colaboração em que entra mais o sentimento popular do que o gênio do artista, a estátua aparece-nos viva -- positivamente viva, porque é toda a existência imortal de uma época, ou de um povo, numa fase qualquer de sua história que para perpetuar-se procura um organismo de bronze.

Porque há até uma gestação para estes entes privilegiados, que renascem maiores sobre os destroços da vida objetiva e transitória. Não bastam, às vezes, séculos. Durante séculos, gerações sucessivas os modelam e refazem e aprimoram, já exagerando-lhes os atributos superiores, já corrigindo-lhes os deslizos e vão transfigurando-os nas lendas que se transmitem de lar em lar e de época em época, até que se ultime a criação profundamente humana e vasta. De sorte que, não raro, a estátua virtual, a verdadeira estátua, está feita, restando apenas ao artista o trabalho material de um molde".

Ora, o centro da tese euclidiana sobre a relação entre arte e sociedade fica neste passo reforçado até o limite máximo do determinismo. Porém, desvinculado, ainda que talvez decorrente pela terminologia adotada de "fisiologia transcendental", do modelo que supõe a continuidade harmônica entre natureza e história. A história assume sua plena capacidade determinante através das pressões sociais das energias despertadas sobre o artista, sobre o gênio do artista, o qual se encontra, assim, com a "alma nacional". Ou seja: "A alma poderosa do herói, nascente do culto de

todas as almas, absorve-lhe (ao artista) toda a personalidade, e transfigura-o e imortaliza-o com o mais apagado reflexo da sua mesma imortalidade". (54) Parece que já se pode configurar com certa clareza, nesta altura, o substrato mimético articulador da concepção euclidiana da arte, o que supõe evidentemente um valioso subsídio para a leitura do estatuto de sua própria representação. O núcleo dessa mimesis está na representação da "realidade" nacional que, entretanto, não se confunde com as aparências, mas apenas se manifesta parcialmente nelas. O consórcio entre ciência e arte é, portanto, imprescindível ao artista verdadeiro para que ele alcance realizar em sua obra o encontro entre a alma da nação -- o caráter nacional --, tomada como o particular, e a humanidade, tomada como o universal. O movimento dialético -- velho como se sabe... -- desse "encontro" inclui sobretudo a temporalidade histórica, que seria capaz de dar conta da diferença de ritmos, de fases ou de etapas vividos por diferentes povos, culturas e raças. E, ainda, de indicar os fundamentos da esperança de virem os povos (e raças) retardatários a se emparelharem com os mais adiantados. Essa mimesis, com se vê, é complexa, pois não supõe apenas a imitação da realidade, mas a imitação (fundada no conhecimento científico e no sentimento sincero que nasce da identidade com um projeto "progressista" de nação e humanidade, uma impressão dominante) que não quer apenas preservar mas também

(54) Citações extraídas do texto de Euclides indicado na nota anterior.

transformar. Trata-se de uma visão de escrita empenhada, cuja intenção supõe linguagem e estilo próprios.

VIII

Representar a realidade para conhecê-la e transformá-la, interferir nela para ajudá-la a evoluir, nos termos sociais, políticos e culturais que lhe pareciam mais adequados, implicou para Euclides da Cunha a invenção de uma linguagem que alcançasse a fusão entre ciência e arte. Ao mesmo tempo fica suposta uma carência, que é tanto do objeto quanto do sujeito e que contamina os meios de expressão disponíveis na sua divisão especializada, tornando necessário inventar um estilo novo capaz de alcançar o resultado pretendido.

Conforme assinala Hegel em sua Estética⁽⁵⁵⁾, os dois gêneros prosaicos em "melhores condições de participar da arte" são a historiografia e a oratória. A primeira impõe ao historiador o "descrever fielmente os acontecimentos reais", porém, mesmo assim fazendo, "não pode deixar de formar um[^]a idéia do conjunto do conteúdo variado dos acontecimentos e dos caracteres, para em seguida os recriar pelo espírito, sob uma nova forma por ele inspirada". E prossegue Hegel:

"Nesta reprodução não se deve contentar com a simples exatidão dos fatos; deve também introduzir uma certa

(55) Estamos citando Hegel de acordo com a edição portuguesa da Estética (Poesia), Guimarães Editores, sem indicação de local e data, tradução de Alvaro Ribeiro; o estudo referido está à p.50 e vai até p.63.

ordem nos eventos documentados, dar-lhes uma certa configuração sucessiva, reuni-los e agrupá-los de modo a dar uma imagem nitida e clara da nação cujos traços, peripécias e ações de uma dada época ele narra, das condições exteriores e da grandeza ou fraqueza interior dos indivíduos que pela sua atividade se distinguiram; e, por outro lado, reunir todas estas partes em um todo, mostrando o papel que cada uma delas desempenhou na história interna do povo, a parte que lhe coube em tal acontecimento etc. Foi por terem respeitado estas condições que ainda hoje nos lembramos de um Herótodo, de um Tucídides, de um Xenofonte, de um Tácito e de outros mais, e que sempre admiraremos as suas narrativas como obras clássicas da arte verbal".

Evidentemente, Hegel discute com minúcias os limites da historiografia, que a impedem "que se pareça com o conteúdo e o estado do mundo verdadeiramente poéticos" tal como ele os concebe. As tarefas do historiador de documentação antecipada, de respeito à ordem externa dos acontecimentos, a capacidade de perceber a "ruptura entre o substancial em si e a relatividade dos acontecimentos e acidentes particulares", a exigência de não subordinar a quaisquer fins estranhos as circunstâncias, os caracteres e os acontecimentos, "mesmo eliminando o que é inteiramente acidental e insignificante", o uso necessário das "faculdades puramente racionais", tudo isso mostra que a possibilidade de "invenção" do historiador é pequena, conquanto não anule as potencialidades expressivas da arte verbal prosaica.

Também a oratória, "embora mais próxima da arte livre" não deixa de se subordinar "à realidade existente", a "certas circunstâncias e intenções reais"; no entanto, o orador pode exprimir os "seus livres juízos, a sua própria maneira de pensar e os seus fins subjetivos e imanentes aos quais pode estar associado a ponto de com eles formar uma unidade". Ocorre que o orador não se dirige apenas ao nosso pensamento científico e racional porque ele também se "aplica a convencer-nos, a persuadir-nos e, para atingir este fim, deve apelar para o homem pleno, para os seus sentimentos, para a sua intuição". O verdadeiro grau de parentesco da arte oratória com a arte livre está nos procedimentos do orador:

"O conteúdo da arte oratória não é constituído apenas pelo lado abstrato do único conceito da causa em que nos quer interessar, do fim que nos pretende incitar a realizar, mas também, e até para a maior parte, por uma realidade definida, de maneira que o exposto pelo orador, mesmo tentando manifestar o sustancial, deve também dar-lhe uma forma concreta e apresentá-lo sob esta forma à nossa consciência. Portanto, não tem apenas de satisfazer a razão por meio de silogismos e conclusões, mas pode igualmente permitir-se chocar os nossos sentimentos, despertar e exaltar as nossas paixões, abusar da nossa força de intuição, recorrer enfim a todos os artificios para nos pertubar e nos convencer".

Hegel assinala com precisão (!) que o que confere ao discurso (do orador) "a sua força persuasiva" não é propriamente a causa principal que está sendo defendida, mas as leis, as regras, as normas, os dogmas, os princípios,

máximas, sentimentos comuns que são mobilizados e o modo como o faz. A saber, o particular da causa do orador deve ser reunido à generalidade consubstanciada nas formas ordenadas em lei e princípios; isso, entretanto, como está permanentemente separado, impõe ao orador -- daí sua liberdade de inventiva -- o esforço para alcançar o fin subjetivo da unificação.

"Disto resulta que o fenômeno real, definido (no caso particular o fim que pretende), em vez de formar uma unidade espontânea e direta com o geral, só se aproxima dele e a ele se une graças a princípios e valendo-se da autoridade de leis, usos e costumes que gozam, por seu lado, de uma existência independente. O tipo fundamental não é aqui representado pela causa, na sua vivente liberdade e na sua concreta aparência exterior, mas pela separação prosaica entre o conceito e a realidade, pela relação entre um e outro e pela busca da sua unidade". Parece claro, ainda, que ao orador não interessa principalmente a perfeição artística; antes se utiliza da forma artística como "meio mais eficaz para despertar um interesse extra-artístico". Ou seja, a oratória, tomada no sentido hegeliano -- muito positivo e sem nenhuma conotação pejorativa, como também o estamos fazendo aqui --, é chamada de "arte intencional", pois subordina seus meios a objetivos práticos, visando a um resultado exterior ao efeito artístico em si mesmo.

Essencial para a representação prosaica, segundo Hegel, é que "esta tem por conteúdo, não a imagem (como a poesia

livre), mas a significação como tal, tornando-se assim (...) um simples meio de conduzir o conteúdo à consciência. A representação prosaica não sente também a necessidade nem de ressaltar a realidade dos seus objetos, nem, como na expressão imprópria, de provocar em nós uma outra representação, exterior à que se deve imprimir". Além disso, a representação prosaica de uma maneira geral "está submetida às leis da precisão e da inteligibilidade". No contraponto com a representação poética, fundada na metáfora e na imagem, que "carecem sempre, pelo menos relativamente, de nitidez e rigor", a representação prosaica coloca a poesia em "situação difícil". Porque a tendência do "pensamento atual" (entenda-se: da era burguesa em formação) é "reprimir o sentimento e a intuição, para os separar do pensamento racional que só vê na matéria exterior do sentimento e da intuição um ponto de partida para o saber e o querer ou materiais susceptíveis de ser utilizados nas suas considerações e ações". A poesia deve dar mostras de grande energia para "se subtrair à representação abstrata e mergulhar na realidade viva e concreta".. E acrescenta:

"Quando consegue (a poesia) atingir este fim, não se encontra apenas transportada para além da separação entre o pensamento, que só conhece o geral, e a intuição e sentimento que apreendem o individual, mas arrebatada a estes últimos o caráter puramente utilitário e efetua vitoriosamente a conciliação com o geral".(56)

(56) Hegel, *idem*, p.76 a 78.

Parece-nos possível utilizar os termos sempre complexos e abrangentes da exposição hegeliana para testar seu potencial prospectivo e explicativo no projeto de "consórcio de ciência e arte" formulado por Euclides da Cunha. Também não se pode perder de vista que no interior desse projeto Euclides visava sobretudo a um efeito prático, provocar uma reação viva e sobretudo racional, embora não destituída de comoção -- piedade e terror, principalmente --, e para isso tinha de levar em conta o "lugar" em que falava, o grau de instrução, a faculdade de compreensão e o caráter de seu auditório. Não gozava, portanto, nos termos de Hegel, de "plena liberdade artística"; antes, estava sujeito à imposição decisiva das categorias intelectuais, sobretudo porque é delas que a ciência alimenta o seu edifício lógico.

Mas por que Euclides sentia a necessidade de buscar esse consórcio?

O estabelecimento da gênese dessa necessidade é tarefa complexa porque justamente implica a questão essencial de estabelecer relações entre as formas do discurso e as formas da história. Esse, na verdade, o núcleo deste trabalho. As respostas que formularemos retomam muitas outras, expostas por diferentes autores, de modo mais ou menos conseqüente e encontráveis na vasta bibliografia disponível sobre Euclides e sobre o período. Assim, a pretensão não é de originalidade mas de examinar com radicalidade a escrita euclidiana, desentranhar-lhe a historicidade para compreendê-la enquanto forma que embate com a história e a incorpora, consciente ou

inconscientemente, em acordo ou contradição com o projeto do escritor.

IX

Como é sabido, Euclides da Cunha não era propriamente um cientista, mas um engenheiro culto, de formação militar. Fora disso, um autodidata, com leituras e visão enciclopédicas, autorizado que estava, aliás, para tanto, pelo positivismo e pelo evolucionismo spenceriano. O autodidatismo e o enciclopedismo eram também decorrentes das condições da produção intelectual no Brasil, nos limites da incipiência, o que favorecia o obscurecimento do caráter de panacéia que as doutrinas européias assumiam aqui, sem embargo de que esse caráter, pelo funcionamento ideológico de suas pretensões, elas possuíam também na origem. Não é de estranhar que a exigência de "verificabilidade e experimentação" fosse mais ou menos tranqüilamente suprida pelo olhar nacional, apressado e ansioso, em generalizações que confirmavam aqui as verdades universais estabelecidas pelas doutrinas lá fora. Os fatos, pouco conhecidos (ou desconhecidos), eram compatibilizados no interior de uma lógica, que se supunha científica, mas que era sobretudo política, forjada alhures. (57)

(57) Discutindo o problema, Hobsbawn comenta: "A imagem básica do sociólogo era a imagem biológica de um "organismo social", a cooperação funcional de todos os grupos na sociedade, muito diferente da luta de classes. Era no fundo o antigo conservadorismo vestido com roupa do século XIX e, aliás, difícil de se

Mas a tese euclidiana do consórcio de ciência e arte não apenas incorporava, involuntariamente, esse impasse, como herdava uma enorme inquietação de mesma natureza, que vinha dos primórdios da revolução industrial, manifestada pelos artistas. Vinha de fato, de muito mais longe e pode ser resumida na oposição campo x cidade, que subjaz às características da poesia didática proveniente da própria tradição clássica. Os enciclopedistas e a poesia inglesa haviam desenvolvido o tema e suas preocupações, em diferentes formas, mas sempre na busca de compreender as novas condições da arte e do artista na sociedade industrial que surgia.⁽⁵⁸⁾ É plausível acreditar que o principal influxo desse tema sofrido por Euclides seja de origem francesa e através de Victor Hugo, cuja obra em síntese incorporou grande parte das inquietações do século XIX.

Na França, poetas, romancistas e cientistas de diferentes campos do saber tematizaram, provavelmente na esteira do Iluminismo e do Enciclopedismo do XVIII, a relação entre a ciência e arte, desde o início do século XIX. Jean Baptiste Biot, físico de renome em sua época, tratou do assunto num livro de 1809: Da influência das

combinar com a outra imagem biológica do século, que propunha mudança e progresso, a "evolução". Era de fato uma base melhor para a propaganda do que para ciência". (p.272) E mais adiante acrescenta: "O darwinismo social e a antropologia racista pertencem não à ciência do século XIX, mas à sua política". (p.277) Ver: Hobsbawn, Eric J. A era do capital (1848-1875), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

(58) A propósito o belo livro de Raymond Williams: O campo e a cidade (na história e na literatura), S.P., Cia. das Letras, 1989.

idéias exatas sobre as obras literárias, onde dizia que "os grandes poetas são os que foram instruídos nas coisas de seu tempo e falaram dessas coisas como observadores instruídos e como poetas. Lucrécio é um filósofo e um sábio. O tempo das belas ignorâncias já passou e o espírito dos poetas tem de abrir-se a todas as correntes do pensamento". Mme. de Staël, por sua vez, havia estabelecido a doutrina de que a literatura para ser grande deve ser a expressão da sociedade, o que implicava a necessidade de os escritores tratarem dos temas da modernidade, inclusive, e às vezes especialmente, as novas belezas proporcionadas pelas cidades, pela indústria, pelas máquinas, pelo progresso, enfim.

Assim, desde os primórdios da revolução industrial surgiu uma contaminação das artes pelas ciências. Lamartine, Vigny, Victor Hugo escreveram não poucas páginas de entusiasmo pelas novas conquistas da indústria, das ciências, do pensamento científico. Mas o fato é que uma sombra turvava desde muito cedo esses entusiasmos. Eram as condições de vida dos operários, homens, mulheres e crianças, submetidos a longas jornadas de trabalho, salários abaixo do nível da sobrevivência, desemprego, doenças novas ocasionadas diretamente pelas péssimas condições do trabalho nas indústrias, alcoolismo, degeneração moral, desestruturação das famílias. Enfim, correu de par com a civilização nova que se formava uma aguda consciência do preço social que os trabalhadores tinham de pagar por ela.

No âmbito da literatura correu firme o embate entre correntes opostas: a poesia científica e seus adversários. Poetas, cientistas, historiadores alinhavam-se num ou noutro campo. O debate é conhecido e se prolongou por muito tempo, para não dizer que ainda está vivo, embora com termos modificados: a poesia, obra de caráter pessoal e fruto da imaginação nada teria de comum com a ciência, tomada como produto da experimentação objetiva e impessoal. Literatura e ciência não teriam o mesmo objeto, uma voltada para a verdade a outra para a beleza; uma buscava o útil enquanto a outra era completamente desinteressada; uma pretendia ensinar, a outra nada mais que cantar. Etc.

Em breve, a pretensão de uma poesia científica que incorporasse a física, a química, a astronomia, a biologia parece ter se mostrado inviável, sendo substituída pela preocupação social. A poesia, o romance, o teatro aproximam-se não daquelas ciências mas da história. É aí que se vai realizar o ideal de consórcio de ciência e arte. O que acaba por aproximar definitivamente artistas e historiadores é que em ambos se afirmam tanto ideais de reformas sociais como um sentido de missão a ser cumprida por eles. Manifestam amor e piedade pelo povo oprimido e miserável, tanto quanto crença no progresso e confiança nas vantagens da indústria e da máquina. A pretensão de Auguste Comte de "integração do proletariado" não é de fato outra coisa senão a esperança de conciliar esses antagonismos sem alterar o estatuto da propriedade privada capitalista. O fundo de panacéia do

positivismo e do evolucionismo tem quase tudo a ver com essa pretensão, num momento em que a acumulação rápida e brutal do capital tinha necessidade de se fazer pela miséria dos trabalhadores.

No meio dos historiadores, a máxima suprema vigente era que a "história exige coloridos variados; a principal condição do estilo histórico é que seja ao mesmo tempo pitoresco e reflexivo". Porém, raramente os historiadores do período adotam plenamente uma posição imparcial, antes participam dos debates políticos, tomam partido pelas reformas sociais, ou contra elas. E reivindicam ao mesmo tempo um caráter artístico para seu trabalho. Dois deles, pelo menos, estão no âmbito dessa reivindicação: Auguste Thierry e Jules Michelet, cujas obras não só Euclides conhecia de perto como foram lidas amplamente no Brasil na passagem do século. Thierry, liberal moderado, tinha um certo ceticismo irônico por todas as "teorias mais ou menos filosóficas da história", porque acreditava que a história tinha de ser necessariamente considerada como arte e como ciência: "Eu tenho a ambição de fazer arte ao mesmo tempo que ciência, de ser dramático com o auxílio de materiais descobertos por uma erudição sincera e escrupulosa". E acrescentava: "Passeando meu pensamento através de milhares de fatos dispersos... poderia dizer que me apresentavam a nudez dos homens e das coisas que eu queria pintar, sentia uma emoção parecida a que experimentava um viajante apaixonado diante do aspecto do país que tinha desejado

sempre ver e que freqüentemente apenas os sonhos lhe haviam mostrado".

Michelet sempre reagiu contra o conceito puramente documental da história, defendendo os direitos da imaginação reconstrutiva e querendo que a história fosse sobretudo uma ressurreição. Ao mesmo tempo queria que a história julgasse, explicasse e orientasse a humanidade. Liberal extremado, substituiu o providencialismo de fundo religioso comum a tantos historiadores românticos (como Bossuet, por exemplo), por forças imanentes ou abstrações localizadas na "alma das nações", como progresso, caráter nacional e mesmo a dialética hegeliana. Para ele, como para outros do período, há nos acontecimentos históricos retornos periódicos, porém vê no desenvolvimento dos fatos a presença de leis que, se não são rígidas como a mecânica celeste, são pelo menos análogas às da biologia. Michelet foi ainda ficcionista e poeta, como Thierry, montado numa vasta formação enciclopédica e, ainda que moderadamente, ambos deixaram-se permear pelas teorias raciais do tempo.

Michelet exerceu forte influência na historiografia brasileira, não só em Capistrano de Abreu e Oliveira Lima entre outros, mas parece que em Euclides da Cunha, mais do que se costuma reconhecer, ainda que sob certos aspectos e não outros. A conciliação que Michelet operava entre documentação erudita e conscienciosa e imaginação, além da crença nas forças vitais da alma nacional mescladas com "forças eternas" da humanidade estão evidentes em Euclides.

Além disso, há algo que acredito fundamental em Michelet e que também o é em Euclides: a posição do sujeito cognoscente diante do objeto. Michelet se integra de tal modo nas épocas que descreve e narra, que acaba por tomar partido e sente amores e ódios históricos... sofre e se exalta retrospectivamente, evoca os fatos com toda a força de sua imaginação e sensibilidade, atentando especialmente para os aspectos brutais e cruéis, com que se comove e busca a comoção dos leitores, ao mesmo tempo que manifesta uma imensa piedade diante dos sofrimentos dos homens. Como historiador consciente de sua "missão", que consiste em fazer compreender e em pronunciar vereditos, julga e mescla suas exposições históricas com afirmações enfáticas, às vezes de tom profético, sobre a consciência moral da humanidade. Faz-se, assim, pode-se dizer, ao mesmo tempo, poeta e historiador, onde a ironia e às vezes a sátira têm sempre presença viva.

Michelet também se identificou mais que ninguém com sua própria obra, tornando-se até certo ponto o principal herói de si mesmo. Seus livros eram, na verdade, os grandes acontecimentos de sua vida. "Minha vida se passou neste livro... meu livro me criou, sou eu a sua obra". Mas essa identidade era movida por um outro substrato: o patriotismo, a identificação com a pátria. Relatar a história da pátria durante oito séculos, era para ele, ter se tornado tão velho quanto ela, ter a mesma idade dela. Resta ainda, relevante para o influxo sobre Euclides, a sua imensa piedade para com

os humildes, o amor manifesto pelo povo pobre, no qual tinha uma espécie de fé instintiva de regeneração dos males da França urbana e industrial. De fato, Michelet é um dos primeiros historiadores europeus a escrever a história de uma sociedade com a presença de todas as classes sociais. E quer, enfim, exercer sobre os espíritos uma influência composta de simpatia e impacto civilizador, com sensibilidade e piedade, uma ciência fundada na crença de sua missão, que, como Victor Hugo, glorifica o povo e o representa fundamentalmente bom, quase infalível ainda em seus erros, encarregado de uma missão de redenção e humanidade e dotado de uma sabedoria imanente, tomadas como fundamento de seus direitos.(59)

(59) A bibliografia sobre o período e sobre esses problemas é literalmente inesgotável, por isso vão apenas algumas indicações que de um modo ou de outro nos serviram: Picard, Roger. El Romanticismo Social, México, Fondo de Cultura Económica, 1947; Nisbet, Robert. História da idéia de progresso, Brasília, I.N.L./Editora Universidade de Brasília, 1985; Hobsbawn, Eric J. Las revoluciones burguesas, Madrid Ediciones Guadarrama, 1971; Idem, A era dos impérios (1875-1914), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; Idem, A era do capital, op.cit. Idem, Mundos do trabalho, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; Idem, Os trabalhadores, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981; Fusil, C.A., La poésie scientifique de 1750 à nos jours, Paris, José Corti, 1947; Grant, E.M. French Poetry and modern industry, Londres, The Hogart Press, 1935; Hazard, Paul. O pensamento europeu no século XVIII, Lisboa, Editorial Presença, s/d.; Collingwood, R.G. A idéia de história, Lisboa, Editorial Presença, s./d.; Gardiner, Patrick. Teorias da história, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, s/d; Henderson, W.O. A revolução industrial (1780-1914), S.P. Editora Verbo/EDUSP, 1979; Paul Mantoux. A revolução industrial no século XVIII, S.P. UNESP/Ed. HUCITEC, s/d; Monod, Gabriel. Vie et pensée de Michelet, Paris, Payot, 1953.

Esse influxo está somado às outras doutrinas de que já falamos, o positivismo, o evolucionismo de Spencer, o chamado darwinismo social, Taine, Carlyle, Gumplowicz, Bukle, enfim, o aparelhamento científico e ideológico que Euclides tentará pôr para funcionar como instrumental de análise e compreensão do Brasil. Esse conjunto tem imensas contradições internas originadas pelas diferentes posições sociais e políticas de seus autores, pelos problemas que enfrentaram em seus respectivos países, cujo desenvolvimento capitalista era desigual e cujos interesses se organizavam e exprimiam em função disso. Também porque os respectivos "cientistas" viviam em sociedades de classes muito diferentes da brasileira e, portanto, exprimiam pontos de vista com pretensões universais mas que eram uma visão particularista de seus próprios países, da luta de classes que ali se dava, da hegemonia burguesa face a essa luta. As condições de produção intelectual eram diferentes em cada país, havia nelas enormes diferenciações internas, implicados pela tradição, pelas instâncias sagradas específicas, pelas disposições políticas dos regimes e dos governos, pelos investimentos nas pesquisas, pelas capitais disponíveis para investimento no exterior, pela conformação ideológica do liberalismo, pelo grau de organização dos trabalhadores e sua capacidade de pressão ou ameaça de revolução.

Não é por acaso que o que desembarca no Brasil é sobretudo a política da burguesia européia e menos a ciência

que se desenvolvia e diferenciava. E também não é por acaso que a imensa maioria dos nossos intelectuais daquele momento não foi capaz de efetuar essa distinção. Na base dessa insuficiência estava o que se pode generalizar como o "nosso atraso". Mas não só. Por isso que anteriormente procuramos demonstrar que o positivismo -- que contaminou quase todo o pensamento europeu de então e Marx e Engels realizaram uma façanha extraordinária de inversão de ponto de vista para superá-lo -- operava uma repressão em toda a esfera da teoria do conhecimento e da economia política. Estivesse ou não (mas parece que estava) nas intenções de positivismo cumprir esse papel, ele tem de ser entendido como a chave das necessidades no plano ideológico de acumulação e expansão do capital. Por isso ele, o positivismo, como que oferece o molde para todas as outras doutrinas: a convivência entre liberalismo e tendências autocráticas, democratismo piedoso e elitismo intransigente, ciências naturais e história, pretensão de experimentalismo e observação dos fatos particulares e determinação antecipada de seu sentido universal, progresso e evolucionismo e racismo e preconceito. De fato, o impulso de acumulação e expansão do capital europeu em termos planetários só poderia garantir seu movimento lógico se ele promovesse a revolução da modernidade e garantisse ao mesmo tempo a propriedade privada e o lucro. Internamente ao processo, no dizer de Marx e Engels, "a burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos da produção, por

consequente as relações de produção, por conseguinte a totalidade das relações sociais.(...) O constante revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e a mobilidade eternas distinguem a época da burguesia de todas as outras.(...) A necessidade de um mercado em constante expansão para os seus produtos lança a burguesia por todo o globo terrestre. Tem de se instalar em toda a parte, estabelecer-se em toda a parte, criar ligações em toda a parte./ A burguesia, pela sua exploração do mercado mundial, deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países".(60)

Essa expansão do capital, fundado no desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista,(61) engendrou a relação de que ela necessitava para a produção simbólica engendrando ao mesmo tempo ciência, filosofia, artes, ideologia e política. A percepção de como isso ocorria não era fácil. Basta lembrar o Espírito hegeliano pairando sobre o planeta no lugar da mercadoria capitalista... O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo colocou, agudamente, problemas de ponto de vista sobre o processo e a visão da periferia tinha que estar (e está) necessariamente vesga e dividida: o desejo de ser como o centro do processo, que coincidia com o progresso e a civilização, e a consciência de estar fora do lugar, ou, num

(60) Marx, K. e Engels, F. Manifesto do partido comunista, Lisboa, Ed. Avante, 1975, p.63/64.

(61) O conceito foi trabalhado por Trótski na sua História da revolução russa, ed. brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, 3 vols.

outro lugar, visto este como atraso e barbárie. Ao capitalismo interessava o bloqueio da teoria do conhecimento e do desenvolvimento da economia política para tornar opaca a contraface do processo. Era preciso persuadir a todos que o progresso do capital se encarregaria de resolver eventuais distorções do processo; era preciso ocultar duas coisas: que a acumulação do capital se fazia à custa do trabalho e que os países periféricos, enquanto economias subalternas e condições de vida: atrasadas, não teriam esse estatuto enquanto determinação do mercado mundial, mas apenas por culpa de sua cultura autóctone. A ilusão vinha na esteira do direito burguês: o tratamento igual aos desiguais ("o rico e o pobre têm o direito sagrado de morar embaixo da ponte", na frase sarcástica de Anatole France...), ou seja: a regra da igualdade jurídica formal aos econômica e socialmente desiguais. Regra essa que norteava também o funcionamento do mercado mundial, sem embargo de que a força, interna ou externamente, estava sempre de prontidão e foi usada largamente sempre que ocorreu a "perturbação" da ordem.

Está evidente, creio, que o caráter de panacéia das doutrinas cientifistas da época era consanguíneo com as necessidades e a infinita variedade de situações postas, em termos globais, pela expansão e acumulação do capital. Havia nelas, doutrinas, um receituário político e ideológico de valor universal, pois que elas fundavam uma dialética entre o particular e o geral, entre o nacional e a humanidade, que tendia a funcionar apenas entre tese e antítese, já que o

terceiro termo, a síntese, como que se obscurecia -- ou se realizava no puro espírito, de Hegel -- sob pena de revelar o ocultamento perverso que a lógica do capital pressupunha. A dialética de Marx foi emparedada, mesmo no interior da II Internacional e só rompeu seu isolamento com a Revolução Russa.

X

Tornemos a Euclides da Cunha e ao Brasil. Sua concepção de consórcio de ciência e arte, como vimos, estava assentado desde os artigos de jornal escritos na juventude. Parece fundar-se ela no influxo que percorria fortemente a cultura letrada do Ocidente; impulso de engendramento da escrita cuja origem remota talvez estivesse no progressivo fracionamento e distanciamento entre trabalho manual e trabalho intelectual. É certo que a partir do século XVIII o acirramento dessa contradição tornou-a mais aguda e clara na consciência dos intelectuais e revelou-lhes a cisão de classes e o progressivo distanciamento entre a camada letrada e os demais trabalhadores.

Como tentamos demonstrar páginas atrás, o conflito de base que a ordem escravista no Brasil agudizou na classe média em formação foi justamente o do trabalho manual (reservado impositivamente à mão-de-obra escrava) e o não-manual, reservado àquela camada social que, entretanto, se sentia manietada pelo favor, pela dependência pessoal,

reduzida à irrelevância e à humilhação permanentes. Vimos que esse conflito era insolúvel na ordem escravista e as consequências que ele gerou: a supressão desse modo de produção e do regime político que o mantinha. Vimos também que a fraqueza da classe média possibilitou que a classe dominante transformasse rapidamente sua derrota em vitória, eliminando ou neutralizando os agrupamentos de classe média, mais ou menos radicais, e construindo uma nova ordem burguesa, sem embargo de seu funcionamento precário como ordem competitiva capitalista. A classe média conquistou a igualdade jurídica formal, mas continuou na irrelevância e na impotência, pois o favor continuou e a dependência pessoal também. Ademais, a ordem jurídica burguesa desrespeitada na prática não chegou a ser introjetada por nenhuma classe social. A dominante, autoritária, patriarcal e patrimonialista, porque usava e abusava do aparelho de estado conforme seus interesses gerais ou circunstanciais. As classes populares, porque longe, mergulhadas na ignorância, na miséria, no analfabetismo, mal tinham notícia das leis e de seus poucos direitos, além de neutralizada a pancada pelos coronéis ou por uns poucos "capitães de indústria". Foi justamente na classe média, especialmente em sua camada mais letrada, intelectualizada e consciente que vicejou a angústia do conflito; ela queria a plena vigência do direito burguês, a igualdade perante a lei, a impessoalidade na distribuição das oportunidades e do produto social, a dignidade do trabalho a que ela era

obrigada, a independência para firmar ou romper o contrato de trabalho, o respeito das outras classes sociais e uma imagem socialmente positiva. Como ela intuía, sentia ou sabia que isso tudo era ilusão, restava-lhe a humilhação de locupletar-se como subordinada e aceitar o favor e a dependência, ou rebelar-se. A fraqueza intrínseca da classe, ainda incipiente na formação social de então, quase sempre impunha a conciliação, adiando a solução do problema; ou preservava a lealdade inconsciente a alguns valores arraigados na tradição e a rebeldia moderada, ao mesmo tempo, pela denúncia das mazelas visando à melhoria da sociedade, ao engrandecimento da nação, ao alevantamento moral do povo. Essas posições relativas expressavam-se ideologicamente pela esperança no futuro do país. Mas também, nos intelectuais mais combativos -- e alguns outros restritos setores da classe média -- a ideologia revestia-se de uma consciência agônica, macerada, que não poucas vezes se expressava através de uma imagética de ruína e morte. Pode-se dizer que Euclides da Cunha estava claramente no interior desse conflito, nessa última posição. O ordenamento jurídico, desrespeitado acima e abaixo, parecia para a classe média, em geral, como uma fraude e não poucas vezes, no interior dela, ^{muíto} clamaram pateticamente pelo respeito às leis. Esta era uma obsessão de Euclides. Nesse quadro parece que ninguém tinha bons motivos para introjetar o ordenamento jurídico burguês formalizado mas não efetivado e era normal

que o país parecesse monstruoso e ao mesmo tempo produzisse a esperança no futuro... Era o que restava...

Mas a monstruosidade nacional pode, ainda (e deve), ser vista no descompasso entre os direitos civis atribuídos formalmente a todos e os direitos políticos reservados, não formalmente, porém de fato, à classe dominante. Esta dispunha de todos os meios para garantir o uso do voto -- universalizado, exceto para os analfabetos, que eram 80% ou mais da população -- para a reprodução e perpetuação de seu poder e privilégios. Ademais, o trabalho livre tinha sido transformado de fato em trabalho servil, pela ausência de legislação adequada e pelo exercício do poder discricionário dos detentores dos meios de produção sobre os produtores diretos (do campo e mesmo da cidade). Essas peculiaridades da nova ordem social competitiva instalada pela República de 89, faziam refletir sobre a classe média, sobretudo, o conhecido duplo efeito ideológico do modo de produção capitalista: o efeito de isolamento (individualização dos agentes da produção, atomização das classes sociais, valores do indivíduo autônomo não-coincidentes com os da comunidade etc.) e o efeito de representação da unidade (o coletivo de indivíduos reunificados e coesos no Estado-nação).⁽⁶²⁾ Não poucas vezes perpassou a consciência da nossa classe média o caráter fraudulento desse duplo efeito, justamente porque não estava garantida, nem praticada, a autonomia do indivíduo, de vez que a imensa maioria jazia à margem do

(62) Décio Saes, A formação etc, op. cit., cap. I - Introdução.

mercado de trabalho, da educação formal, de quaisquer direitos, dos frutos do progresso, mergulhada na barbárie, enfim. Para os setores da classe média, armados de ideais liberais e progressistas, a nação constituída de uma minoria privilegiada à custa da terrível miséria e opressão da maioria, não figurava uma nação real, mas a ser formada, a ser construída; no futuro, é claro... Mas, as explicações reais para o atraso e a miséria da maioria estavam especialmente recobertas pelas funções ideológicas das doutrinas-panacéia que tanto falseavam a prospecção quanto ofereciam a receita para que tudo mudasse continuando na mesma. A superação do atraso racial -- as raças inferiores coincidiam com os pobres -- e a educação missão dos intelectuais -- dariam os meios, no futuro, para que essa maioria miserável pudesse vencer no mercado competitivo. Era a evolução e o progresso!

Estamos, assim, diante dos impasses principais que os escritores tinham de enfrentar. Os que se resolveram pelo sorriso da sociedade por qualquer que fosse o motivo --, ao compactuarem com o otimismo conformista decidiram o destino de sua escrita. Muitos outros que optaram por se manter com os olhos nos modelos literários europeus, talvez incapazes de enfrentar os impasses que estavam dados, também selaram sua sorte, ainda que como ornamentos enxundiosos sobre o descalabro da miséria. Alguns, não muitos, é verdade, por motivações pessoais e sociais, como Euclides da Cunha, investiram o melhor de sua energia para tentar uma

figuração adequada do monstro, que era puro enigma, mas ali estava diante dos olhos. O problema central, entretanto, consistia em que este objeto monstruoso, a um tempo opaco e sedutor não estava fora e à distância; antes, ao contrário, o escritor estava dentro dele, às vezes num canto obscuro porém, mesmo quando na cabeça, o ponto de vista era sempre parcial e desfocado. De fato, se, como objeto visto por dentro, o monstro não tinha cara, não era apreensível como um todo, o sujeito observador, parte do monstro, também não tinha estatuto autônomo. Seus meios de observação eram também monstruosos. A um objeto que não estava constituído como entidade identificável correspondia um sujeito, no seu interior, tornado objeto, reificado duplamente: preso na armadilha de seu instrumental analítico teórico, forjado alhures e cujo objeto não estava aqui (porque era universal, e o universal está em todo lugar e em lugar nenhum); e preso no interior do objeto sem identidade que lhe escapava pelos vãos dos dedos e não podia ser apreendido nem reconhecido. Digamos que a escrita euclidiana, dramática e agônica tomou a forma, original e conseqüente, desse descompasso histórico, engendrando-se na intersecção de ciência e arte como resposta possível ao seu investimento de energias criativas.

Interessa observar que essa via escolhida por Euclides da Cunha, não sendo nova -- nem sequer no Brasil, que havia conhecido, pela altura da década de 1870, algumas tentativas de "poesia científica", mas sem sucesso, talvez, sobretudo,

pelas deficiências pessoais dos próprios poetas, como Silvio Romero -- soube captar um potencial expressivo dissidente que se havia constituído na Europa burguesa do XIX, conforme sumariamos páginas atrás. Se for certo que, sob esse aspecto, o influxo principal que Euclides recebeu e que impressionou sua sensibilidade foi a obra de Victor Hugo, a de Thierry, a de Michelet e mesmo a de Spencer, explica-se a sua reação. Sua produtividade textual revela uma lealdade insuperada por certos valores do conservadorismo -- daqui e de fora --, como a ideologia do caráter nacional, por exemplo; e, ao mesmo tempo, um certo comportamento rebelde expresso na dissidência com as práticas da dominação de classe aqui vigentes; como também da lealdade para com os aspectos mais regressivos das doutrinas-panacéia, fruto e expressão do pior reacionarismo, e a denúncia patética dos crimes cometidos contra a massa miserável da população em nome da república de uns poucos. Ao mesmo tempo deseja e reivindica a industrialização do país e denuncia a exploração brutal do trabalhador sob o regime capitalista. "Namora" o socialismo e concorda com Marx sob certos aspectos mas não abre mão da concepção evolucionista, por etapas, que, como se sabe, é a expressão doutrinária da competição defendida pelo liberalismo.

Isso quer dizer que Euclides não é menos contraditório e paradoxal do que o país que ele quer mostrar como paradoxal e contraditório, a saber, há entre ambos uma relação de homologia (e identidade) que obriga a

incompletude da relação entre sujeito e objeto. Parece que sujeito e objeto estão abaixo do limiar dialético da síntese, no sentido de que ambos não estão plenamente constituídos como identidade e entidade reconhecíveis e seu embate se situa sempre no patamar de tese e antítese, por assim dizer, um objeto informe mas monstruoso e um sujeito incompleto e delirante. O problema não se pode resolver -- e não se resolve, apenas se expressa pela hipérbole da contradição -- porque o objeto é constitutivo do sujeito; eles se atraem e se repelem numa espécie de movimento de mútua reificação, ambos tornados fetiches e objetificados, sem se completarem nunca. Ambos se identificam numa insuficiência, numa carência, que é do processo histórico e que só este poderia suprir; se o processo fosse diferente, mas não é. Em termos de história, o país é peculiarmente burguês, sem coincidir com nenhum modelo de país burguês conhecido, porque sua prática capitalista como que se dá pela metade; o trabalho é livre, porém servil; é capitalista mas sem industrialização. O sujeito burguês -- indivíduo autônomo -- goza de direitos civis mas sofre do bloqueio dos direitos políticos. O indivíduo supõe sua independência pessoal e a universalidade do direito perante a lei, mas na prática depende do favor. A nação é uma entidade para uso e gozo de poucos e discriminação da maioria. Vê-se, pois, uma fluidez nas relações sociais em que tudo é e não é a um só tempo. O país é sujeito histórico e objeto, por sua condição periférica e dependente. O escritor é sujeito no

conhecimento e objeto da ciência imperialista, que é sobretudo política dos outros.(63)

Parece evidente que a produção do imaginário numa circunstância histórica como essa deva criar formas que, embora espelhadas de outros contextos, guardará sua originalidade, a qual é sempre difícil de reconhecer por aqueles que são herdeiros culturais e sociais diretos. Porque o imaginário acaba sendo historicamente moldado para que, só se descubra a aparência de seu passado e não sua essência. No sentido de que as virtualidades repressivas que ele contém abrem mão ora do objeto, ora do sujeito, vistos

(63) Gilberto Freyre assinala o problema da incompletude de Euclides da Cunha, porém o discute numa chave biográfica, comparando-o a Joaquim Nabuco. Mas intui o problema sem lhe dar, entretanto, o relevo que julgamos merecer. Ele diz, por exemplo: "Como tantos brasileiros do tempo do Império - o próprio Imperador, talvez - e dos seus dias de homem feito - parece que o próprio Rio Branco - Euclides da Cunha foi um indivíduo que nunca se completou em adulto feliz ou em personalidade madura e integral, a quem a colaboração doce e inteligente, ou simplesmente a inspiração constante de uma mulher, tivesse acrescentado zonas de sensibilidade, de compreensão e de simpatia humana, que o homem sozinho não percorre senão angustiado; ou não percorre nunca". (p.48) "É possível que do incompleto de sua vida tenha resultado o enriquecimento de sua obra e da nossa literatura, pela exploração e intensificação de zonas particularíssimas de sensibilidade e de compreensão da natureza e do homem tropical". (p.48/49) E diz ainda G.F.: "Euclides quase nada teve desses homens completos, bem equilibrados e saudáveis, de que Nabuco foi, no Brasil, uma expressão magnífica".(...) "O brasileiro intencionalmente concentrado, retorcido e agreste de Euclides da Cunha se apresenta melancolicamente incompleto em suas expansões e em suas afirmações". Sobre o quanto há de aparente e ilusório na visão que G.Freyre tem de Joaquim Nabuco, basta consultar o precioso estudo de Marco Aurélio Nogueira: As desventuras do liberalismo (Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. O trabalho de G.Freyre aqui referido é Perfil de Euclides etc, op.cit.

como entidades autônomas -- e portadoras de mazelas e erros --, mas tende a obscurecer o mais importante: a relação constitutiva entre ambos. A insuficiência do objeto ou a do sujeito, isoladamente, parece sempre suportável porque sempre revestida de racionalizações ideológicas que, apesar de tudo, a legitimam; mas o processo constitutivo da mútua insuficiência sempre encontra obstáculos muito maiores para o seu esclarecimento. Por isso que falar ora do Brasil ora de Euclides tem sido a tônica da crítica; mas verificar onde e como as formas de escrita são Euclides e Brasil a um só tempo, ambos mutuamente constituídos, é muito menos comum; é quase inexistente. E estabelecer as conexões pertinentes é tão penoso quanto deve ter sido o trabalho euclidiano.

Estava na essência do projeto euclidiano de consórcio de ciência e arte o impulso pela busca de totalidade, o que era, parece, a base do mesmo projeto desde que nasceu no bojo da expansão da nova racionalidade capitalista, que necessitava, ao mesmo tempo, firmar-se, explicar o mundo e legitimá-lo tal como ele se ia conformando. Para Euclides, evidentemente, isso tudo estava presente, mas havia nele algo mais: incluir nessa totalidade o Brasil, nas condições em que o país existia segundo a perspectiva brasileira no horizonte da civilização ocidental. Uma dificuldade com que

as recentes teses da dependência se embateram⁽⁶⁴⁾ é a de

(64) Aqui se coloca, de novo, como já referimos, o problema da "ideologia de segundo grau", conforme formulado por Roberto Schwarz, designando, no influxo externo que afeta a totalidade da sociedade dependente, a dialética do interno e do externo, com a presença simultânea de autonomia e heteronomia nesse processo. Fernando Henrique Cardoso diz: "Concebida nestes termos a dependência, torna-se possível prosseguir com uma problemática de dependência que implique, até certo ponto, uma dinâmica própria e por conseguinte a possibilidade de um conhecimento que mesmo ao perfilar-se como particular e como derivado de uma estrutura, que é, por assim dizer de segundo grau, porque referida em forma subordinada a outra que a condiciona, contém, de toda maneira, certa margem de autonomia histórica". A saber, segundo esse autor, "há sempre uma base interna da dominação externa". (ver Política e desenvolvimento em sociedades dependentes, Rio de Janeiro, Zahar, 1971, p.67. Em outra obra, o mesmo autor assinala: "a análise das formas específicas de dependência não pode limitar-se à caracterização de uma estrutura reflexa com relação a outra; requer a análise de ambas em sua interrelação. Exatamente daí retira sua força o conceito de dependência: a rigor, as estruturas dependentes não podem ser concebidas como meramente reflexas; ao contrário, têm uma dinâmica própria dentro dos limites definidos pelas relações de dominação-subordinação entre países". (ver Mudanças sociais na América Latina, Difel, 1969, p.17). Para Florestan Fernandes o problema se coloca com alguma ênfase no influxo externo, porém sem perder de vista "a feição descontínua do percurso cultural na periferia", quer dizer, "o desajuste entre as formas importadas e nosso contexto social". Diz Florestan: "Na verdade, as reais fronteiras da história, na América Latina, não estão na aparente absorção dos modelos ideais de organização econômica, moral e política que podem ser importados prontos e acabados. Elas se encontram nos fatos de estrutura, através dos quais os homens constroem (ou deixam de fazê-lo) as condições que asseguram (ou não) a viabilidade histórica e a efetividade prática dos referidos modelos ideais". (ver Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina, Rio de Janeiro, Zahar, 1975, p.45. Noutra obra, Florestan escreve, com alguma diferença, por sobrevalorizar o influxo externo: "Ao nível do fluxo civilizatório, o eixo da verdadeira história cultural da sociedade capitalista dependente se desloca para fora, para os núcleos de produção e de difusão da civilização consumida". E ainda: "As sociedades subdesenvolvidas, independentemente de seu atraso ou avanço relativos, não possuem recursos materiais e humanos para inverter sua condição de focos

estabelecer com certa precisão o que seria mais determinante no processo brasileiro: se o influxo externo, o peso do mercado mundial, a influência imperialista na economia, na política, na cultura ou as condições internas, o nível de organização da produção, o embate das classes sociais, a tradição cultural etc. Digamos que, no campo das idéias, da produção simbólica, a dificuldade também se põe, excepcionalmente forte em Euclides da Cunha. As teses científicas, com sua dupla face, que assinalamos, reagindo com a tradição intelectual aqui formada, ainda precária e incipiente, no contraste com a produção material e com o ordenamento jurídico do Estado, contribuíram mais ou menos para o nosso autoconhecimento? E até que ponto permitiram ou obstaculizaram a compreensão brasileira de inserção na nova totalidade burguesa? Esse problema foi intuído por diferentes intelectuais da época, que procuraram respostas, melhores ou piores. Mas elas resumem também o impasse da formação da subjetividade do sujeito burguês na periferia capitalista - de fato até hoje - dividido entre o modelo externo, desejado e imitado, e a prática interna, não

de consumo da cultura, e dia a dia vêm aumentar a distância histórica que as afasta quer daqueles núcleos, quer da própria autonomização cultural". (Ver Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento, Rio de Janeiro, Zahar, 1975, p.48). Florestan Fernandes discute também longamente essas questões em A Revolução Burguesa no Brasil, Rio de Janeiro, Zahar, 1975. Em Roberto Schwarz a discussão está em suas obras anteriormente citadas e também em alguns textos de Que horas são?, S.P., Companhia das Letras, 1987. Ver também Vasconcellos, Gilberto. A Ideologia Curupira (Análise do discurso integralista), S.P., Brasiliense, 1979.

poucas vezes rejeitada e vista como abjeta. O processo histórico oferecia o impasse claro e tratava-se de tentar descobrir se na prática interna havia um impulso e tendências de transformação que permitissem aproximar-se do modelo e alcançá-lo em algum momento do futuro. Euclides sempre denunciou a pasmaceira do Império, o abandono dos sertões e propugnou pela modernização republicana.

Se não estou enganado, esse impasse é a essência do comportamento volúvel da classe dominante, tal como formulado por Roberto Schuwarz⁽⁶⁵⁾ e por ele analisado e interpretado em suas formas mais perversas e acanalhadas tal como estilizadas por Machado de Assis nas Memórias Póstumas de Brás Cubas. Essas formas (perversas e acanalhadas) não estão, evidentemente, em Euclides da Cunha, embora o impasse seja o mesmo. Euclides, ainda que homem do XIX, e sustentando lealdade, como vimos, a alguns valores do conservadorismo, não era propriamente um membro da classe dominante. Além disso, era portador sincero, honesto e algo decepcionado, ainda que "evolucionista", da esperança de transformação social proveniente da revolução republicana. Seus despropósitos e erros inserem-se numa visada positiva e

(65) Um mestre etc., op.cit. Especialmente : "1. UMA DES-FAÇATEZ DE CLASSE : 1. Observações iniciais; 2. Um princípio formal; 3. A matriz prática e 8. O papel das idéias. A certa altura o autor destaca: "Digamos então que no curso de sua afirmação a versatilidade do narrador faz pouco de todos os conteúdos e formas que aparecem nas Memórias, e os subordina, o que lhe proporciona uma espécie de fruição". E noutro ponto diz: "O escândalo das Memórias está em sujeitar a civilização moderna à volubilidade". (op.cit., respectivamente, p.31 e 54)

construtiva, sensível mesmo à luta de classes e ao peso da existência de milhões de miseráveis na vida nacional -- identificando-se em parte, com a vida e o destino destes --, que reconhecia imensos obstáculos, mas resguardava um potencial utópico sob a forma inconformista e rebelde. Esses elementos são constitutivos de sua linguagem e seu estilo e dão a tônica do desequilíbrio interno que percorre Os Sertões, por exemplo, quando a experiência vivida do narrador, ali forte e presente sempre, contradiz e pulveriza seu ponto de vista fundado nos "resultados e conclusões" das ciências-panacéia. (66)

No caso, a obrigação euclidiana, nos termos das exigências epistemológicas das ciências-panacéia, supunha a objetividade hipertrofiada dos fatos, a única determinante decisiva do processo do conhecimento. Isto anulava a intervenção do sujeito, obrigado a tomar os fatos segundo o sentido que as "conclusões da ciência" já haviam de antemão estabelecido para eles. Mas, por diferentes razões, pessoais, sociais (de classe) e principalmente, creio eu, pela própria incipiência do campo intelectual no Brasil - que obstava a plena assimilação da ciência européia em todas as suas conseqüências - Euclides não abriu mão da presença

(66) O próprio Euclides tinha uma vaga consciência disso, mas atribui o problema a outras causas: "O meu livro sobre a interessantíssima luta nos sertões (...) ainda não apareceu. Está, porém, agora, finalmente pronto e ainda que seja o primeiro a considerá-lo lardeado de defeitos sérios, entre os quais avulta certa falta de unidade oriunda das condições em que foi escrito - tem preponderante, uma qualidade que o nobilita - a sinceridade com que foi traçado". (O.C., vol. II, p.612/613).

forte do sujeito cognoscente e, portanto, da rica, inusitada e original experiência pessoal e social de que ele era portador na situação nacional. Era, de fato, uma experiência não-constitutiva das "conclusões das ciências-panacéia", porque não integrava o seu processo. Assim, Euclides abriu-se também para a experiência brasileira menos próxima do modelo europeu da civilização ocidental e da racionalidade que a atravessava.

Mas o etnocentrismo e o eurocentrismo diziam -- quando se davam ao trabalho, mas em geral apenas faziam deduzir -- que a experiência brasileira, da periferia capitalista, era a outra, a contraface da civilizada, a portadora da barbárie e que nada tinha com aquela. O arbitrio, o capricho, o personalismo, que negavam valores e práticas liberais burguesas - embora e porque se afirmavam como herdeiros destas --, constitutivos do meio brasileiro, encontravam-se com aquelas no mesmo bloqueio epistemológico e reforçavam nossa diferença. Para Euclides, a condição funda de classe média, nas circunstâncias já vistas, foi a possibilidade, dúplice como deveria ser, de constituir a experiência brasileira no interior da carapaça das ciências-panacéia, de atritá-las e desbordá-las, mas não superá-las. Aí, o recurso euclidiano foi de tentar validar, paradoxalmente, o que ele supunha ser a irracionalidade da circunstância nacional conjuntamente com a racionalidade da ciência. Bloqueado no caminho libertário da busca de sentido, produziu a grande angústia que se choca com este bloqueio. A linguagem,

fundada num estilo antitético e agônico, como que é a própria angústia expressiva por dizer aquilo que a experiência própria impunha, mas o sujeito não podia abrir mão da mediação das ciências-panacéia, sob pena de nem parecer moderno e civilizado, nem incluir o futuro do Brasil no processo histórico ocidental. É bem nesse sentido que o objeto era, por sua deficiência, constitutivo de um sujeito carente.

No movimento interno do conhecimento (do Euclides de Os Sertões, dos textos sobre a Amazônia, de "Um velho problema" e poucos mais) a questão estava na inversão de aparência e essência, creio que próprio da condição histórica periférica e dependente. A experiência euclidiana real (insuficiente para se constituir como ciência enquanto processo normalizador de conhecimento universal) como não coincidia com as conclusões das ciências, e não sendo descartável, só se podia expressar mediante os recursos artísticos, porque parecia a Euclides ser mera aparência concreta que ocultava verdades mais profundas e mais genéricas. A essência dessa aparência já estava dada pela generalidade das conclusões das ciências. O que se vê, hoje, em perspectiva, é que a essência era tomada como mera aparência e esta que, de fato, era ideologia, ou pior, era política imperialista com a cara, invisível então, de panacéia, passava por essência. Esse jogo perverso baralhava a identidade do país e de seu sujeito cognoscente no interior dele. Era a história de um país e de um homem que precisavam ser outra coisa para se

reconhecerem a si mesmos e mutuamente. Parecia impossível a concordância de passado e presente, o que tinham sido e o que eram, com o futuro, com aquilo que queriam vir a ser. Quando essência e aparência apareciam com sinais trocados, efeito ocultado no processo histórico, não havia meios de eleger entre o que se tinha sido e o que se queria vir a ser. Parecia mesmo que o que se havia sido impedia o possível vir a ser.⁽⁶⁷⁾ No impasse, fixado por Euclides como oposição entre Civilização e Barbárie, entre Litoral e Sertão, entre racas superiores e inferiores, entre industrialismo e agricultura, havia esperança, utopia, mas ambas estavam minadas pela experiência do sujeito que reconhecia a brutalidade, a desumanidade e o despotismo vivos no cotidiano das relações interclasses. O que,

(67) Sobre o assunto, tratado desse ponto de vista: Zea, Leopoldo. El pensamiento Latinoamericano, Barcelona, Editorial Ariel, 1976, especialmente capítulo "I - Dialética del pensamiento latinoamericano" e "III - Hispanoamerica y su conciencia histórica". Ver também: Donghi, Tulio Halperin. Historia Contemporánea de América Latina, Madrid, Alianza Editorial, 1972. A certa altura o primeiro autor referido escreve: "Ser como otros para ser si mismo. Ser como Inglaterra, Francia y los Estados Unidos para ser? qué? En dónde está a este si mismo? Acaso este si mismo consiste en ser siempre como otros? O este ser como otros es sólo un instrumento para ser si mismo? Si esto es así, en qué consiste este si mismo? Lo que se trata de adoptar es sólo una técnica, o unas técnicas; las técnicas de convivencia y de dominio natural propias del mundo occidental. Técnicas puestas al servicio de algo que parece imponderable, de algo que no se acierta a expresar claramente, salvo en un símbolo, en un hombre, en América. Los mismos hombres que hablan de la necesidad de adoptar el republicanismo norteamericano y su sentido práctico, hablan también de una entidad, algo propio de los americanos del sur, de los latinoamericanos, a cuyo servicio deben estar las instituciones democráticas y la técnica industrial". (p.30)

contudo, as mantinha vivas era a ilusão esclarecida das letras, a função dos portadores dos ideais iluminados. Daí a retórica da conação, da persuasão, que perpassa o estilo euclidiano, como empenho oratório (no sentido hegeliano, que vimos) de convencer seus contemporâneos, não apenas pela via da razão (a ciência) mas também da comoção, através dos recursos artísticos próprios. Assim, se não laboramos em erro, a linguagem e o estilo de Euclides eram cogentes para enfrentar os impasses e os disparates que estavam dados. Nesse caso, a volubilidade era incontornável mas não o impediu de problematizar a fundo a situação, pelo menos nos homens cuja consciência possível era muito diferente daquela estilizada por Machado de Assis no Brás Cubas. Nesse caso, nessa capacidade, maior ou menor, Machado e Euclides se emparelham apesar de sua imensa diferença. Por isso mesmo, contemporâneos, é sempre estranho o silêncio de um sobre o outro.

XI

A história e o impacto desses impasses são constitutivos de Os Sertões, penetrando nesse livro enquanto temas, mas sobretudo como inquietação formal, tornando-o um objeto estranho, sem gênero definível, de linguagem mesclada, de grande força ética, de enorme poder de comoção pelo seu efeito dramático.

Os esforços da crítica literária brasileira têm demonstrado a peculiaridade do livro como que inapreensível segundo critérios fundados na tradição, a indicar que se trata de obra insólita em seu contexto cultural e social, que exige a formação de uma tradição própria para ser lida. Além de indicar também que sua relação com o processo histórico é de tal ordem que os mesmos enigmas e dificuldades atravessam e constituem ambos. Mimeses e história como que sofrem um deslocamento, que desfoca o pensamento crítico em seus instrumentos habituais e abrem um campo vastíssimo, que é o da obra insólita, cuja classificação via de regra desborda de quaisquer critérios normativos.

A perplexidade provocada pelo livro, em expansão continua até hoje, como se ele só se pudesse limitar nos limites do mundo, constituição e expressão da totalidade deste, se revela logo à sua publicação, como desconcerto das expectativas e dos valores estabelecidos e aceitos em maior ou menor escala. Assim, Araripe Jr., para começar com um crítico de peso, logo em março de 1903 (o livro saíra em dezembro de 1902), começa dizendo que vivia então "literariamente anorético" e hostil ao tema de Antônio Conselheiro pela má qualidade do textos publicados a respeito. Mas a sensação que teve ao ler Os Sertões comparava-se à forte emoção do tempo de menino, quando lia Monte Cristo (Dumas) ou Mistérios do Povo (Eugênio Sue). O

livro restaurara essa emoção e permanencia como "o ressaibo (...) de um indizível pesadelo". E acrescenta:

"- Criticar esse trabalho, dizia comigo mesmo, não é mais possível. A emoção por ele produzida neutralizou a função da crítica. E, de fato, ponderando depois, calmamente o valor da obra, pareceu-me chegar à conclusão de que Os Sertões são um livro admirável, que encontrará muito poucos, escritos no Brasil, que o emparelhem, -- único, no seu gênero, se atender-se a que reúne a uma forma artística superior e original uma elevação histórico-filosófica impressionante e um talento épico-dramático, um gênio trágico como muito dificilmente se nos deparará em outro psicologista nacional."

Araripe Jr. se refere ainda à "complexidade misteriosa", à "fascinação", ao "feliz conjunto de qualidades artísticas e de preparo científico, posto ao serviço de uma alma de poeta...", para estabelecer uma comparação -- ao par com outras que estão no correr do texto, com Dostoiévski, Máximo Gorki; Knut Hamsun, Maeterlinck, Walter Scott, Xenofonte e Flaubert --: "Conheço, em outras, uma narração, em dez volumes, em que o crescendo da tragédia nunca esmorece. Percorri essa obra sem fadiga, e só no fim senti a extenuação pelo vácuo da sensibilidade privada do alimento. Falo da Revolução Francesa, de Michelet. Os Sertões, neste ponto, a assemelham". Depois observa que as páginas dedicadas aos jagunços são produtos da observação e "fotografam com rara eloquência, explodindo em conceitos de verdade (...) não só

como poeta que é, mas também na qualidade de filósofo que não se apega a teorias."(68)

José Veríssimo, como referimos anteriormente, faz reparos ao uso de "termos técnicos"(69) junto com outros comentários, mas abre seu artigo dizendo:

"O livro, por tantos títulos notável, do sr. Euclides da Cunha, é ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe ver e descrever, que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza como ao contato do homem, e estremece todo, tocado até ao fundo da alma, comovido até às lágrimas, em face da dor humana, venha ela das condições fatais do mundo físico, as secas que assolam os sertões do norte brasileiro, venha da estupidez ou maldade dos homens."

Bem mais tarde, 1939, Gilberto Freyre retoma as principais idéias de Araripe Jr. e José Veríssimo, vendo em Os Sertões um "livro científico" tornado "um livro também de poesia, uma espécie daqueles romances de Thomas Hardy em que a paisagem está sempre entre os personagens do drama, uma como mensagem de profeta preocupado, como outrora os hebreus, com o destino de sua gente e com as dores do seu povo". G. Freyre compara Euclides com a literatura brasileira do tempo, com as tendências ao "helenismo", "ao

(68) Obra Crítica de Araripe Júnior, Rio de Janeiro, MEC/Casa de Rui Barbosa, 1966, vol.IV, respectivamente, p.91, 92, 93 e 94.

(69) José Veríssimo, Estudos etc, 5ª série, op.cit., p.45.

academismo renaneano", "a imitação do hounour inglês" (Machado de Assis), a Coelho Neto, a B. Lopes, para concluir, admitindo Euclides "que se sentia ao mesmo tempo tapuia, celta e grego" que: "nem o poeta, nem o profeta, nem o artista me parece que turvam n' Os Sertões -- ou noutro qualquer dos grandes ensaios de Euclides da Cunha -- as qualidades essenciais do escritor adiantadissimo para o Brasil de 1900 que ele foi: escritor fortalecido pelo traquejo científico, enriquecido pela cultura sociológica, aguçado pela especialização geográfica."(70)

Mas, G. Freyre vai adiante para dizer que "ele chega a parecer um irmão mais novo e desgarrado na literatura não só de El Greco como de Alonso Berruguete." E que Euclides, segundo Afrânio Peixoto -- que G. Freyre não contesta -- cultivava "esse mau gosto nacional, espécie de gongorismo retardado, que o povo chama, avisadamente, falar difícil. Wagnerismo literário". Comentando que o escocês Cunnigham Graham traduziu trechos de Os Sertões para o inglês, acrescenta que esses fragmentos "vertidos àquela língua por um romântico como Graham, nos dão a idéia de terem regressado à sua pátria. No caso, não tanto pátria intelectual, como, em certo sentido, moral, psíquica".

Também Lúcia Miguel Pereira dissera de Os Sertões ser uma "prosa hirsuta, grandiosa e solene", "de fato impressionante (...) e pareceu sobretudo particularmente

(70) Gilberto Freyre, *Perfil* etc., op.cit., respectivamente p. 24, 26, 29 e 38.

sedutora a alguns escritores que, sob aspectos diversos, buscavam também o homem e a terra do Brasil agreste."(71)

Roquette Pinto, seguindo Teodoro Sampaio e Araripe Jr., confirmava o estilo euclidiano como tendo "algo das nossas cachoeiras, impetuosas, cheias de força e, ao mesmo tempo, envoltas em delicadas irisações, graciosamente disfarçadas na gaze fúnebre do nevoeiro que o vento esgarça. Percebe-se, naquele estilo, a influência da raça sonhadora, tocada do romantismo, que tanto tem pesado às nossas gerações ativas...", e que "ali a forma vale muito menos do que o conceito"; o livro de Euclides foi "escrito para a alma ardente de um povo inquieto. Daí o encantamento. Era novo porque não era clássico; mas agradava porque as verdades científicas ali estavam apresentadas com desejado brilho romântico."(72)

Afrânio Coutinho, em 1952, retoma uma breve referência de João Ribeiro, para estudar "Os sertões, obra de ficção", pois em Euclides, "a despeito de uma informação científica, o que ressalta é o temperamento de artista. Seu livro é um romance-poema-epopéia, no qual predomina o sentimento trágico." E diz: "Os Sertões são uma obra de ficção, uma narrativa heróica, uma epopéia em prosa, da família de Guerra e Paz, da Cancão de Rolando e cujo antepassado mais ilustre é a Iliada".(73)

(71) Pereira, Lúcia Miguel. História da Literatura Brasileira. XII (Prosa de ficção - de 1870 a 1920), Rio de Janeiro, José Olympio, 1957, p.184.

(72) Pinto, Roquette. Ensaios Brasileiros, S.P., Cultura, 1940, p.136.

(73) Em O.C., vol.II, p.58 e 57, respectivamente.

Antonio Candido afirma:

"Livro posto entre a literatura e a sociologia naturalista, Os Sertões assinalam um fim e um começo: o fim do imperialismo literário, o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira (no caso, as contradições contidas na diferença de cultura entre as regiões litorâneas e o interior." E afirma também: "O poderoso imã da literatura interferia com a tendência sociológica, dando origem àquele gênero misto de ensaio, construído na confluência da história com a economia, a filosofia ou a arte, que é uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil, e à qual devemos a pouco literária História da Literatura Brasileira, de Silvio Romero, Os Sertões, de Euclides da Cunha, Populações Meridionais do Brasil, de Oliveira Viana, a obra de Gilberto Freyre e as Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda. Não será exagerado afirmar que esta linha de ensaio, -- em que se combinam com felicidade maior ou menor a imaginação e a observação, a ciência e a arte, -- constitui o traço mais característico e original do nosso pensamento. Notemos que, esboçado no século XIX, ela se desenvolve principalmente no atual, onde funciona como elemento de ligação entre a pesquisa puramente científica e a criação literária, dando, graças ao seu caráter sincrético, uma certa unidade ao panorama da nossa cultura". (74)

Nelson Werneck Sodré considera que "a prosa euclidiana está por ser estudada -- e já é tempo". Concorde com a opinião de Alberto Rangel, segundo o qual Euclides "acariciou o neologismo imposto pelas condições da vida moderna, e amou os brasileirismos, soprados na exigência da vida sertaneja"; acrescenta que "a busca da expressão

(74) Candido, Antonio. *Literatura e Sociedade*, S.P., Nacional/Edusp, 1965, p.158 e 157, pela ordem.

popular(...) foi, em Euclides, uma preocupação constante", pois o escritor "sabia, reconhecia e aceitava que o povo é quem faz a língua." Quanto ao uso dos arcaísmos, "talvez não seja o caso de defendê-los," mas "é de supor que Euclides tenha atendido, com uma sensibilidade aguçada, esse hábito da gente que pintou e com a qual conviveu. Desse modo, muito do que nos choca, pareceria talvez linguagem comum ao sertanejo".(75)

Por sua vez, Alfredo Bosi assinala que "a descrição minuciosa da terra, do homem e da luta situa Os Sertões, de pleno direito, no nível da cultura científica e histórica". No mesmo sentido, em outro texto, diz que "há, (...) na obra, dois grandes planos: o histórico e o interpretativo./ Ao plano histórico responde a parte final do livro: "A Luta". Ao plano interpretativo, as duas primeiras seções: "A Terra" e "O Homem". Tocante ao estilo, Alfredo Bosi considera que "o moderno em Euclides está na seriedade e boa fé para com a palavra", e que há nele um "espírito duro e veraz", pois é livro de "escritor comprometido com a natureza, com o homem e com a sociedade". Em outro texto, ainda, afirma que "o estilo da obra organiza-se mediante alguns poucos processos retóricos: em primeiro plano, a intensificação e a antinomia." Porém, com astúcia, o crítico observa que "é preciso ler esse livro singular sem a obsessão de enquadrá-lo em um determinado gênero literário, o que implicaria em prejuízo paralisante. Ao contrário, a

(75) O.C., vol. II, p.51.

abertura a mais de uma perspectiva é o modo próprio de enfrentá-lo".(76)

Olimpio de Sousa Andrade passa em revista, num minucioso levantamento, outras tantas análises, opiniões, interpretações, observações, fórmulas etc, tudo a destacar, como diz esse pesquisador, que é "livro inclassificável, indefinido entre os gêneros (...), justifica o espanto da maioria dos seus críticos". E acentua: "Como o próprio sertão, que ele não conseguiu enquadrar em nenhuma classificação dos maiores tratadistas do seu tempo, o livro não cabe rigorosamente em nenhuma das classificações menos elásticas em que procuraram situá-lo, porque as contém e as supera".(77)

Nicolau Sevcenko também observa que "a preocupação de realizar uma síntese entre a linguagem literária herdada e a elocução científica do presente é (...) consciente e constitui uma verdadeira obsessão para Euclides". E que a obra do escritor é "síntese entre literatura e ciência, combinação de estéticas, cruzamento de gêneros, oposições de estilos; sua obra parece ressudar tensões por inteiro. Ela é composta estruturalmente de camadas heterogêneas dispare e mesmo incompatíveis, armadas numa clivagem cujo tênue equilíbrio repousa sobre a solidez das certezas transcendentes do autor. Pode-se mesmo entrever nessa

(76) Bosi, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira. S.P., Cultrix, 1989, p.348. E Os Sertões (edição didática), Introdução - S.P., Cultrix, 1985, p.12 e 16.

(77) Olimpio de Sousa Andrade, História etc, op.cit., p. 352. Ver capítulo: "Linguagem, poesia e imaginação na História de Canudos". p.330 a 359.

característica um indicio oportuno para explicar a fixação do escritor em focar a realidade a partir dos seus aspectos desencontrados e conflitantes".(78)

Finalmente, no melhor estudo recente sobre Euclides da Cunha, Franklin de Oliveira, além de outros aspectos, analisa longamente a "ontologia literária" e o "universo verbal" de Os Sertões. Quanto ao primeiro assunto, o autor passa os olhos, com rigor, pela tradição brasileira e ocidental de diferentes latitudes, o que lhe permite aproximar e afastar o livro de Euclides de inúmeros outros, para concluir, por uma "aglutinação de linguagens" em Os Sertões que tanto são a do "discurso científico" quanto a do "universo poético." E que do "ângulo da análise conteudística, é livro de crítica político-social. (...) E livro que se construiu, na sua mescla de arte e ciência, sob o signo da fantasia exata. Ele é um monumental eusaio sobre

(78) Nicolau Sevcenko, A Literatura etc, op.cit., p.135 e 136. Esse autor assinala que: "Euclides da Cunha procedia a uma rigorosa seleção dentre os fatos reais, só elegendo para compor os seus textos aqueles que condensassem em si uma grande potencialidade como fenômenos sociais ou naturais./ Nasce desse seu procedimento uma curiosa e insólita reformulação da teoria da separação dos estilos que caracterizara a estética antiga e o classicismo moderno, e que fora precisamente abandonada com o advento do realismo. Preso ainda ao Romantismo, que adotava a separação de estilos, e convertido também à estética animista de Spencer, ele revalidou a regra clássica, mantendo em todos os seus escritos o tom geral do estilo elevado. Dai a justificativa para a sua aversão extrema à sátira e ao espírito de humor (...) próprios somente dos estilos médio e baixo, segundo a norma clássica." E, ainda: "Euclides da Cunha forjou um estilo elevado híbrido, subordinado sobretudo a um novo critério científico, mas conservando algo de seu conteúdo social anterior". (p.134/135).

a civilização brasileira." No segundo ensaio, o crítico cuida de discutir motivos literários, sociais e pessoais do por que Euclides "adotou em Os Sertões estilo tão diferente do que empregaria, mais tarde, em todas as suas páginas literárias." Trata de ouvir diferentes opiniões, de laborar análise dos recursos retóricos e estilísticos e, reconhecendo a intrínseca estranheza do livro, compara-o ao cacto de Manuel Bandeira. E formula uma pergunta de difícil resposta: "Mas o registro das estratégias estéticas de que se vale Euclides na elaboração de sua prosa, se constata a sua riqueza, não alcançam as suas causas originais (de origem). Não explicam a sua razão de ser -- sua motivação mais profunda. Por que a alquimia verbal pletórica, por que a preferência pela polyphonic prose?" (79)

XII

Diante desse arsenal crítico, a primeira impressão é de que a respeito de nenhuma outra obra escrita no Brasil se falou tanto, com tantas concordâncias e com tais divergências. Ressalto de passagem que o levantamento está longe de ser exaustivo, conquanto creio que contenha o principal quanto aos argumentos e as diferenças de avaliação. Parece claro que Os Sertões permanecem um desafio, pois se alguns críticos concordam com certos aspectos da interpretação de seus pares é para discordar de

(79) Franklin de Olivera, Euclides, a Espada etc, op.cit., respectivamente, p.27, 28, 47 e 54.

outros e acrescentar algo de que sentem falta. As opiniões díspares e a necessidade de algum acréscimo insinuam uma como inesgotabilidade da obra, cujo sentido como que prolifera e desborda ironicamente de quaisquer tentativas de enfrentá-la. Parece que o conjunto de todas as opiniões, análises e interpretações, é insuficiente; trata-se de um livro daqueles que a tradição ensina ser algo formidável, parelha dos outros grandes e inesgotáveis de diferentes culturas, retomados, relidos e reinterpretados a cada geração. Deles parece que se pode dizer tudo e continuar faltando tudo por dizer. É a dimensão do desmedido, do monstruoso, por absoluta falta de padrão para enquadramento.

A escala enciclopédica utilizada pela crítica sugere espanto e desnorteamento, além do pacto subjacente com o livro de Euclides, cujo âmbito "extravasava o assunto nacional". Não é outra, aliás, a pretensão euclidiana anunciada na "Nota Preliminar", segundo a qual, no avanço da civilização "impelida por essa implacável força motriz da História", o "esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes", "a campanha de Canudos tem por isto a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa". "E foi, na significação integral da palavra, um crime."(80)

É visível aí o impulso cosmopolita de integrar o assunto nacional no conjunto da "civilização humana", caminho necessário para que ele tenha alcance e relevância.

(80) Para citação de Os Sertões estamos sempre utilizando a edição crítica preparada por Walnice N. Galvão, op.cit.

A completa desmoralização do chamado "conteúdo de verdade" (a luta das raças e seus desdobramentos) não anula, contudo, o movimento de fundo que, a meu ver, é a dialética da dependência, que de fato impulsiona -- e pulsiona -- o livro todo e garante sua força. Mas nessa "nota" já se estabelece um dado de base que ao mesmo tempo engendra e reforça o enigma intrínseco ao livro e à dialética da dependência: o contraste e a tensão entre os adjetivos implacável/inevitável e o fortíssimo substantivo crime. É que essa tensão concentra em si os dilemas e os impasses da circunstância histórica brasileira -- mas também latino-americana e da periferia capitalista em geral. Por isso, creio que ela expressa a tensão de base, estruturadora da obra, da linguagem e do estilo que procuram captar a intimidade contraditória dessa matéria histórica

Os pólos mais visíveis dessa tensão, inicialmente, estão na distância indicada pelos adjetivos que se referem a uma condição histórico-natural, não controlável pelo homem (a luta das raças) e o substantivo, que se inclui no ordenamento jurídico de uma sociedade, perfeitamente passível de ser moldado pela vontade política do homem. No caso, ambos são dispositivos universais, ou universalizáveis, cuja eficácia, entretanto, se impõe, é claro, em situações concretas e particulares. A formação étnica de um povo depende de circunstâncias históricas particulares, como no caso brasileiro (conforme Euclides entendia o problema) mas, de pronto, se articula com um

plano universal (a luta das raças). O problema era vivido aqui na sua particularidade e concretude mas não tinha sido produto de uma deliberação ou escolha. Era antes uma determinação -- geral e transcendente. Já a noção de crime se estabelece segundo um princípio muito antigo mas consagrado pelo ordenamento jurídico burguês (liberal e individualista) e, sob esse aspecto, universalizado: "não há crime sem lei que antes o prescreva". Notemos que parece impossível uma síntese, no plano racional, para uma civilização que avança impelida por sua implacável "força motriz" (a luta das raças) que culminará no inevitável esmagamento (note-se esse substantivo!) das raças fracas pelas fortes e isso constitui um crime, permanecendo o raciocínio apenas como tese e antítese. Esse impasse lógico será plenamente retomado e reforçado no interior da obra, pois o jagunço destemeroso (e o tabaréu ingênuo e o caipira simplório) "em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas" é, nada mais nada menos, que a "rocha viva da nossa raça". A síntese é, de fato, impossível, pois, quando o sertanejo estiver integrado à civilização, ele terá deixado de ser a "rocha viva da nossa raça" para tornar-se idêntico ao "mestiço neurastênico do litoral". É o impasse da dependência tomado nos termos euclidianos: só podemos encontrar nossa identidade quando formos idênticos ao outro, que é nossa diferença.

Neste ponto, contudo, convém salientar que o conteúdo de verdade do texto euclidiano é também constitutivo de sua

forma, pois o impasse não está apenas na realidade observada mas também no olho que observa. Retomo o que já disse páginas atrás: a carência (a incompletude) é tanto do objeto quanto do sujeito enquanto se dialetizam no processo cognoscente. O bloqueio exercido pelo positivismo e conexas doutrinas-panacéia sobre a teoria do conhecimento e a economia política como que vampiriza sujeito e objeto, esvaziando-os das possibilidades lógicas de se situarem no interior da verdadeira pertinência dos problemas. Mas isso é um "desvio", digamos, e nunca a eliminação dos problemas reais, sem embargo de que esse desvio torpedeia a possibilidade de síntese no plano lógico. Apesar das disposições pessoais de Euclides da Cunha de sinceridade e honestidade intelectuais, o movimento volúvel de articular os resultados das doutrinas-panacéia da Europa com o processo do conhecimento do Brasil, produz o disparate, intrínseco à condição da dependência, fundada no processo histórico.

A tensão que assinalamos capta também a circunstância nacional, segundo os termos da eficácia relativa dos padrões da civilização ocidental burguesa no Brasil. O ordenamento jurídico republicano, que suprimiu o direito escravista anterior, fundado na universalidade da lei, parecia impraticável, segundo as aparências vistas por Euclides, diante das condições histórico-naturais da luta de raças que se dava aqui. Era necessário, como condição da civilização, o respeito às leis e aos direitos do indivíduo-cidadão; mas

como alcançar isso diante da pressão insuportável de forças transcendentais, não controláveis pelos homens? Vê-se que também nesses termos, tendo, ainda, como pano de fundo a distância entre racionalidade e irracionalidade, havia um obstáculo incontornável no presente à plena constituição de sujeito e objeto, ou, noutras palavras, a se chegar à síntese lógica que correspondia à plena constituição da nação integrada. Esta mostrava-se dividida, nas antíteses euclidianas, no tempo e no espaço e dependia de uma evolução para superar os impasses e chegar a ser outra coisa. Também aqui o bloqueio positivista da economia política cumpria papel-chave para impedir o movimento dialético da síntese, pois a evolução explicava-se como processo natural de mudança social, que descartava a dialética do trabalho, subsumida esta por determinismos diversos. Assim, determinismo e crime se entrecrocavam mas não se sintetizam nunca.

Nessa tensão há um desdobramento que percorre Os Sertões de ponta a ponta: a disparidade entre meios e fins. Formado na Escola Militar, e quando ainda não dera baixa na carreira, Euclides combateu o uso da violência pelo aparelho do estado contra o indivíduo, procurando mesmo dissociar-se daqueles que queriam a punição indiscriminada dos adversários políticos.⁽⁸¹⁾ Mas, no massacre de Canudos, o

(81) Por exemplo, as duas cartas que, em 18 e 20 de fevereiro de 1894, Euclides envia à Gazeta de Notícias, escandalizado com as propostas de repressão aos presos políticos detidos na Ilha das Cobras, formulada pelo senador "jacobino" pelo Ceará João Cordeiro. Diz Euclides: "por isso mesmo que odeio os seus meios de

problema se complica extraordinariamente porque a disposição dos sertanejos para a luta, seu conhecimento das condições locais, as proporções grandiosas da guerra, que envolve milhares de combatentes e não-combatentes, as derrotas que o Exército sofre, tudo isso configura uma imagem de guerra civil. As selvaticezas, como diz Euclides, praticadas de lado a lado, como que esvaziam e desmoralizam os argumentos éticos pela adequação de meios e fins. A barbárie desatada desnorteia; porém Euclides consegue perceber que as "razões de estado" substituíam algo cuidadosamente ocultado; a violência a serviço do poder de classe. Como ele não trabalhava com essas categorias -- já formuladas em seu tempo, mas bloqueadas pelo positivismo -- o que aparece nele é a forma jurídica da vítima transformada em réu.⁽⁸²⁾ Isso

ação repilo-os, entendendo que a reação pode perfeitamente, com maior intensidade, definir a serenidade vingadora das leis./ É necessário que tenhamos a postura corretíssima dos fortes! Não é invadindo prisões que se castigam criminosos.(...) Persisto, pois, na deliberação fortemente tomada de o não considerar como um companheiro de lutas./ O futuro dirá quem melhor cumpriu o seu dever". Parte da fundamentação teórica que utilizamos aqui encontra-se no ensaio de Walter Benjamin: "crítica da violência-critica do poder", em Documentos de Cultura Documentos de Barbárie (Escritos Escolhidos), SP, Cultrix/Edusp, 1986. Seleção e apresentação de Willi Bolle, p.160 a 175.

(82) Parece que se pode ler também com esse sentido o D. Casmurro, de Machado de Assis. Romance tão organizadamente intimista, remete, contudo, para essa forma perversa através dos recursos retórico-jurídicos do narrador, que é advogado. Embora com conclusões diferentes, são contribuições importantes para a análise desses recursos o ensaio de José Carlos Garbuglio: "A linguagem política de Machado de Assis", em Bosi, Alfredo, et.al. Machado de Assis (Antologia & Estudos), S.P., Ática, 1982, p.461 a 476, e o de Silvano Santiago "Retórica da verossimilhança", em Uma

implica a perversão das relações entre meios e fins, tornada despropositada a própria reivindicação de adequação ética entre os termos. Exemplifiquemos no contexto do livro. O estado republicano tinha o direito e a obrigação de defender-se de uma ameaça à sua estabilidade institucional, representada pela "revolta" sertaneja. Os canudenses, por sua vez, representavam para si mesmos a inteira legitimidade de sua autodefesa, fundados em fins próprios, que não coincidiam com os do estado, os quais eles sequer podiam entender, dadas as condições em que viviam. Euclides testemunhou essa dupla legitimidade que implicava, de lado a lado, o duplo monopólio intrínseco: o monopólio do uso da força e o monopólio da garantia dos direitos do indivíduo. Isso quer dizer que o estado republicano e a cidadela de Canudos se haviam fixado relações entre meios e fins que eram excludentes. Como Euclides não saiu do âmbito de seus valores, alinhou-se com o estado republicano; mas percebeu, claramente, que a decisão do impasse pela violência pura e simples, como se deu, carregava uma sombra escura que parecia tingir a ambos os contendores pela mesma tinta: a barbárie:

"Interrompamos, porém, este respigar em ruínas. Mais uma vez no decorrer dos sucessos que nos propusemos narrar, forramo-nos à demorada análise de acontecimentos que fogem à escala superior da história. As linhas anteriores têm um objetivo único: fixar, de relance, símiles que se emparelham na mesma selvaticidade. A rua do

Ouvidor valia por um desvio das caatingas. A correria do sertão entrava arrebatadamente pela civilização adentro. E a guerra de Canudos era, por bem dizer, sintomática apenas. O mal era maior. Não se confinara num recanto da Bahia. Alastrara-se. Rompia nas capitais do litoral. O homem do sertão, encourado e bruto, tinha parceiros por ventura mais perigosos". (83)

Ora, a denúncia daquela violência como perversão da conexão ética entre meios e fins é uma das conquistas mais fortes da escrita euclidiana; e porque também revestida da imensa parafernália oferecida pelas ciências-panacéia, a forma dessa escrita se estrutura na intersecção do impasse que apontamos. A civilização presente no Brasil carregava em seu ânimo e em seu âmago alguma coisa que não era civilizada. A produtividade da escrita engendra o impasse como enigma:

"O caso, vimo-lo anteriormente, era mais complexo e mais interessante. Envolve dados entre os quais nada valiam os sonâmbulos erradios e imersos no sonho da restauração imperial. E esta insciência ocasionou desastres maiores que os das expedições destroçadas. Revelou que pouco nos avantajáramos aos rudes patricios retardatários. Estes, ao menos, eram lógicos. Insulados no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só podia fazer o que fez - bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão de descargas./ Reagiu. Era natural. O que surpreende é a supresa originada por tal fato". (84)

(83) Os Sertões, op.cit, p.373.

(84) Os Sertões, op.cit, p.374.

Meios e fins como se vê estão embaralhados, mas a causa originária disso não vem à tona. Aparece como "rancores", mais ou menos gratuitos ou produtos da insciência; como "falhas da nossa evolução"; como "refluxo para o passado"; como equiparação (ou sobrevivência ou afloramento eventual de uma na outra) da civilização com a barbárie. O que Euclides, no entanto, reconhece é que o governo republicano utilizou-se da fraude e da mentira; recursos "pouco civilizados" mas eficazes para converter a vítima em réu: "Na primeira cidade da República, os partidos satisfizeram-se com o auto-de-fé de alguns ^{anos} ~~anos~~ adversos, e o governo começou a agir. Agir era isto -- agremiar batalhões". (85)

Resta, ainda, uma última conseqüência da tensão entre o determinismo da doutrina-panacéia da luta das raças e a noção de crime a qual se pode estabelecer na relação de suspeita -- ora latente ora patente -- do sujeito quanto ao seu instrumental analítico e interpretativo. Há no texto euclidiano de 1898 - sobre o Brasil mental --, em que pela primeira vez expõe a doutrina de Gumplowicz, do qual transcrevemos longo fragmento, uma passagem que também autoriza nossa interpretação: "E a nossa história nacional tem sido a sua aplicação inegável. /Seguindo paralelamente o pensamento do escritor germânico, que entretanto, ao delineá-lo, não cogitava do Brasil..." etc. Convém não esquecer que esse texto é muito provavelmente contemporâneo

(85) Os Sertões, op.cit, p.375. É de extraordinária força satírica a reconstituição do "clima" que se cria no Rio de Janeiro com as notícias da derrota da expedição Moreira César, p.375 a 378.

da redação de Os Sertões, que estariam prontos em 1900. São conhecidas as restrições de Euclides ao cosmopolitismo, apesar de se incluir na corrente simpática à industrialização do Brasil e, na própria "Nota Preliminar" assinala a duplicidade que perpassa nossa vida nacional "etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico dos princípios civilizadores elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã -- tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes".(86) Vê-se que a adesão de Euclides aos "princípios civilizadores elaborados na Europa" está repassada de perspectiva crítica, de suspeita, já que tais princípios vêm para cá em companhia das armas para se cometerem os crimes. E a disparatada expressão "mercenários inconscientes" ganha contexto próprio e sentido, porquanto engloba termos que se repelem, reforça a voltagem da extrema tensão de uma escrita que pretende representar um mundo que, afinal, funciona assim mesmo. E o dado chave, que Euclides formula apenas como problema étnico, é o da nossa condição nacional, vivida como diferente e inferior à dos povos da Europa: somos indefinidos e sem tradições uniformes. É de supor que o sujeito instituído por esse objeto -- o escritor produzido por uma nação nessas condições -- quisesse a identidade com ele e a superação dele. "Mistura de celta,

(86) Os Sertões, op.cit, p.86. Nicolau Sevcenko reconstituiu com acerto e pertinência o conjunto das idéias de Euclides, na oportunidade de sua expressão e intervenção no contexto social; ver A literatura etc., op.cit. p.136 a 160 e 199 a 236.

grego e tapuia", conforme Euclides se declinava, talvez não fosse apenas uma boutade. A sùmula de pensar a si mesmo e ao Brasil como impropriedades indicadas pela ciência e a paixão obsessiva de encontrar a identidade de ambos, onde ela não estava, obrigava Euclides a acirrar o caráter antinômico e paradoxal da produtividade da escrita. Certamente para a perda da objetividade científica há o ganho extraordinário do enigmático da arte. É nesta e não naquela, afinal, que a memória da privação não pode se apagada. E a arte, por isso mesmo, parece sempre mais humana e viva quando diz isso em sua própria forma.

XIII

Pois bem. Essa intrincada teia, cujas malhas mais importantes vimos procurando amarrar, tem no seu interior uma coisa viva e inquieta -- e inquietante e, de fato, desmesurada. A crítica, diante dela, mediu-a com proporções supranacionais e mesmo supra-históricas. Conforme os testemunhos que transcrevemos, Os Sertões estabelecem alguma forma de parentesco, ou têm alguma semelhança, com quase tudo e quase todos. Em se tratando, é claro, daquilo que a tradição e a própria crítica reconhecem como grandioso, desmesurado, universal e cujo perfil e sentido desbordam de qualquer normatividade. Algo assim entre o monstruoso e o indefinível...

No penúltimo capítulo de Os Sertões há uma imagem que concentra a expressão dramática do massacre dos sertanejos de Canudos e parece remeter para dentro do próprio livro: "Vimos como quem vinga uma montanha altíssima. No alto, a par de uma perspectiva maior, a vertigem..." Parece ser esse, na verdade, o impulso que estrutura o livro: a busca da perspectiva maior, porque vista do alto, e o movimento vertiginoso, que não se pode medir nem conter, pois é de sua qualidade intrínseca o estar além, o transbordar qualquer limite. Parece ser isso mesmo que o conjunto das opiniões críticas captou. O processo retórico básico, em nível frasal, para alcançar esse efeito de conjunto é o da intensificação, conforme viu bem Alfredo Bosi.⁽⁸⁷⁾ Esse processo trabalhado em larga escala produz um movimento expansivo virtualmente abrangente de todo o mundo. Aqui pode-se perceber que subjaz ao impulso criativo da escrita euclidiana a velha tópica da representação do mundo como livro e do mundo no livro. Entenda-se, no caso, a versão laicizada dessa tópica que brotou no solo do romantismo na forma de "ânsia pela sublimação do entendimento histórico e pelo esclarecimento da consciência".⁽⁸⁸⁾ Porém, para

(87) Os Sertões (edição didática), Cultrix, op.cit., p.16. Sobre o sentido que o autor dá a esse processo: "Por intensificação entende-se aqui o uso de termos e de expressões que potenciam a apreensão do objeto pela palavra. Boa parte de "gongorismo" verbal atribuído a Euclides deve-se reportar a seu vezo de agigantar o tamanho, agravar o peso, acelerar o ritmo, alongar as distâncias, acentuar as diferenças, exasperar as tensões, radicalizar as tendências: em suma, ver nas coisas todas a sua face desmedida e extrema", p.16.

(88) Curtius, Ernest Robert. Literatura européia e Idade Média latina, Rio de Janeiro, MEC/INL, 1957. Nessa obra

alcançar a comocção, o saber e a persuasão que Euclides pretendia, seu livro não quer ser simbolo ou representação do mundo, mas quer ser seu substitutivo vicário, quer ser o mundo, estar no lugar deste. Claro que estamos falando de virtualidade textual e não de pretensão racional do autor. Por isso que Os Sertões potenciam formas delirantes, de pesadelo, como logo percebeu Araripe Júnior:

"Fechei Os Sertões para libertar-me da sensação. Na memória, entretanto, ainda perdura um tumulto horrendo. O ressaibo, como de um indizível pesadelo, sentou-se no centro da imaginação e continua a dominá-la". (89)

está tratada longamente a tradição dessa tópica. A frase citada na p.339.

- (89) Araripe Jr., op.cit., p.91. Comparando a Revolução francesa, de Michelet com Os Sertões, o notável crítico escreve o seguinte e sugestivo parágrafo: "Ali, como aqui, o escritor, descrevendo a vida de uma colmeia humana, dedilha toda a gama da perversidade existente em seres pensantes. Ali, como aqui, a tragédia da insânia coletiva multiplica-se em quantidade. Desta sorte, diante da variedade de espetáculos, em que fazem ato de presença todos os secretos instintos, todas as bestialidades, todas as violências do homem, não se respira enquanto se tem o livro diante dos olhos. Devoram-se os acontecimentos descritos, perdidas as noções do tempo e da resistência ao trabalho. Com a avidez do naufrago, soçobrado, entre os marulhos das tempestades psíquicas, não se reflete sobre o que se vê, vive-se a miséria dos desgraçados, que tripudiam sob a vara mágica do escritor; e no fim sucumbe-se". Aí, o discurso crítico de Araripe Jr. parece visivelmente contaminado pela escrita delirante de Euclides... A fundamentação teórica básica de que nos utilizamos para o conceito de escrita delirante está em: Rouanet, Sérgio Paulo. Teoria crítica e Psicanálise. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1986, especialmente Parte II, caps. 4 a 8, p.69 a 197; também de Adorno e Horkheimer, Dialética do esclarecimento, op.cit; Jimenez, Marc. Adorno: art, idéologie et théorie de l'art, Paris, Union Générale d'Éditions, 1973; Jay, Martin. The Dialectical Imagination, Boston, Little, Brown and Co., 1973; idem, As idéias de Adorno, S.P., Cultrix/Edusp, 1988; Adorno, Theodor W. Teoria estética, Madrid, Taurus, 1980; Theodor W. Adorno - Sociologia (Coleção grandes Cientistas Sociais), S.P.,

De fato, pode-se dizer, com aparente exagero, que o efeito captado tão sensivelmente por Araripe Júnior, decorre da qualidade da escrita de Os Sertões, no interior da qual são inseparáveis ciência e arte, observações corretas e deduções absurdas, verdade e verossimilhança, a conviverem numa representação única imposta pelo estatuto dessa escrita nova. A dissociação que se costuma operar sobre essa escrita mutila-a, justamente porque a reorganiza numa forma lógico-racional que não é a dela. Ou seja, priva-a de sua psicologia profunda, recobrando-a de uma projeção repressiva, espécie de necessidade racionalizadora que a tornaria domável, ou neutralizada o suficiente para se enquadrar em expectativas prévias. Porém a força do texto euclidiano está justamente nessa potência da forma delirante e decorre de sua mesma produtividade. Tomemos um exemplo. Trata-se de um parágrafo de "O Homem", V, p.242, da edição crítica, onde Euclides descreve, avalia e julga a igreja nova construída em Canudos. Tudo leva a crer que ele não viu senão as ruínas desse edifício, destruído pelo canhoneio e pela dinamite.

Atica, 1986, org. Gabriel Cohn, coord. Florestan Fernandes; Jameson, Fredric. Marxismo e forma, S.P., Hucitec, 1985. Lukács, Georg. Ensaio sobre literatura, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. É necessário esclarecer que flexibilizamos ao máximo o conceito de escrita delirante provindo de Adorno e Horkheimer, inclusive procurando interseccioná-lo com a noção de desespero que Lukács analisa em Dostoiévski (supra, op.cit.) e, ainda tangenciá-lo com Hegel, segundo o que anteriormente expusemos deste. Talvez o resultado teórico pareça também delirante, subproduto de contaminação da produtividade da escrita euclidiana, o que enfim não desmentiria que isso, de fato, existe nela...

"Delineara-a o próprio Conselheiro. Velho arquiteto de igreja, requintara no monumento que lhe cerraria a carreira. Levantava, volvida para o levante, aquela fachada estupenda, sem módulos, sem proporções, sem regras; de estilo indecifrável; mascarada de frisos grosseiros e volutas impossíveis cabriolando num delírio de curvas incorretas; rasgada de ogivas horrorosas, esburacada de troneiras; informe e brutal, feito a testada de um hipogeu desenterrado; como se tentasse objetivar, a pedra e cal, a própria desordem do espírito delirante".

Vejamos agora, ao acaso e fora de contexto, as referências de Euclides a Canudos e seus moradores (vão sem aspas e sem indicação de página, mas não é preciso jurar a respeito da autoria):

arraial de Canudos, clã tumultuário, polipeiro humano, canaã sagrada, homizio de famigerados facinoras, Tróia de taipa, Jerusalém de taipa, objetivação de insânia imensa, esterquilíneo de cadáveres e trapos, caqueirada humana, tapera enorme, urbs monstruosa, de barro, misteriosa cidade sertaneja, cosmos, Babilônia de casebres, necrópole antiga, feição original e bárbara, sendal de brumas etc, etc.

Já houve quem elogiasse a riqueza vocabular de Euclides, por aplicar tantas designações diferentes a Canudos... (E note-se que colhemos uma amostra bem pequena). É unânime a visada sobre a construção antitética da escrita euclidiana, quase sempre conformando-se a crítica apenas nessa constatação. Mas, vimos examinando mais a fundo a questão, para tentar compreendê-la da perspectiva de sua gênese e não apenas do efeito. A simples contraposição das duas transcrições ressalta que o primado da objetividade não

é o fundamento dos textos. Ali o que se vê é o primado do sujeito, superpondo-se ao objeto, convertido este em tudo aquilo que o sujeito projeta nele. O espírito delirante do Conselheiro na construção da igreja é a imagem do narrador euclidiano na construção da escrita. O objeto é o suporte material, sensível e necessário, do delírio do sujeito. Toda a mediação entre o sujeito e o objeto não está explicitada, mas ela se impõe ao ponto de vista, que não distingue seus conteúdos próprios dos alheios, atribuindo ao real aquilo que, de fato, está no sujeito. E este parece acreditar inteiramente na autonomia de seu processo cognitivo, supondo sua objetividade. Isso, no texto euclidiano, entretanto, é internamente contraditado por uma necessidade suspeita de reforço, tanto na construção sintática quanto na adjetivação. Especialmente, no caso do fragmento transcrito, a projeção "reconstrutiva" e deformante do sujeito sobre o objeto se realiza pela adjetivação. A saber, que a adjetivação como que recobre os substantivos, num movimento de fora para dentro (fachada estupenda, frisos grosseiros, volutas impossíveis, curvas incorretas, espírito delirante etc), qualificando-os e determinando-os, segundo critérios, digamos, veleitários, sem qualquer correspondência de necessidade do objeto e sim do sujeito. Também na transcrição das referências a Canudos e sua gente, são raros os casos diferentes desse funcionamento. Mas quando ocorre, nem por isso o primado da objetividade conceitual se impõe, bastando notar alguns casos: Canudos = cosmos; Babilônia de

casebres; misteriosa cidade sertaneja, Tróia de taipa etc. Também aí o processo designativo está mediado pelo recurso a uma experiência que está longe de ser intrínseca à percepção objetiva. Digamos que a relação entre sujeito e objeto é atravessada por uma experiência cultural alheia ao campo próprio da relação de sorte que o objeto fica qualificado no interior de um campo muito vasto, que o insere na cultura ocidental, cujo marco relacional, segundo os valores do sujeito, seu adepto e porta-voz, não conhece o limite entre o apropriado e o disparatado. A essência do objeto é reconhecida por um movimento que ora a identifica ora a aparta de sua aparência, mas sempre por um critério que vem de fora e tende a rotulá-lo mais do que propriamente revelá-lo. E, assim, o sujeito não parece ter um conhecimento provisório do objeto, que permitiria dar um passo à frente no momento seguinte do processo; antes, o sujeito parece conhecer completamente o objeto desde logo; como isso, de fato, não ocorre, também não ocorre a síntese conceitual, permanecendo a relação sujeito e objeto no nível antitético, como um conflito não resolvido. O movimento do sujeito é sobretudo veleitário, mas sincero e honesto na intenção subjacente, o que gera angústia, pois o empenho sempre se renova, numa verdadeira compulsão à repetição. Por maior que seja a paixão e o desejo do sujeito de normatizar o objeto segundo seu padrão cultural, mais ele sente latejar neste uma energia própria, impossível de ser captada. A vantagem da produtividade da escrita euclidiana está justamente na

capacidade de encampar a duplicidade; e por isso delira em contradições, em paradoxos, vibra como uma corda tensa que quisesse tocar todas as notas.

Tomemos outro fragmento, onde a exemplar sinceridade de propósitos e honestidade intelectual de Euclides, de repente se dá conta de que os resultados do conhecimento sofrem o risco do disparate quando não decorrem de um processo próprio que lhes dê origem. Isso contudo não tolhe a ânsia euclidiana de organizar o quadro mesológico e histórico que teria determinado os fatos trágicos de Canudos:

"Se, por um lado, as condições genéticas reagem fortemente sobre os últimos, estes, por sua vez, contribuíam para o agravamento daquelas: - e todos persistem nas influências recíprocas. Deste perene conflito feito num círculo vicioso indefinido, ressalta a significação mesológica do local. Não há abrangê-la em todas as modalidades. Escasseiam-nos as observações mais comuns, mercê da proverbial indiferença com que nos volvemos às cousas desta terra, com uma inércia cômoda de mendigos fartos./ Nenhum pioneiro da ciência suportou ainda as agruras daquele rincão setanejo, em prazo suficiente para o definir (...). De sorte que sempre evitado, aquele sertão, até hoje desconhecido ainda o será por muito tempo. (...) O que se segue são vagas conjecturas. Atravessamo-lo no prelúdio de um estio ardente e, vendo-o apenas nessa quadra, vimo-lo sob o pior aspecto. O que escrevemos tem o traço defeituoso dessa impressão isolada, desfavorecida, ademais, por um meio contraposto à serenidade do pensamento tolhido pelas emoções da guerra. Além disto os dados de um termômetro único e de um aneróide suspeito, misérrimo arsenal científico com que lidamos, nem

mesmo vagos lineamentos darão de climas que divergem segundo as menores disposições topográficas, criando aspectos dispares (sic) entre lugares limitrofes". ("A terra", III, p.109/110).

Aparentemente, nada mais diferenciado do que vimos anteriormente. No entanto, essa passagem é funcional no conjunto da escrita. Na diferença ela se organiza complementarmente, como reforço da autoridade do observador honesto e das deduções permitidas pela "ciência" de que ele é portador e depositário. A consciência clara do sujeito com respeito à insuficiência tópica do objeto (este é desconhecido, por não estudado) é extensiva da do próprio sujeito. Este, porém, não se dá por achado. Na seqüência das quatro páginas do fragmento acima o sujeito observador confirma seu reconhecidamente precário processo de conhecimento através da fantasmagorização literária do cenário sertanejo. O soldado e o cavalo mumificados; e a própria natureza, por um "efeito fascinador" que perturba o olhar, deixa entrever "montanhas como que suspensas" e "a ilusão maravilhosa de um seio de mar". Valha a transcrição de trecho, ademais belíssimo:

"Do topo da Favela, se a prumo dardejava o Sol e a atmosfera estagnada immobilizava a natureza em torno, atentando-se para os descampados, ao longe, não se distinguia o solo.

O olhar fascinado perturbava-se no desequilíbrio das camadas desigualmente aquecidas, parecendo varar através de um prisma desmedido e intáctil, e não distinguia a base das montanhas, como que suspensas. Então, ao norte de Canabrava, numa enorme expansão

dos plainos perturbados, via-se um ondular estonteador; estranho palpitar de vagas longínquas; a ilusão maravilhosa de um seio de mar, largo irisado, sobre que caísse, e refrangesse, e ressaltasse a luz esparsa em cintilações ofuscantes". (p.113).

Talvez não seja exagerado dizer que a relação que se estabelece entre os "dois discursos" seja paradigmática da gênese da forma euclidiana, tal como vimos apontando. Vejamos suas principais conseqüências. Fica evidente a intercorrência entre ciência e arte, uma produzindo a outra; o discurso lógico-racional que constata a insuficiência do objeto e do sujeito transforma-se com naturalidade em discurso artístico para poder aproximar a ambos e tornar a relação inteligível. Porém, nesse passo, o objeto impõe ao sujeito uma autotransformação que lhe abra a sensibilidade, e não apenas a razão, para poderem conviver. Noutros termos, as leis do delírio estão situadas fora da consciência que delira, as quais como que programam o sujeito de uma forma radical para aproximá-lo do objeto segundo a determinação deste. Sem isso restaria ao sujeito apenas a impotência, que de todo modo não é cancelada inteiramente porque ela continua presente no discurso delirante sob a forma do obscurecimento e da fetichização do objeto.

A fascinação exercida pelo sertão desconhecido e rebelde sobre Euclides desencadeia esse processo, que se repete obsessivamente pelo livro todo. O delírio tem seu momento de verdade que não conflita com a "ciência" e nem a denega, pois ele se engendra no encontro desta com o olhar

apaixonado de Euclides; na aparência como "fenômeno ótico bizarro" (mas por isso mesmo e só por essa forma) e na essência como a revelação da verdade virtual da imaginação sertaneja: que o sertão vai virar mar e nos rios correrão leite e mel. A percepção da consciência delirante do messianismo sertanejo parece só ser possível quando a ciência positivista, que contém seu potencial de delírio ideológico, põe a sua verdade às claras. O movimento é vertiginoso, porque, digamos, do atrito de dois pólos "negativos" surge a fagulha iluminadora da escrita estruturalmente antinômica, com sua psicologia profunda hiperbolizada pela própria surpresa de suas conseqüências. É um mundo mágico só plenamente captável na escrita euclidiana, não quando ele se desfaz de sua ciência, como se costuma dizer, mas quando ele realiza a fusão do delírio proveniente do mundo com as virtualidades delirantes da ciência. Portanto, quando a situação relacional de sujeito e objeto se completa; sem isso Euclides não teria produzido uma escrita tão forte e reveladora; se não estou em erro, justamente da psicologia própria da situação periférica — do Brasil no capitalismo; do sertão frente à cidade; de Euclides ante a classe dominante.

Mas, antes de discutir um pouco melhor essa questão, que é a chave deste trabalho, vejamos outros exemplos. Primeiro, um texto que está em Contrastes e confrontos, denominado "Entre as ruínas" (O.C., I, p.184 a 187) — nossa análise requer sua leitura integral). Trata-se de um breve

artigo de observação da decadência econômica do Vale do Paraíba. A escrita é forte; o tom melancólico procura captar os contrastes entre a grandeza passada da região e seu presente arruinado. As casas-grandes estão desmanteladas e os ricos se foram. Só resta por ali o caipira pobre, o mesmo Jeca Tatu que Monteiro Lobato "denunciaria" uma década depois. O texto de Euclides progride, complexo, de uma objetividade triste para um "encontro animista" com a ruína, que nos interessa de perto. A certa altura, ainda descrevendo quadros e paisagens, ele diz:

"As estradas são ermas. De longe em longe um caminhante. Mas é também um decaído. Não é daqueles cablocos rijos e mateiros, que abriram neste vale as picadas atrevidas das "bandeiras". O caipira desfibrado, sem o desempenho dos titãs bronzeados que lhe formam a linha obscura e heróica, saúda-nos com uma humildade revoltante esboçando o momo de um sorriso deplorável, deixa-nos mais apreensivos, como se víssemos uma ruína maior por cima daquela enorme ruínia da terra". (p.815)

Esse homem "decaído", presa das credices e superstições, passa ao largo das casas arruinadas, fazendo o "pelo-sinal" e "por mais que o fustiguem os aguaceiros e os ventos, não pára às suas portas". O observador reconhece que o "mal-assombrado" da paisagem é mero produto da credice e resolve entrar numa das grandes casas, arruinada, para "espantar os fantasmas". Aí, no entanto, o texto passa a delirar pois o observador é contaminado pela fantasmagoria do objeto.

"O viajante deixa a vivenda malsinada com uma emoção maior que a dos recoveiros: vai como quem foge. Rompe por um matagal bravio, onde adivinha os restos de um jardim ou de um pomar; volve ao terreiro orlado de senzalas que desabam; transpõe o portão encombente; galga o cavalo e parte, disparando-o..."

O observador como que procura preservar algum resquício de razão, procura justificar seu pânico, mas "sente-se, sem o querer, invadido pelas crenças ingênuas dos caipiras". Entretanto, a relação delirante entre sujeito e objeto é radicalizada através da superação completa da distância entre "imaginário" e "realidade":

"Justifica-se, ao menos, como se, de fato, por ali vagassem, na calada dos ermos, todas as sombras de um povo que morreu, errantes, sobre uma natureza em ruínas".

A leitura habitual diria: "Euclides abandonou seu positivismo e aderiu plenamente às sugestões da realidade..." Mas preferimos argumentar que as coisas não são bem assim. O movimento dialético, inclusivo, não pode supor que de repente, por um passo de "pura magia", o sujeito possa auto-expropriar-se daquilo que lhe é constitutivo e assim captar o objeto, e conhecê-lo. Isso não é possível sequer no reino do Espírito hegeliano. O que parece ocorrer -- bem difícil de dizer -- é que há um momento de encontro do fundo irracionalista das ciências - panacéia com a realidade desconhecida e misteriosa; o sujeito, fetichizado por essa dupla pressão, projeta-a sobre o objeto. Só pode apreê-lo sob a forma de delírio, que é,

nesse processo, seu modo verdadeiro de ser. No caso do texto citado, o objeto é animizado na própria morte, alcançando o texto delirante o extraordinário efeito da dupla fantasmagoria: a do objeto e a do sujeito. Ambos se apresentam, ao afinal, num encontro de fantasmas, para o leitor.

Convém, nesta altura, lembrar de novo que nossa leitura está autorizada expressamente por Euclides da Cunha; no fundo, o escritor parece inesgotável, porque mesmo em passagens breves, ele como que traçou todas as conseqüências de sua escrita. Vejamos:

"Escritor por acidente -- eu habituei-me a andar terra-a-terra, abreviando o espírito à contemplação dos fatos de ordem física adstritos às leis mais simples e gerais; e como é nesta ordem de fenômenos que se aferem, mais de pronto, as transformações contínuas da nossa inteligência, vai-se-me tornando mais e mais difícil esse abranger os caracteres preexcelentes das coisas, buscando-lhes as relações mais altas e formadoras das impressões artísticas, ou das sínteses estéticas.

Realmente, ao contrário do que se acredita, no terreno maciço das indagações objetivas, ao rés da existência, há uma crescente instabilidade. O poeta, o sonhador em geral, quem quer que se afeiçoe a explicar a vida por um método exclusivamente dedutivo, é soberano no pequeno reino onde o entroniza a sua fantasia. Nós, não. Os rumos para o ideal baralha-no-los o próprio crescer do domínio sobre a realidade, como se à hierarquia lógica dos conhecimentos positivos acompanhassem, justalinearmente, as nossas emoções sempre mais complexas e menos exprimíveis. Sobretudo menos

exprimíveis. No submeter a fantasia ao plano geral da natureza, iludem-se os que nos supõem cada vez mais triunfantes e aptos a resumir tudo o que vemos no rigorismo impecável de algumas fórmulas incisivas e secas. Somos cada vez mais frágeis e perturbados. No perpétuo desequilíbrio, entre o que imaginamos e o que existe verificamos atônitos que a idealização mais afogueada, apagam-no-la os novos quadros da existência. Mesmo no recesso das mais indutivas noções, não é fácil saber, hoje, onde acaba o racionalismo e principia o misticismo -- quando a própria matéria parece espiritualizar-se no radium, e o concreto desfecha no translúcido e no intáctil; ou entram, improvisamente, pelos laboratórios, renascidas, as quimeras transcendentes dos alquimistas". (O.C., I, p.206/7).

Esse é um fragmento do discurso de Euclides de posse na Academia Brasileira de Letras, em 18 de dezembro de 1906. Ai se revela com muita clareza o embate que ele travou não apenas contra as doutrinas européias, mas especialmente no interior das condições de produção intelectual no Brasil. A crise das certezas e verdades do cientificismo parece acentuar-se com o avanço das ciências e das técnicas, para o qual Euclides estava sempre atento. No entanto, o fragmento acima, autoriza a interpretação que vimos fazendo da escrita euclidiana, não só por seu conteúdo explícito, senão também por sua posição estrutural naquele texto. Eis que se trata de dois ou três parágrafos preparatórios para Euclides falar de Castro Alves, o patrono da cadeira da ABL em que se empossava. Sobre o poeta ele logo declara seu embaraço diante dele. Porque "estou, mais uma vez, ante uma grandeza

que à primeira vista não admiro porque não a compreendo. O que diviso é dúbio e incaracterístico". Essa confissão, a nosso ver, explicita o processo de composição da escrita euclidiana, para bem além de Castro Alves: em seguida a ela, na distância que insiste existir entre ele e o poeta, seu texto entra em delírio, sempre forte e expressivo, de que transcrevemos um trecho:

"Fascinado pelo fulgor de sua idealização exagerada, assisto ao abstruso de uma mascarada indescritível, onde se misturam, emparceirando-se nas mesmas farândolas tumultuárias, reis decaídos, pontífices em apuros, heróis 'que tropeçam na eternidade', mártires a entrarem, trôpegos e aos cambaleios, pela história dentro, 'estatuários de colossos' e cablocos nus, espantados..." etc.

Atentemos, ainda, para um pequeno parágrafo, em que Euclides situa a diferença "atual" de impasse das ciências positivas e os poetas:

"Imaginaí uns tristes poetas pelo avesso: arrebatá-nos também o sonho, mas, ao invés de projetarmos a centelha criadora do gênio sobre o mundo que nos rodeia, é o resplendor deste mundo que nos invade e deslumbra."

Bem pensadas e pesadas as coisas, era isto mesmo que vínhamos assinalando como processo estruturador da escrita euclidiana. À moda dele, o escritor viveu tão angustiadamente as tensões de seu meio, que pôde aprimorar extraordinariamente a sensibilidade e desenvolver a auto-consciência de escritor, que quase nada lhe escapa. Observemos alguns aspectos da análise que ele faz, nesse

mesmo discurso, a respeito de Valentim Magalhães, que o antecedeu na cadeira. A respeito da enorme variedade da produção desse autor, que publicava livro atrás de livro, sobre todos e nenhum assunto, Euclides observa:

"Vou agitar alguns conceitos falíveis. Revendo estes volumes, o que para logo se põe de manifesto é uma falta de unidade pasmosa./ O escritor muda no volver das páginas." E mais adiante: "Resumo o meu juízo: toda a obra literária de Valentim Magalhães pode ter o título único de um de seus livros -- Bric-à-Brac. E a este propósito ouçamo-lo na esplêndida volubilidade de seu estilo disserto, referindo-se àquele livro sem cuidar que fazia toda a sua psicologia literária".

Ai está, novinho em folha, o conceito de volubilidade aplicado à vida intelectual na periferia através de um autor brasileiro, em 1906...

Finalmente, desse texto, a vários títulos um manancial sintético de Euclides, mais uma explicitação que autoriza outros aspectos do que vimos analisando e interpretando. Trata-se da percepção euclidiana, complexa e lúcida, da deficiência do campo intelectual no Brasil:

"Castro Alves, como outros representantes naturais da nossa raça, é ainda um incompreendido -- porque assim como não temos uma ciência completa da própria base física da nossa nacionalidade, não temos ainda uma história. Não aventuro um paradoxo. Temos anais, como os chineses. A nossa história, reduzida aos múltiplos sucessos da existência político-administrativa, falta inteiramente a pintura sugestiva dos homens e das coisas, ou os travamentos de relações e costumes que são a imprimidura

indispensável ao desenho dos acontecimentos. Está como a da França antes de Thierry. Não lhe escasseiam fatos, episódios empolgantes e alguns atores esculturais que embalem o nosso orgulho.

Mas o seu discurso é obscuro -- e desdobra-se tão mecanicamente e sobremaneira monótono que nos não permite ouvir, através do estilo incolor dos que a escreveram, a longínqua voz de um passado que entre nós falou três línguas."

E Euclides acrescenta que essa literatura histórica não nos "fala da alma brasileira" e que nos falta um Macaulay para "demarcar nesta esfera literária um domínio comum da fantasia e da razão, destinado aos eleitos que sejam ao mesmo passo filósofos e poetas." (Idem, p.208)

XIV

Tomemos dois fragmentos de Os Sertões, que tratam de Antônio Conselheiro:

"Como quer que fosse, porém, o certo é que em 1876 a repressão legal o atingiu quando já se ultimara a evolução do seu espírito, imerso de todo no sonho de onde não mais despertaria. O asceta despontava, inteiriço, da rudeza disciplinar de quinze anos de penitência. Requentara nessa aprendizagem de martírios, que tanto precoñizam os velhos luminares da Igreja. Vinha do tirocínio brutal da fome, da sede, das fadigas, das angústias recalçadas e das misérias fundas. Não tinha dores desconhecidas. A epiderme seca rugava-se-lhe como uma couraca amolgada e rota sobre a carne morta. Anestesiara-a com a própria dor; macerara-a e sarjara-a de cilícios mais duros que os buréis de

esparto; trouxera-a, de rojo, pelas pedras dos caminhos: esturrara-a nos rescaldos das secas; inteiricara-a nos relentos frios; adormecera-a, em transitórios repousos, nos leitos dilacerantes das caatingas.../ Abeirara muitas vezes a morte nos jejuns prolongados, com requinte de ascetismo que surpreenderia Tertuliano, esse sombrio propagandista da eliminação lenta da matéria, 'descarregando-se do seu sangue, fardo pesado e importuno da alma impaciente por fugir...'. ("O homem", IV, p.219)

Duas páginas adiante, Euclides revela ~~parte~~ de suas mediações para discutir o messianismo do Conselheiro e de Canudos:

"Nestas prédicas, em que fazia vitoriosa concorrência aos capuchinhos vagabundos das missões, estadeava o sistema religioso incongruente e vago. Ora quem as ouviu não se forra a aproximações históricas sugestivas. Relendo as páginas memoráveis em que Renan faz ressurgir, pelo galvanismo do seu belo estilo, os adouçados chefes de seita dos primeiros séculos, nota-se a revivescência integral de suas aberrações extintas. Não há desejar mais completa reprodução do mesmo sistema, das mesmas imagens, das mesmas fórmulas hiperbólicas, das mesmas palavras quase. É um exemplo belíssimo da identidade dos estados evolutivos entre os povos. O retrógrado do sertão reproduz o facies dos místicos do passado. Considerando-o, sente-se o efeito maravilhoso de uma perspectiva através dos séculos..." (Idem, p.221)

Observemos, sem ironia, que tanto quanto Euclides reconhece que o "sertanejo retardatário" é lógico, ele também o é. A descrição perfeitamente lógica do estado ascético do Conselheiro, decorre de uma notação inicial

incontestável que, entretanto, não autoriza o resto do parágrafo. De fato, desliza do verdadeiro para o simplesmente verossímil, cujo processo é o mesmo que anotamos anteriormente: o sujeito projeta no objeto os movimentos delirantes que antes recebera deste. Só numa narrativa ficcional, ou num testemunho memorialístico, alguém poderia dizer de outra pessoa, ou de si mesmo, aquilo que Euclides diz do Conselheiro. Ademais de pesquisas que realizou ou de testemunhos que ouviu, o escritor só assistiu ao desenterramento do Conselheiro e sua decapitação. Por isso que recorre à analogia buscada alhures, de fato numa fórmula moralista de Tertuliano. O mesmo processo a que recorre no fragmento seguinte, agora com Renan. Mas, neste segundo caso, o processo delirante ganha uma componente diferente, que é a atribuição ao Conselheiro exatamente daquilo que ele, Euclides, está fazendo. Buscando analogia no "galvanismo do belo estilo" de Renan para comparar o "retrógrado do sertão" com os "místicos do passado" Euclides se utiliza da verossimilhança duas vezes: para sua própria escrita e para o objeto dela, cancelando a aparência da primeira pelo argumento de autoridade e com isso reforçando a segunda. E note-se que tanto na relação com Tertuliano quanto com Renan trata-se de substitutivos textuais para processos de observação direta: no primeiro fragmento parece que Euclides era íntimo do Conselheiro (ou o próprio...), enquanto no segundo ele fala em "ouvir" as prédicas do Conselheiro. Num caso como noutro, não houve observação

direta, mas atribuição analógica, projetada pelo sujeito sobre o objeto. Mas não é apenas nisso que o processo ocorre: o retrato inteiro do Conselheiro que está no livro, atravessado pelas mais espetaculares antinomias, é um prodígio de criação delirante, por isso mesmo que uma das soluções da crítica é lê-lo como pura ficção. Não se trata então de expropriar Euclides de seus erros e preconceitos -- que ele, de resto, tem muitos -- para mitigar a escrita. Mas de realizar a análise radical do conjunto de modo a integrá-los nela, já que, sem eles ela seria outra coisa.

Mas não se pode deixar de referir o retrato de Moreira César, como "identidade" e complementaridade ao do Conselheiro. Se este era identificado em sua doença étnica agravada pelas condições da vida sertaneja, sendo ao mesmo tempo produto e espelho dela; Moreira César é marcado pela "anatomia" moral patológica da epilepsia, cujas conseqüências para a personalidade e o meio social são ilações completamente delirantes. Vejamos;

"Realmente, a epilepsia alimenta-se de paixões; avoluma-se no próprio expandir das emoções subitâneas e fortes; mas quando, ainda larvada, ou traduzindo-se em uma alienação apenas afetiva, solapa surdamente as consciências, parece ter na livre manifestação daquelas um derivativo salvador atenuando os seus efeitos. De sorte que, sem exagero de frase, se pode dizer que há muitas vezes num crime, ou num lance raro de heroísmo, o equivalente mecânico de um ataque. Contido o braço homicida, ou imobilizado, de chofre, o herói no arremesso glorioso, o doente pode surgir, ex-abrupto, sucumbindo ao acesso. Daí esses

atos inesperados, incompreensíveis ou brutais, em que a vítima procura iludir instintivamente o próprio mal, buscando muitas vezes o crime como derivativo à loucura." (op.cit., p.326 - "A Expedição Moreira César")

Como se vê, a pretensa fundamentação às implicações sociais da epilepsia é puro delírio, trazido como contribuição da ciência-panacéia, ao qual se junta o delírio euclidiano na percepção tumultuária e obscura da figura de Moreira César. Imaginemos por um momento como se sentiria o pobre Machado de Assis, também epilético, se acreditasse nessa análise e interpretação de Euclides... Mas o interessante na prática textual deste é que o velho método da extensão arbitrária da "verdade natural" para a "verdade social" contém o processo de passagem "harmônica" do verdadeiro para o verossímil -- se quisermos, do indutivo das ciências superiores para o dedutivo das ciências inferiores --, que justamente potencia o conflito, a antinomia e o paradoxo. A ciência pode-se fazer arte, porque permite que o sujeito supra a carência do conhecimento -- insuficiência do objeto constitutiva também do sujeito -- mediante a "verdade da imaginação". Fique claro que a essência desse processo pode render literariamente, como ocorre com Euclides, porém ele contém os germes da regressão fascista, entre outros, por exemplo.(90)

(90) É especialmente aplicado a esse potencial regressivo que Rouanet (op.cit., p.122 e segs.) estuda o conceito em Adorno e Horkheimer. Sem embargo de carregar a pretensão de corresponder à verdade -- o que é da essência da ideologia, segundo Adorno -- a produtividade delirante da escrita euclidiana contesta

Euclides mesmo parece entrever algo assim. A extensão da patologia individual da epilepsia para seus efeitos sociais parece-lhe "página perigosa", pois:

"Se um grande homem pode impor-se a um grande povo pela influência deslumbradora do gênio, os degenerados perigosos fascinam com igual vigor as multidões tacanhas". (p.327)

E, como se vê da "opinião" de Euclides, a distância entre a "camisa-de-força" e a "púrpura" é tênue e "instável", "porque o princípio geral da relatividade abrange as mesmas paixões coletivas"; ou seja, pode haver um momento (como Euclides acredita ter ocorrido quando foi escolhido Moreira César para comandar a expedição contra Canudos) em que o "doente" (...) "condensa no cérebro" (...) "a soma de todos os delírios anteriores", os quais são, ao mesmo tempo, individuais e sociais. Ora, o Brasil, naquele momento, no quadro de sua indefinição étnica e de carência de tradições nacionais uniformes era o caldo próprio para a expressão do delírio (no sentido patológico euclidiano...) de um líder epiléptico. Ele mesmo o diz:

"Ora, entre nós, se exercitava o domínio do caput mortuum das sociedades. Despontavam, efêmeras, individualidades singulares; e entre elas o coronel César destaca-se em relevo forte, como se a niilidade

internamente a epistemologia positivista, secretando-lhe o veneno de uma negação que "habita o objeto do conhecimento como o seu Outro, a sua antítese", e portanto, sua realização potencial. Algo assim como uma sombra, um pressentimento de que se o sertanejo tivesse meios disponíveis ele poderia contribuir para melhorar a própria civilização... burguesa. O sistema imagético dessa escrita diz do objeto outra coisa que não pode ser dita pela ordem racional do discurso.

do seu passado salientasse melhor a energia feroz que desdobrara nos últimos tempos." (p.327).

Ocorre-me uma pergunta maldosa: com esse arsenal analítico, se Euclides fosse alemão, como ele interpretaria Hitler? Mas a propósito não se pode esquecer também de que, em texto que está em Contrastes e Confrontos, "O Kaiser" (O.C., I, p.110), ele é capaz de salientar o obscurantismo do imperador alemão, "graças às surpresas da volubilidade alarmante e das arrancadas românticas daquele minúsculo deus do Eda, desgarrado na terra e errando entre as gentes (...) como se fosse um neto retardatário das Valquírias". (p.114) E também, é bem provável que o enorme potencial libertário de sua escrita, nas condições supostas, fizesse dele algum Thomas Mann...

O que sobreleva nas figuras de Antonio Conselheiro e de Moreira César é que ambos, sob determinações pessoais diferentes, são homens incompletos, enigmáticos, fantasmagóricos, porque são expressão e espelho do meio físico e social do país. Trata-se, pois, da percepção euclidiana de que uma nação por formar-se plenamente constitui homens, que podiam ser heróis, mas que de fato são apenas "a caricatura do heroísmo" (p.322) Dialética, mas involuntariamente, como Euclides introjeteu a ilusão do factualismo cientificista -- cujos resultados estão

divorciados do processo de conhecimento real do país -- ele sente sua insuficiência científica, porém a recobre com a imaginação do verossimilhante. Como estava em parte bloqueado para a reflexão sobre o próprio processo do conhecimento, ele tende a hiperbolizar a capacidade do sujeito como substitutivo vicário da determinação do objeto. Na intersecção dessa dupla carência -- que, insisto, está introjetada por Euclides e reaparece sempre sob a forma de consciência sobre o objeto e recalque para o sujeito -- a produtividade da escrita tinha que ter a dupla face: a antinomia e a intensificação, conforme assinalou Alfredo Bosi.⁽⁹¹⁾ Esses recursos retóricos estruturam a linguagem para tentar dar conta, simultaneamente, da consciência e do recalque.

O método euclidiano era, de fato, aquele que antes assinalamos: "a definição da nossa fisiologia especial em função do meio e dos componentes étnicos que convergem na constituição da raça, e logo depois, numa escala ascensional, o traço mais vivo da nossa feição histórica

(91) Alfredo Bosi, Os Sertões, op.cit., p.16. O crítico diz ainda: "Euclides procurou ser fiel às marchas e contramarchas da luta (Parte III) e à doutrina rígida dos encadeamentos de causa e efeito que norteava a sua percepção da História. Mas, em virtude dessa mesma fidelidade a um pensar os dados históricos como elos necessários de uma cadeia temporal, acabou identificando evento e fatalidade. A sucessão das contingências é absorvida por um sistema fechado de escrita, que é o espaço literário próprio para a representação do trágico. O trágico, nascido à sombra de uma ideologia determinista, apossa-se da ordem narrativa e dá-lhe um sentido de inexorabilidade." (p.18) Diz, ainda, em outra passagem: "O processo de raciocínio é, aqui, homológico: supõe semelhança de categorias nos vários níveis da realidade." (p.13)

sobre que reagem aqueles, atenuados pelo influxo inevitável da civilização geral." Justamente nas brechas desse método - - no qual causa e efeito tendem a determinar um círculo fechado -- penetra a experiência do sujeito para denunciar uma antítese fundadora: que essa experiência transborda os limites do método, porque é "maior" do que ele e porque é "insuficiente" para ele. A grandiloquência (que delira) da escrita euclidiana procura compensar as duas coisas, inscrevendo-se, por inversão, na estrutura de uma superioridade para dizer, de fato, de uma inferioridade. Aquela diz da civilização ocidental idealizada onde podemos e devemos chegar; esta é a da nossa circunstância nacional que, sendo inferior, ocupa entretanto na escrita delirante um papel principal. A consciência do escritor reivindica junto à nação a necessidade urgente de melhoria. Assim, a superioridade do sujeito aparece também inferiorizada diante do objeto. E vice-versa. Virtualmente a herança ocidental e a circunstância nacional como que se repelem, para desespero do sujeito que as quer conciliar.

É nessa mesma linha que Euclides explica o caráter popular da poesia grandiloquente de Castro Alves, cujo "condoreirismo", como vimos, o poeta não fora buscar em Victor Hugo, como é voz corrente, mas no próprio desejo íntimo e inconsciente de grandeza do povo, que ele teria captado. No dizer de Euclides:

"Eu poderia recitar-vos um sem conto de trovas sertanejas, onde as metáforas e as alegorias, e até as antíteses, se acumulam, alguma vez belíssimas, e

detonam e fulguram, sempre a delatarem uma amplificação, o eterno aspirar por engrandecimento; e uma afetividade indefinidamente avassaladora e crescente". E ainda, argumentando que: "...na trivialidade do falar comum, exprimindo os atos mais vulgares, desde o nosso caipira, que, ao procurar em qualquer cômodo exiguo um objeto, nos diz, num largo gesto, que está campeando, como se o rodeassem os sem-fins dos horizontes vastos; até ao cabra destabocado do norte, que ao relatar o incidente costumeiro da dispersão de uma ponta de gado na caatinga, brada, estrepitosamente, que o boiadeiro estourou num despostismo ribombando no mundo..."(92)

A certeza e a autoconfiança do "método científico" de que ele dispunha são minadas e desestruturadas pelas reais condições de pensar e produzir da periferia dependente. Mas creio que há uma outra componente, estudada anteriormente, que também entra com força na composição virtual da escrita euclidiana e ajuda a projetar a forma compensatória da grandiloquência, do delírio e do enigma. É sua condição de escritor estruturalmente situado na classe média que cumpria um papel chave na produção da esperança de olhar do alto da montanha mas sentir à frente a... vertigem.

No aspecto político é um impasse conhecido da classe média; nas condições brasileiras de então, as incertezas dessa condição de classe informam a lealdade, nunca rompida, aos "valores ideológicos" forjados e vivos no interesse da classe dominante rural: a busca do caráter nacional como identidade segura para o país; o patriotismo, que queria

(92) O.C., vol. I, p.430.

engrandecer o povo mas o via simultaneamente como inferior e bárbaro; a crítica da oligarquia, sempre moderada pela condenação apenas dos desmandos desta; o projeto de alcançar a evolução lenta e pacífica que supunha a possibilidade de harmonia interna entre as classes; o desejo de conhecer o sertão e a amazônia, coincidente com o impulso capitalista de conquista de novas regiões para ampliar a acumulação (nisto, aliás Euclides tinha "identidade" ora latente ora patente com a burguesia paulista que, com capital acumulado no café, se preparava para desencadear o processo de industrialização do país). O escritor não se identificava conscientemente com nenhum grupo ou classe social. No sentimento de seu isolamento penetrava a sensação de impotência e irrelevância. Ele não podia dirigir-se para a imensa maioria analfabeta... Creio que boa parte da grandiloquência do período se deve à contradição entre sentir-se o escritor impotente e irrelevante e simultaneamente julgar-se portador dos valores da civilização. É o fundo compensatório que produz a potência verbal. (93)

Na intersecção de todos esses obstáculos -- que eram os de um arcaico desenvolvimento das forças produtivas materiais e intelectuais -- é que Euclides forjou a produtividade de sua escrita, ademais repassada de imagens de ruína e morte, cujo movimento íntimo diz de um mundo onde sobretudo a mercadoria falta. Mas diz também da esperança de

(93) Ver Nicolau Sevcenko, op.cit. especialmente p.244.

que quando ela chegar a civilização virá junto. Ora parecia a Euclides que as condições básicas para isso estavam dadas e até evidentes; ora parecia-lhe que eram tantos e tais os obstáculos e o sofrimento humano necessário a essa conquista que ele esmorecia em pessimismo. Em todos os termos em que ele pôs -- e em que se pode pôr -- as antinomias que o dividiam, a psicologia profunda que subjaz à produtividade de sua escrita é, contudo, a de uma subjetividade que não perde a memória de seus impasses. Noutras palavras, essa produtividade contém uma essência de dupla face: lógica e delirante ao mesmo tempo, pois que, parece, era assim que se constituía -- se apresentava e se impunha -- a nova racionalidade modernizadora do Capital em seus efeitos na periferia. Mas não só aqui.

Convém retomar Marx, não apenas nos termos tímidos com que Euclides dialogou com ele -- recusando-o em última instância em troca da competição liberal falada pelo evolucionismo -- mas naquilo que, visto em retrospectiva, é um encontro especular na intersecção do grande tema da modernização. Vimos, páginas atrás, como Marx capta a essência do movimento de expansão modernizadora da burguesia (referido no Manifesto Comunista) -- a europeia sobretudo, então -- e como essa expansão desconhece fronteiras, valores, civilizações e sofrimento humano. A burguesia só sobrevive revolucionando continuamente os meios de produção. Diante desse processo, na célebre frase, tudo o que era sólido nas tradições anteriores e arcaicas se desmancha no

ar. Euclides parece ter percebido com clareza, no massacre de Canudos, a remoção de um obstáculo à modernização. Aniquilar para inovar... A racionalidade burguesa, com as armas alemãs, era simultaneamente idêntica à civilização e à barbárie. Por isso mesmo e especialmente nesse sentido Os Sertões são os sertões. O desmedido e o monstruoso do livro como expressão do desmedido e monstruoso do processo de expansão planetária do capital. Um livro que se constrói com um impulso não de representar o mundo, mas de estar no lugar dele: ou seja, com a esperança básica, no seu ponto de vista, de que era possível modernizar sem destruição em larga escala. Assim, o livro quer se fazer humanístico, salvar valores da tradição, de que o sertanejo seria depositário inconsciente, e moderno, nos termos da expansão burguesa. Parece evidente que, sob esse ângulo, Euclides testemunha também a morte da tradição humanística diante do avanço da mercadoria. "Ou nos modernizamos ou perecemos" não é nesse caso uma frase modelar para as conseqüências da escrita euclidiana, pois sua adesão à modernização não era sem limites. Os Sertões (e outros textos radicais de Euclides) são um canto à modernização e um obstáculo a ela, pois denuncia seus métodos. O dilema aí era: a modernidade integrando a tradição nacional. A mercadoria conciliada com a "rocha viva da nossa raça". O sentimento mais íntimo desta e o cosmopolitismo daquela. O Brasil no mundo pelo sertão e pelo Os Sertões...

Nos termos de nossa análise anterior, a contraface delirante de sua produtividade textual -- que, como dissemos tem virtualidades regressivas perigosas -- é o recurso de resistência à modernização destrutiva da tradição nacional. Mas, ao final de Os Sertões (e em outros diversos textos) é uma paisagem completa de ruína e morte, que se apresenta diante da civilização, indicada, aliás, claramente como obra sua. O livro, na sua grandeza monumental, é um monumento irônico às ruínas e à morte; arruinada está Canudos e arruinado o exército republicano civilizado. Isto contém Marx desde um ponto de vista da periferia. O centro manda o sinal indicando a direção do progresso -- que é ele próprio -- e seu resultado aqui aparece na forma preliminar da ruína e morte, o que, contudo, não pode denegá-lo de todo, pois não há nenhum outro caminho no horizonte. A extraordinária sensibilidade ao sofrimento do povo, da massa miserável majoritária na população, tão viva na escrita euclidiana indica claramente sua extração social, mas não garante sua principal identidade no conjunto das classes.

A massa miserável de quem ele falou, não era, ainda não é, nem podia ser o destinatário de seu texto. Por isso também que Os Sertões pretendem ser um mundo onde essa massa não seja massacrada ou esquecida.

Talvez por isso, falando de Valentim Magalhães, Euclides quisesse falar de si mesmo, para referir também a condição dos deserdados:

"Valentim Magalhães, como outros muitos, foi, naturalmente, apagando-se, mais e mais, naquela

movimentação precipitada. Além disto, morreu depois dos trinta anos; e neste país quem quer que se notabilize e ultrapasse aquele marco, fora dos tablados da política, predestina-se ao suplício lento e indefinível de acompanhar em vida ao enterro pobre da sua própria imortalidade".

Haverá delírio mais verdadeiro para um intelectual em país periférico de tantos analfabetos e cuja classe dominante já era constitutivamente fascista?

A escrita euclidiana integrou esse extraordinário conjunto de elementos dispares e mesmo disparatados, concebida em última instância como a representação das energias da raça forte, como linguagem desta que procurou captar, de seu ponto de vista, as diferenças, em vários níveis. Para ele, a ciência era cosmopolita e a arte nacional; aquela daria conta da mobilidade constante do pensamento científico na civilização ocidental; esta captaria os aspectos mais profundamente estáveis da formação étnica da nação. Aquela era o influxo do progresso; esta podia ser até contraditória com este mas devia expressar o sentido de uma evolução que a integrasse nele. O fundo de suas antíteses era um sentimento dramático da distância que, no Brasil, separava uma e outra. Como ele pregava, no turbilhão da realidade, o artista deveria -- para ser verdadeiro -- funcionar como prisma a refletir um

"sentimento dominante", que por isso mesmo seria autêntico na expressão das aspirações mais profundas e legítimas da nacionalidade.

Essa intenção totalizante exprimiu de fato uma totalidade do processo histórico. Ainda que muitos conteúdos de verdade de sua escrita sejam mera ideologia -- se considerássemos apenas uma face dela -- a busca de construir uma representação como "consórcio de ciência e arte", que implica ao mesmo tempo estar, digamos, ao rés da realidade e ao largo dela, foi o modo pelo qual Euclides da Cunha conseguiu ser "fiel" aos seus impasses e aos do processo histórico de um país dependente no conjunto da modernização capitalista. Construtor grandiloqüente de grandezas e revelador não menos grandiloqüente de ruínas, ele queria também convencer seus contemporâneos das "verdades" de que se julgava portador. A produtividade delirante de sua escrita se engendrava no âmago da razão modernizadora capitalista. Talvez se possa dizer de um sujeito, cuja subjetividade permaneceu a meio caminho entre a "substância burguesa" e a matéria histórica local, que seja o único herói verdadeiro de seu próprio texto. Assim, sentia-se clamando no deserto. Mas clamava

"um assunto em que o funambulesco se cõnchava ao trágico, num dualismo abominável; o mesmo Tácito, neste lance, cederia muito a seu bom grado uma tal empresa ao mimógrafo Batilus..."

pois

"as notáveis vicissitudes da nossa existência coletiva, com os seus desvios, com os seus recuos,

*com os seus descompassados arrojos seguidos de
subitâneos desfalecimentos; e com as suas grandes
curvas quase fechadas (...) fazem do Brasil exemplo
único..."*

Valentim A. Facioli

1990

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

As obras a seguir indicadas, de algum modo, passam pelo nosso trabalho; mas são, de fato, complementares da bibliografia indicada nas notas de rodapé com a qual dialogamos mais diretamente.

* REIS, Irene Monteiro. Bibliografia de Euclides da Cunha.

Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1971.(1)

ASSIS, Machado de. Obra completa, Rio de Janeiro, Aguilar, 1959, 3 vols.

BARBOSA, João Alexandre. José Veríssimo (sel. e apres.), Rio de Janeiro, LTC/Edusp, 1978.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar (A aventura da modernidade), São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

BOSI, Alfredo. Araripe Júnior (sel. e apres.), Rio de Janeiro, LTC/Edusp, 1978.

_____. Céu, inferno. São Paulo, Atica, 1988.

_____. "A escravidão entre dois liberalismos", em Estudos Avancados, São Paulo, I.E.A., 2 (3), 1988.

_____. Filosofia da educação no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.

(1) Esse volume, de 413 páginas, indica uma bibliografia de e sobre Euclides da Cunha, quase completa até sua publicação, em 1971. Em jornais e revistas continua proliferando um número incalculável de matérias sobre Euclides, que, nestes 20 anos decorridos, creio que dobrariam o volume indicado.

- CALASANS, José. Canudos na literatura de cordel, São Paulo, Atica, 1984.
- CANDIDO, Antonio. Silvio Romero (sel. e apres.), Rio de Janeiro, LTC/Edusp, 1978.
- _____. O método crítico de Silvio Romero, São Paulo, Boletim nº 268, F.F.L. e C.H. - USP, 1963.
- COSTA E SILVA, Cândido da. Roteiro da vida e da morte, São Paulo, Atica, 1982.
- CUNHA, Euclides da. Caderneta de Campo, São Paulo, Cultrix/MEC, 1975.
- DIMAS, Antônio. Tempos eufóricos, São Paulo, Atica, 1983.
- FACO, Rui. Cangaceiros e fanáticos, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder, Porto Alegre, Globo; São Paulo, Edusp, 1975.
- FIORIN, José Luiz. A ilusão da liberdade discursiva (Uma análise das prédicas de Antônio Conselheiro), São Paulo, mimeo., Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, s.d.
- GALVAO, Walnice Nogueira. No calor da hora, São Paulo, Atica, 1974.
- GARBUGLIO, José Carlos. O mundo movente de Guimarães Rosa, São Paulo, Atica, 1972.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil, Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.
- IANNI, Octavio. Estado e capitalismo, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

- As metamorfoses do escravo, São Paulo, Difel, 1962.
- LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro, São Paulo, Pioneira, 1969.
- LESKY, Albin. A tragédia grega, São Paulo, Perspectiva, 1971.
- LIMA, Oliveira. Obra seleta, Rio de Janeiro, CFC/INL, 1971.
- LUCAS, Fábio. O caráter social da literatura brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.
- _____. "Euclides da Cunha, cientista social", em Revista Civilização Brasileira, 1 (9-10):121, set./nov. 1966.
- LUKACS, Georg. História e consciência de classe, Porto, Ed. Escorpião, 1974.
- _____. Le roman historique, Paris, Payot, 1972.
- _____. Teoria do romance, Lisboa, Editorial Presença, s.d.
- MESZAROS, István. Marx: a teoria da alienação, Rio de Janeiro, 1971.
- MOURA, Clóvis. Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- MUSSOLINI, Gioconda. Evolução, raça e cultura, São Paulo, CEN/Edusp, 1968.
- PARKSON, G. H. R. Georg Lukács, New York, Random House, 1970.
- PEREGRINO, Umberto. Euclides da Cunha e outros estudos, Rio de Janeiro, Record, 1968.

- PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil, 10.ed., São Paulo, Brasiliense, s.d.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios, São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- _____. O messianismo no Brasil e no mundo, São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. Facundo, 3.ed., Buenos Aires, Ed. Estrada, s.d.
- SCHOLES, Robert e KELLOGG, Robert. A natureza da narrativa, São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1977.
- SLAUGHTER, Cliff. Marxismo, ideologia e literatura, Rio de Janeiro, Zahar, 1983
- SOUZA ANDRADE, Olimpio de. Joaquim Nabuco e o Brasil na América, São Paulo, CEN/MEC, 1978.
- VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. As idéias estéticas de Marx, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
- _____. ERISSIMO, José. Estudos de literatura brasileira: 11ª série, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1976.
- VIOTTI DA COSTA, Emilia. Da Monarquia à República: momentos decisivos, São Paulo, Grijalbo, 1977.